



Análise Económico-Financeira
Relevância e Enquadramento Estratégico
O caso da Empresa Sotkon

Fernanda Manuel Anacleto Gomes

Relatório de Estágio
Mestrado em Contabilidade e Finanças

Porto – 2017/2018

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO



Análise Económico-Financeira

Relevância e Enquadramento Estratégico
O Caso da empresa Sotkon

Fernanda Manuel Anacleto Gomes

**Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e
Administração do Porto
para a obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Finanças, sob orientação de
Professor Doutor Adalmiro Álvaro Malheiro de Castro Andrade Pereira**

Porto – 2017/2018

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

Resumo:

Com a atual abordagem económica e situação financeira do país torna-se cada vez mais essencial, realizar análises económico- financeiras capazes de identificar as potencialidades , capacidades e recursos das empresas.

Esta análise pretende testar a viabilidade económica, assim como o desempenho e solidez da mesma.

O estudo de uma empresa é bastante importante para perceber como a empresa se apresenta.

O presente trabalho pretende mostrar como este tema é crucial para as empresas e como se pode diagnosticar a situação da empresa. O objetivo deste trabalho é a análise económica e financeira da Sotkon PT e o impacto na empresa mãe, avaliando o desempenho nos períodos de 2012 a 2016 com recurso à elaboração do mapa de fluxos de caixa, balanço funcional e cálculo dos rácios.

A Sotkon PT tem bastante influência na solidez da empresa mãe. A Sotkon PT de 2014 a 2016 apresenta um diagnóstico com um bom desempenho económico financeiro comparando com a empresa mãe.

Recorrendo aos métodos de análise descritos anteriormente e comparando com o setor que o grupo integra, foi possível analisar que a Sotkon em relação ao sector que se insere, acompanha os valores médios do setor e até superiores, o que quer dizer que em relação ao setor se apresenta com uma boa performance.

Palavras chave: Análise Económico-Financeira, Demonstrações Financeira, Estudo de caso e Rácios.

Abstract:

With the current economic approach and financial situation of the country becoming more and more essential, carry out economic-financial analyzes capable of identifying the potentialities, capabilities and resources of companies.

This analysis intends to test the economic viability as well as the performance and solidity of the same.

The study of a company is very important to realize how the company presents itself.

This paper aims to show how this topic is crucial for companies and how to diagnose the company's situation. The objective of this work is the economic and financial analysis of Sotkon PT and the impact on the mother company, evaluating the performance in the periods from 2012 to 2016 using the map of cash flows, functional balance and calculation of ratios.

Sotkon PT has a strong influence on the strength of the mother company. Sotkon PT from 2014 to 2016 presents a diagnosis with a good financial economic performance comparing with the mother company.

Using the methods of analysis described above and comparing with the sector that the group integrates, it was possible to analyze that Sotkon in relation to the sector that is inserted, accompanies the average values of the sector and even higher, which means that in relation to the sector performs well.

Key words: Economic-Financial Analysis, Financial Statements, Case Study e Ratios.

Agradecimentos

- “A persistência é o caminho do êxito.” *Charles Chaplin*
- “Eu posso aceitar a falha. Mas eu não posso aceitar não tentar”. *Michael Jordan*
- “No meio da confusão encontre a simplicidade. A partir da discórdia encontre a harmonia. No meio da dificuldade reside a oportunidade”. *Albert Einstein*
- “Matar o sonho é matar-nos. É mutilar a nossa alma. O sonho é o que temos de realmente nosso, de impenetravelmente e inexpugnavelmente nosso”. *Fernando Pessoa*
- “Lute com determinação, abrace a vida com paixão, perca com classe e vença com ousadia, porque o mundo pertence a quem se atreve e a vida é muito para ser insignificante.” *Charles Chaplin*

Quero agradecer a quem me fez acreditar que quando queremos alguma coisa conseguimos, que ninguém é mais do que tu...

Que com esforço, dedicação, foco, planos e objetivos tudo se concretiza com mais ou menos luta, mas que tudo é possível.

Agradecer do fundo do coração à minha família, principalmente aos meus pais por me darem a oportunidade e por me ajudarem a seguir e alcançar os meus sonhos. Mesmo tu, pai, passando dias e dias no mar para me poderes dar uma vida melhor, obrigada por tudo! Aos meus pais, muito obrigada pelos vossos conselhos, pelas oportunidades, por me incutirem educação e todos os valores, por me incentivarem a querer ser mais e mais, por me ensinarem que não é ficando parada que as coisas aparecem, mas sim ir à luta.

Não interessa se perdemos, só importa saber que tentamos e que se perdemos temos a consciência que não poderíamos ter feito melhor.

Um especial obrigado ao meu orientador, pela dedicação, paciência e incentivo que teve para comigo, sem ele teria sido impossível.

Obrigada a todos que fizeram parte desta caminhada exaustiva, desgastante, cansativa, mas que no final fica com um sabor especial!

Lista de Abreviaturas

AFT – Ativos Fixos Tangíveis

CE – Comissão Europeia

CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

CIRS – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

DF'S – Demonstrações Financeiras

DR – Demonstração dos Resultados

EC – Estrutura Conceptual

FM – Fundo Maneio

FSE – Fornecimentos e Serviços Externos

GAF – Grau de Alavanca Financeira

GAO – Grau de Alavanca Operacional

IAS – *International Accounting Standard*

IASB – *International Accounting Standards Board*

IFRS – Normas Internacionais de Relato Financeiro

IRC – Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas

IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado

NCM – Normas Contabilísticas para Microentidades

NCRF - Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

NCRF - PE – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades

NFM – Necessidades de Fundo Maneio

NI – Normas Interpretativas

NIC- Normas Internacionais de Contabilidade

PME – Pequenas e Médias Empresas

ROE – *Return On Equity* (Rendabilidade do Capital Próprio)

SIC – Standing Interpretations Committee

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

VN- Volume de Negócios

Índice de Tabelas

Tabela 1- Critérios de definição de micro, pequenas e médias empresas	4
Tabela 2- Lançamento contabilístico com um débito e um crédito	31
Tabela 3- Lançamento com um débito e dois ou mais créditos	33
Tabela 4- Lançamento contabilístico com dois ou mais débitos e um crédito	34
Tabela 5- Lançamento Contabilístico de um Recibo Verde- Advogado	35
Tabela 6- Lançamento contabilístico: operação de venda em contexto iva.....	36
Tabela 7- Lançamento contabilístico: operação de compra em contexto iva	37
Tabela 8- Lançamento contabilístico: Descontos concedido	38
Tabela 9- Lançamento contabilístico: Descontos obtido	38
Tabela 10- Lançamento contabilístico: Subscrição e Realização de capital.....	39
Tabela 11- Subsídio de Alimentação	41
Tabela 12- Sobretaxa para os Rendimentos	42
Tabela 13- taxas contributivas	42
Tabela 14- taxas contributivas	43
Tabela 15- Processamento de Remunerações aos funcionários.....	44
Tabela 16- Lançamento contabilístico: Processamento dos encargos sobre remunerações da responsabilidade da entidade patronal	49
Tabela 17- Lançamento contabilístico: Pagamento de Remunerações (pagamentos ao pessoal)..	50
Tabela 18- Lançamento contabilístico: Pagamento de Encargos sobre as Remunerações	50
Tabela 19- Liquidez Geral	102
Tabela 20- Liquidez Reduzida	104
Tabela 21- Liquidez Imediata	105
Tabela 22- Solvabilidade	106
Tabela 23- Autonomia Financeira.....	107
Tabela 24- Rácio de Endividamento	110
Tabela 25- Rotação Ativo	111
Tabela 26- Rotação dos inventários	113
Tabela 27- Prazo Médio de Inventários	114
Tabela 28- Prazo Médio de Recebimentos	115
Tabela 29- Prazo Médio de Pagamento	117
Tabela 30- Rotação dos Clientes	119
Tabela 31- Ciclo Conversão de Caixa	120
Tabela 32- Resumo rácios de Funcionamento- Sotkon	121
Tabela 33- Resumo rácios de Funcionamento- ASFC- SGPS	122
Tabela 34- Margem Bruta	123
Tabela 35- Rendibilidade do Ativo	124
Tabela 36- Rendibilidade Líquida das Vendas.....	125
Tabela 37- Rendibilidade Operacional das Vendas.....	126
Tabela 38- Rendibilidade dos Capitais Próprios	128
Tabela 39- Grau de Alavanca Operacional	130
Tabela 40- Grau de Alavanca Operacional	130
Tabela 41- Grau de alavanca financeira.....	131
Tabela 42- Grau combinado de Alavanca	132
Tabela 43- Demonstração dos Resultados e Intervenientes	139

Índice de figuras

Figura 1 - Organograma do grupo iConsulting- group	3
Figura 2 - Logótipo da empresa	4
Figura 3- Contabilidade Financeira vs Contabilidade de Gestão.....	10
Figura 4- Estrutura Conceptual - Critérios de reconhecimento e Mensuração	11
Figura 5- Tarefas Realizadas pela Empresa	25
Figura 6- Primeiro passo a iniciação dos lançamentos	29
Figura 7- segundo passo para a iniciação dos lançamentos	29
Figura 8- terceiro passo para iniciar o lançamento	30
Figura 9- Exemplo Conciliação Bancária	40
Figura 10- Salários	51
Figura 11- Exemplo Processamento Salários.....	52
Figura 12- IRS.....	53
Figura 13- Segurança Social -Guia	54
Figura 14- Segurança Social- Guia de pagamento.....	55
Figura 15- DMR.....	56
Figura 16- Declaração Modelo 10	59
Figura 17- Apuramento IVA.....	61
Figura 18- Exemplo de uma Declaração de IVA	62
Figura 19- Ficheiro SAFT.....	63
Figura 20- Stock Inventário	64
Figura 21- Países integradores da ASFC.....	68
Figura 22- Sotkon PT- Análise Estrutural Balanço.....	71
Figura 23- Sotkon PT- Variação Balanço	72
Figura 24- Sotkon PT- Análise Estrutural DR	73
Figura 25- Sotkon PT- Variação da DR.....	73
Figura 26- ASFC- Análise Estrutural do Balanço	77
Figura 27- ASFC- Variação do Balanço	78
Figura 28- ASFC- Análise Estrutural da DR	79
Figura 29- ASFC- Variação da DR.....	79
Figura 30- SOTKON PT- Demonstração Fluxos de Caixa.....	89
Figura 31- ASFC-Demonstração Fluxos de Caixa	90
Figura 32- SOTKON PT- Balanço Funcional.....	96
Figura 33- SOTKON PT-Gráfico Balanço Funcional	96
Figura 34- ASFC- Balanço Funcional	97
Figura 35- ASFC- Gráfico Balanço Funcional	98
Figura 36-Fases do processo da gestão estratégica.....	135

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I- Iconsulting-group.....	3
1. Apresentação da Empresa	3
1.1 História	3
1.2 Missão	5
1.3 Visão.....	5
1.4 Valores.....	5
1.5 Orientações estratégicas do grupo	6
Capítulo II – Enquadramento Teórico	7
2. Contabilidade	7
2.1 Contabilidade	8
2.1.1 Contabilidade Organizada e não organizada	8
2.1.2 Divisões da Contabilidade: Contabilidade Financeira e Contabilidade de gestão.....	10
2.2 Estrutura conceptual.....	11
2.2.1 Evolução histórica e legal do Sistema de Normalização Contabilística	13
2.2.1.1 Adoção das NIC, IAS/IFRS.....	13
2.2.1.2 Alteração de POC para SNC.....	14
2.2.1.3 Características do SNC	14
2.2.1.4 Pequenas entidades- NCRF- PE.....	16
2.2.1.5 Normalização Contabilística para microentidades- NCM.....	17
2.3. Análise Económico-Financeira	18
2.4 Demonstrações Financeiras	19
2.4.1 Balanço.....	21
2.4.2 Demonstração dos Resultados	23
2.4.3 Demonstração de Fluxos de Caixa	24
Capítulo III-Estágio	25
Capítulo IV-Análises	68
4. Sotkon, Portugal – Sistemas de Resíduos S.A e o grupo ASFC- SGPS, S.A.	68
4.1. Análise Económico Financeira da Empresa.....	70
4.1.1 Análise do Balanço e da Demonstração dos Resultados	70
4.2 Análise do Mapa de Fluxos de Caixa	88
4.3. Análise do Balanço Funcional e Equilíbrio Financeiro	91
4.4. Análise dos Rácios	100
4.4.1 Rácios de Liquidez:.....	101
4.4.2 Rácios de Equilíbrio Financeiro ou Estrutura de capital	106
4.4.3 Rácios de funcionamento	111
4.4.4 Rácios económicos.....	123
4.4.5 Rácios de Rendibilidade	124
4.4.7 Rácios de Mercado:.....	129
4.5 Análise do Risco	130
4.5.1 Grau de Alavancagem Operacional (GAO) -.....	130
4.5.2 Grau de Alavanca Financeira (GAF).....	131
4.5.3 Grau Combinado de Alavanca.....	132
Capítulo V -Diagnóstico Financeiro	133
5.1 O impacto na estratégia da empresa	133
5.2 A gestão do valor da empresa	137

Capítulo VI- Considerações finais.....	141
7. Referências Bibliográficas	143
8. Anexos.....	147

Introdução

É importante para as empresas, independentemente da sua dimensão ou natureza conhecerem de forma exata a sua situação económico financeira.

Matarazzo (2007, p. 27) salienta que o diagnóstico de uma empresa usualmente inicia-se com uma exigente análise aos balanços, no qual tem como objetivo principal determinar quais são os pontos críticos e possibilitar, de imediato, a apresentação de prioridades para a solução dos problemas.

A análise económica e financeira concentra-se em torno de questões fundamentais para avaliar a situação económico e financeira de uma organização e que de forma, direta ou indiretamente, influencia a sua evolução nomeadamente, ao nível do equilíbrio financeiro, da rendibilidade dos capitais, do risco e do valor criado pela gestão. Neves (2007)

Objetivo Pesquisa

Este trabalho tem como objetivo principal a análise económico financeira à empresa Sotkon, Portugal – Sistemas de Resíduos S.A e ao grupo ASFC- SGPS, S.A, com recursos a rácios, num período de 2012 a 2016 e perceber o impacto, a evolução e diferença nos rácios de um grupo para o outro, como também perceber a percentagem da Sotkon Portugal no grupo ASFC.

Os objetivos específicos para este trabalho são:

- 1) Analisar as Demonstrações Financeiras em termos de estrutura e variação;
- 2) Cálculo dos Rácios Económicos e Financeiros;
- 3) Analisar e avaliar a evolução da empresa no período de cinco anos (2012, 2013 ,2014, 2015, 2016);
- 4) Diagnóstico da Empresa.

Estrutura do Trabalho

O presente trabalho foi efetuado no âmbito de um estágio curricular, tendo como objetivo principal a conclusão do Mestrado de Contabilidade e Finanças.

O estágio foi efetuado na empresa IConsulting-Group na Ramada, iniciou-se em vinte e dois de janeiro de dois mil e dezoito e terminou no dia trinta e um de maio do mesmo ano, com a duração de quatrocentas horas de trabalho. O trabalho irá estar dividido da seguinte forma: Introdução, Apresentação da Empresa, Estágio e Análise da Empresa, Diagnóstico Financeiro e Conclusões.

A primeira parte do trabalho, divide-se pelo objetivo da pesquisa e estrutura do trabalho.

No primeiro capítulo vai ser abordado a apresentação da empresa, como a sua História, Missão, Valores e Estrutura da mesma.

A segunda parte, mais teórica, designada por capítulo II, vai ser o enquadramento dos mapas e das várias análises: Análise Económico-Financeira, Demonstrações Financeiras, Mapa de Fluxos de Caixa e Balanço Funcional e Equilíbrio Financeiro.

No terceiro capítulo, designado por Estágio vai ser especificado todas as tarefas elaborados no estágio.

No quarto capítulo, nominado de Análises é o capítulo onde serão elaboradas e interpretadas as análises efetuadas às empresas: análise económico-financeira da empresa, análise do Mapa de Fluxos de Caixa da empresa, análise do Balanço funcional da empresa, análise do equilíbrio financeiro da empresa e análise dos rácios da empresa (rácios de liquidez, rácios de equilíbrio financeiro, rácios de funcionamento, rácios de financiamento, rácios de rentabilidade).No último capítulo, designado de Diagnóstico Financeiro vai ser abordado o impacto na estratégia da empresa como a gestão do valor da empresa.

Este capítulo incide sobre a apresentação da empresa onde foi elaborado o estágio, de quatro meses. Neste capítulo será abordado, a história, a missão, visão, valores e orientações estratégicas do grupo.

1. Apresentação da Empresa

Neste primeiro capítulo, será apresentado a empresa quanto à sua história, missão, visão, valores e estratégia.

1.1 História



Figura 1 - Organograma do grupo iConsulting- group (retirado em 28/02/2018 do Bitrix, plataforma online utilizada pelo grupo)

A Iconsulting- Group iniciou atividade em 2014, em Matosinhos, e está atualmente no Porto (Ramalde). Esta empresa consiste num pequeno grupo de consultoria que abrange diferentes áreas de negócio, nomeadamente consultoria contabilística, financeira, de gestão, informática, marketing digital e legal.

Para poder atuar em todas as áreas de forma individualizada na área da consultoria a empresa é composta por três diferentes unidades estratégicas de negócio, designadas de Iconsulting, iTechit e iVolution.

Inicialmente a empresa era constituída apenas pela empresa Iconsulting-Group que tinha como objetivo principal prestar serviços de contabilidade, gestão, finanças e jurídico, tendo já uma forte vertente ligada ao empreendedorismo já que está diretamente relacionado com o apoio à criação e crescimento de empresas para investidores nacionais e internacionais, que pretendam estabelecer o seu negócio em Portugal ou no estrangeiro. A IConsulting- Group está dividida nas três grandes áreas descritas anteriormente. Podemos ainda contar com os seguintes serviços dentro da contabilidade e gestão: elaboração de planos de negócio, controlo de gestão, reestruturação e recuperação de empresas, análise financeira e de risco de empresas, que possui agora também os serviços de internacionalização, planos de internacionalização, planos de *marketing* internacionais e financiamentos para a internacionalização. Importa salientar que também atua como

intermediário no sistema de incentivos do Portugal 2020 entre empresas candidatas e os fundos comunitários, bem como com outro tipo de financiamentos.

Com a criação das empresas iTechit e iVolution, que se focam no serviço de consultoria nas áreas de desenvolvimento de plataformas web e aplicações móveis- enquanto a outra foca-se nos serviços de *design*, *web design*, *vídeo* e *marketing*, respetivamente. Deste modo, o negócio da empresa assenta em dois grandes pilares: na gestão de empresas e na dimensão digital.

	Nº. Trabalhadores	Volume de Negócios
Microempresa	1-9	$\leq 2.000.000.00\text{€}$
Pequena Empresa	10-49	$2.000.001.00\text{€} \leq \text{VN} \leq 10.000.000.00\text{€}$
Média Empresa	50-249	$10.000.001.00\text{€} \leq \text{VN} \leq 50.000.000.00\text{€}$

Tabela 1- Critérios de definição de micro, pequenas e médias empresas. (Elaboração própria)

É considerado uma pequena empresa pois, emprega apenas 11 pessoas e o volume de negócios anual não ultrapassa os 10 milhões de euros.



Figura 2 - Logótipo da empresa

Fonte: Iconsulting-group, 2018

1.2 Missão

Segundo Teixeira, S. (2005 :35) “Missão de uma organização consiste na definição dos seus fins estratégicos gerais. É o enunciado dos propósitos gerais e permanentes que expressam as intenções fundamentais da gestão global -de nível superior- da empresa, proporcionando orientações para o seu desenvolvimento futuro.”

A empresa tem a seguinte declaração de missão: “A missão inicia-se no foco da relação da confiança com os seus clientes em regime *business to business*. Na perspetiva da iConsulting, os clientes são os elementos mais importantes no desenvolvimento da sua atividade. Para tal, apoia de forma personalizada e contínua as empresas, com níveis de qualidade de excelência e rigor. A iConsulting pretende assim criar valor de forma eficiente em todas as suas vertentes.”

A missão é a razão de ser da empresa, é o objetivo fundamental que se pretende atingir, apresentado de uma forma genérica e sintética e eu traduz a finalidade última da empresa.

1.3 Visão

Para Collins & Porra (1998 :22) a visão é que “os grandes navegadores sempre sabem onde fica o Norte. Sabem aonde querem ir e o que fazer para chegar ao seu destino. Com as grandes empresas acontece a mesma coisa: elas têm visão. É isso que lhes permite administrar a continuidade e a mudança simultaneamente.”

A empresa tem a seguinte declaração de visão: “A visão da iConsulting coloca a empresa num patamar de exigência e desafio que a conduzirá ao sucesso. Movendo-se pela ambição, quer ser PME Líder em 2020 e alcançar o nível das 5 melhores consultoras de Matosinhos ou as 20 melhores da área metropolitana do Porto.”

1.4 Valores

Os valores podem ser organizacionais, pessoais e sociais.

Segundo Reis, L. dos. (2000 :25), “os valores representam as convicções e os princípios éticos que decorrem da finalidade da empresa.”

Os valores estão intimamente ligados às crenças que os gestores têm do negócio e das pessoas, ou seja, os valores são influenciados pelas escolhas dos gestores quanto à sua missão, metas e objetivos da empresa.

Embora não esteja presente no *website* oficial da empresa nem em qualquer outra plataforma, o *CEO* Gabriel Gonçalves afirma que o grupo iConsulting rege-se por um conjunto de valores que deseja introduzir e, conseqüentemente, manter junto do ambiente jovem, empreendedor e dinâmico: são eles a eficiência, o *timing* e a qualidade no ambiente de trabalho.

1.5 Orientações estratégicas do grupo

Segundo Freire (1997: 17) “A estratégia de uma empresa assenta na gestão criteriosa dos seus recursos distintivos para criar produtos e serviços que alcancem uma aceitação no mercado superior à da concorrência.”

O grupo iConsulting dedica a sua atividade às empresas pequenas e novas que se pretendem instalar-se e afirmar-se nas respetivas indústrias, dando apoio nos diferentes serviços e apoio no crescimento das mesmas.

Para Reis, L. dos. (2000 :15) “conhece o teu inimigo e conhece-te a ti mesmo. Se tiveres de travar cem guerras, cem vezes sairás vitorioso. Se ignoras o teu inimigo e te conheces a ti mesmo, a probabilidade de perderes é igual à de ganhares. Se ignorares o teu inimigo e a ti mesmo, os teus combates saldar-se-ão por derrotas”.

O objetivo de qualquer empresa é ter um maior crescimento e rentabilidade possível e como tal a empresa iConsulting-Group não se fica atrás. As empresas passam por diversas fases com características semelhantes as suas estratégias, objetivos, processos, metas e estruturas.

A vida das organizações apresenta um razoável grau de semelhança com o ciclo de vida dos organismos vivos: nascem, têm infância e adolescência, atingem a maioridade, envelhecem e morrem. Como tal qualquer organismo vivo, seja ele uma planta, um animal ou uma pessoa, está submetido a um fenómeno chamado ciclo de vida.

Capítulo II – Enquadramento Teórico

Este capítulo é teórico onde vai ser organizado por uma breve introdução sobre a contabilidade e ainda será composto pelo enquadramento teórico dos mapas e das várias análises: Análise Económico-Financeira, Demonstrações Financeiras, Mapa de Fluxos de Caixa e Balanço Funcional e Equilíbrio Financeiro.

2. Contabilidade

Desde sempre, ao longo das civilizações o homem sentiu a necessidade de saber qual o resultado económico das suas atividades.

“O objetivo da contabilidade é o de fornecer informação de natureza económica e financeira aos utilizadores internos e externos à entidade. Para tal, a informação contabilística para ser útil terá que ser capaz de alterar crenças e perceções e terá que ser disponibilizada de maneira estruturada dentro de um esquema de planeamento contabilístico.” Eusébio Pires da Silva & Ana Cristina Pires da Silva. (2010 :21).

Para Castro, F. L. de. (1992 :10) “a contabilidade regista informações que são provenientes de todos os atos da vida da empresa.”

A contabilidade é uma atividade “que proporciona informação, geralmente quantitativa e muitas vezes expressa em unidades monetárias para a tomada de decisões, planeamento, controlo das fonte e operações, avaliação de desempenho e relato financeiro a investidores, credores, autoridades e reguladores e o público” (Ralph, 1922).

Sá (2006:46) defende que a “contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais.”

Marion (2012b :27) defende que “contabilidade pode ser considerada como sistema de informação destinado a promover os seus colaboradores de dados para ajudá-los a tomar decisão.”

A contabilidade não é uma função complicada, tem em vista a determinação da situação patrimonial das empresas num dado momento.

Segundo Matos, H. Viegas da S. & M. A. (1990 :17) “Ora a contabilidade nada tem de complicado. Trata-se apenas de um conjunto e meios ao nosso dispor para, quer em casa, quer na empresa, avaliarmos, no fim de um determinado período qual o resultado – quantificado em valores monetários- alcançado após deduzirmos as despesas feitas dos rendimentos obtidos.”

Para (Masi) “A contabilidade é a ciência do património”, pois a contabilidade tem como objeto de estudo as variações ocorridas no património. Todas as movimentações que possam existir no património de uma entidade são registadas na contabilidade. O património é o conjunto de bens, direitos e obrigações ligados a

uma pessoa ou entidade. A parte positiva do património é chamado de Ativo que se designa aos bens e direitos que a empresa tem, e as obrigações, a parte negativa do património, chamada de Passivo.

“A contabilidade é um método de investigação da atividade económica”. (Popoff)

As principais funções da contabilidade são:

- ✓ Função de registo
- ✓ Função de controlo
- ✓ Função de avaliação
- ✓ Função de previsão

2.1 Contabilidade

De acordo com o IAS 1, esta norma tem como objetivo “prescrever a base para a apresentação de demonstrações financeiras de finalidades gerais, por forma a assegurar a comparabilidade quer com as demonstrações financeiras de períodos anteriores da entidade, quer com as demonstrações financeiras de outras entidades. Para conseguir este objetivo, esta Norma desenvolve requisitos globais para a apresentação de demonstrações financeiras, diretrizes para a sua estrutura e requisitos mínimos para o respetivo conteúdo. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de transações específicas e outros acontecimentos são tratados noutras Normas e Interpretações.”

2.1.1 Contabilidade Organizada e não organizada

Os titulares de rendimento empresariais e profissionais podem estar abrangidos por dois tipos de contabilidade: contabilidade organizada e contabilidade não organizada.

A contabilidade não organizada destina-se a profissionais liberais, pequenos retalhistas e empresas em nome individual, ou seja, aos sujeitos passivos no âmbito da categoria B do CIRC. A contabilidade não organizada ou regime simplificado, é uma opção para os profissionais ou empresários individuais que recebam um montante anual líquido de rendimento inferior ou igual a 200 000.00€ no exercício da sua atividade.

A contabilidade organizada diz respeito a tributar rendimentos que são consequentes de uma atividade comercial ou de um negócio, é um regime fiscal obrigatório para quem tiver o rendimento anual líquido superior a 200 000.00€, para as sociedades (Quotas, anónimas, comanditas, etc.) e são obrigadas a contratar um contabilista certificado (TOC).

Os titulares de rendimentos empresariais e profissionais que não sejam incluídos pelo regime simplificado de tributação são obrigados a possuir contabilidade organizada.

De acordo, com o n.º 1 do artigo 117º (Obrigações contabilísticas) do (CIRS):

“Os titulares de rendimentos da categoria B que não estejam abrangidos pelo regime simplificado de tributação são obrigados a dispor de contabilidade organizada, nos termos da lei comercial e fiscal, que permita o controlo do rendimento apurado. 2 - Aos sujeitos passivos referidos no número anterior é aplicável o disposto no artigo 115.º do Código do IRC. (Redação dada pelo Decreto-Lei 198/01, de 3 de julho)”.

Relativamente às empresas, as mesmas devem cumprir de acordo com o artigo 123.º do CIRC, n.º1 (obrigações contabilísticas):

“As sociedades comerciais ou civis sob forma comercial, as cooperativas, as empresas públicas e as demais entidades que exerçam, a título principal, uma atividade comercial, industrial ou agrícola, com sede ou direção efetiva em território português, bem como as entidades que, embora não tendo sede nem direção efetiva naquele território, aí possuam estabelecimento estável, são obrigadas a dispor de contabilidade organizada nos termos da lei que, além dos requisitos indicados no n.º 3 do artigo 17.º, permita o controlo do lucro tributável.”

Tendo em conta o seu objetivo final, a contabilidade deve proceder de acordo com o artigo 17º n.º3 do CIRC, para a determinação do lucro tributável:

“De modo a permitir o apuramento referido no n.º 1, a contabilidade deve:

a) Estar organizada de acordo com a normalização contabilística e outras disposições legais em vigor para o respetivo setor de atividade, sem prejuízo da observância das disposições previstas neste Código; Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Republicado pela Lei n.º 2/2014 de 16 de janeiro);

b) Refletir todas as operações realizadas pelo sujeito passivo e ser organizada de modo que os resultados das operações e variações patrimoniais sujeitas ao regime geral do IRC possam claramente distinguir-se das restantes;

c) Estar organizada com recurso a meios informáticos.

Também existe um artigo para a contabilidade não organizada especificamente o n.º 1 do artigo 124 do CIRC, ao definir que as entidades dispensadas de possuir uma contabilidade organizada são:

“1 - As entidades com sede ou direção efetiva em território português que não exerçam, a título principal, uma atividade comercial, industrial ou agrícola devem possuir obrigatoriamente os seguintes registos:

a) Registo de rendimentos, organizado segundo as várias categorias de rendimentos considerados para efeitos de IRS;

b) Registo de encargos, organizado de modo a distinguirem-se os encargos específicos de cada categoria de rendimentos sujeitos a imposto e os demais encargos a deduzir, no todo ou em parte, ao rendimento global;

c) Registo de inventário, em 31 de dezembro, dos bens suscetíveis de gerarem ganhos tributáveis na categoria de mais-valias.

2.1.2 Divisões da Contabilidade: Contabilidade Financeira e Contabilidade de gestão

A contabilidade financeira como a contabilidade de gestão é de extrema importância, ambas são utilizadas para avaliar o desempenho da empresa e para apresentar a posição da entidade.

Contabilidade Financeira	Contabilidade de Gestão
<ul style="list-style-type: none">• Gera informação para as entidades externas;• principais utentes: gestores, acionistas, investidores e clientes.• Obrigatória por lei;• Informação monetária• A sua periodicidade de apresentação pode ser: mensal, trimestral e anual, consoante a dimensão e necessidade da empresa;• Baseada em factos passados e históricos;• Proporcionar relatórios genéricos, de âmbito geral;• Informação muito gregada (DF's);	<ul style="list-style-type: none">• Gera informação para as entidades de organização (interna), baseada gestão de custos vendidos e serviços prestados;• Destina-se: gestores, chefes e diretores;• Utilização facultativa;• Informação monetária e não monetária: nº funcionários, quantidade matéria-prima para consumo e venda;• Feito à medida das necessidades da empresa;• Orientação prospetiva para o futuro;• Proporcionar informação relevante e proporciona relatórios específicos, de âmbito restrito;• Informação mais detalhada;

Figura 3- Contabilidade Financeira vs Contabilidade de Gestão

Fonte: Elaboração Própria

2.2 Estrutura conceptual

O decreto lei 918/2015, de 29 de julho, publicado no Diário da República, veio aprovar a estrutura conceptual do SNC, este tem como principal objetivo estabelecer os conceitos subjacentes à elaboração e apresentação das demonstrações financeiras para os utentes externos.

Os utentes (investidores atuais, empregados, mutuantes, fornecedores, outros credores comerciais, clientes e governo) utilizam as demonstrações financeiras com o objetivo de satisfazerem as suas necessidades de informação.

A estrutura conceptual trata do objetivo das demonstrações financeiras, das características qualitativas que determinam a utilidade da informação nas demonstrações financeiras, a definição, reconhecimento e valorimetria dos elementos a partir dos quais se constroem as demonstrações financeiras e trata dos conceitos de capital e de manutenção de capital.

O esquema que se persegue indica os principais elementos das demonstrações financeiras e os seus critérios de reconhecimento e mensuração:

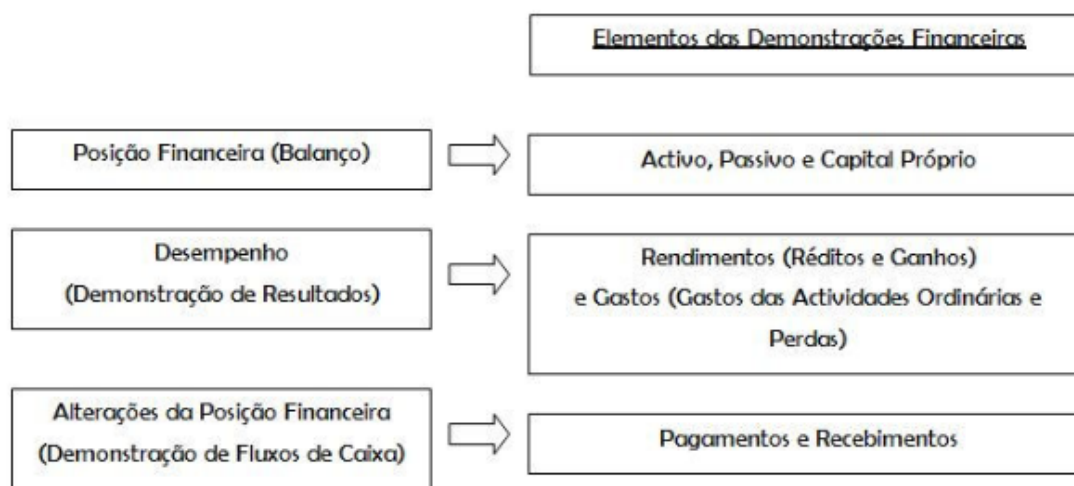


Figura 4- Estrutura Conceptual - Critérios de reconhecimento e Mensuração

Fonte: Portal Gestão

As características qualitativas são as particularidades que tornam a informação relativa nas demonstrações financeiras útil aos utentes.

As quatro **principais características qualitativas** são:

- Compreensibilidade -rapidamente compreensível pelos utentes;
- Relevância – capacidade para influenciar as decisões aos destinatários de informação;
- Fiabilidade – isenta de erros materiais e de juízos prévios;
- Comparabilidade – de modo a possibilitar a definição de tendências de evolução e possibilitar a comparação com outras empresas;

É aplicada a todas as entidades que relatam, sendo aquelas relativamente às quais existem utentes que confiam nas DF'S como sua fonte principal de informação a seu respeito, de acordo com a EC - âmbito (parágrafos 5 a 7).

2.2.1 Evolução histórica e legal do Sistema de Normalização Contabilística

A evolução da contabilidade é marcada pelos seguintes momentos:

- A criação da aula de Comércio em 1759
 - A aula de comércio, criada por Marquês de Pombal, que se caracterizava por uma infraestrutura educacional que ajudou o país a não depender dos contabilistas estrangeiros;
 - Partidas Dobradas.

- A aprovação do POC e 1977
 - Processo normalizador, normalizou a prestação de contas;
 - Facilitou o ensino, ajudou a melhorar o ensino da contabilidade;
 - Disciplinou a prestação de contas;
 - Criação de planos sectoriais.

- A adoção das normas internacionais de contabilidade (NIC) e das Normas internacionais de Relato Financeiro;

- Criação do SNC em 2010
 - A criação do SNC, aplicável à generalidade das sociedades de modo a permitir a comparabilidade entre empresas em Portugal.

2.2.1.1 Adoção das NIC, IAS/IFRS

- Com a adoção, pretendeu-se que seja a base para a preparação da informação financeira, em ambiente de globalização;
- Papel e desenvolvimento dos mercados financeiros e de capitais;
- A transição para as normas internacionais de relato financeiro foi um dos maiores desafios enfrentados por todas as empresas portuguesas com títulos cotados em bolsa;
- Estas normas são de aplicação obrigatória às empresas cujos títulos são negociados publicamente (nas contas individuais em 2007, e nas contas consolidadas em 2005).

2.2.1.2 Alteração de POC para SNC

- Globalização da economia com custos consequentes de duplicação da contabilidade;
- Grande peso e influência política das empresas multinacionais;
- Emergência de acionistas deslocalizados;
- Diluição das fronteiras económicas
- Carência de mercados financeiros de informação relativa a fundos de investimentos e empresas em bolsa;
- O governo aprovou a legislação sobre o novo Sistema de Normalização Contabilística- SNC que vem substituir o POC, o qual entrou em vigor em 2010.

2.2.1.3 Características do SNC

O SNC é criado pelo DL 158/2009 de 13 de julho, revogando o POC e legislação complementar.

- O SNC é um sistema que permite preparar a contabilidade com mais conceitos económicos e menores conceitos legais;
- Está em sintonia com as IAS/IFRS;
- Garante a ligação com as Diretrizes Contabilísticas Comunitárias, coerente com a 4º e 7º diretivas;
- Garante flexibilidade de adaptação às alterações do IASB a adotar pela União Europeia.
- Aumentar a transparência e comparabilidade das informações financeiras a nível internacional;
- Melhorar o funcionamento dos mercados de capitais;
- Reforçar a liberdade de circulação de capitais;
- Proteger os investidores e aumentar a confiança nos mercados financeiros.

O SNC apresenta-se sob a forma de um conjunto de documentos organizados e sistematizados, de acordo com a seguinte estrutura:

- Bases para a apresentação das demonstrações financeiras;
- Modelos de Demonstrações Financeiras;
- Código de Contas;
- Normas contabilísticas de relato financeiro;
- Normas contabilísticas de relato financeiro para pequenas entidades;
- Normas interpretativas.

O regulamento (CE) nº 1606/2002 determinou a adoção e a utilização na comunidade das normas internacionais de contabilidade IAS/IFRS e as suas respetivas interpretações SIC/IFRIC, acolhendo as necessidades alargadas em termos do relato financeiro, no decurso das profundas alterações ocorridas no

ambiente económico e financeiro. As alterações decorreram por: concentração de atividades empresariais, criação de grandes espaços económicos, regionalização e globalização dos mercados financeiros e das bolsas de valores, liberalização do comércio e globalização da economia e internacionalização das empresas. Com o objetivo de se aproximar de novos padrões comunitários a normalização contabilística vem criar o SNC.

É obrigatoriamente aplicável às seguintes entidades que não apliquem diretamente as IAS/IFRS e que não estejam sujeitas à supervisão do Banco de Portugal ou instituto de seguros de Portugal (decreto lei nº158/2009, de 13 de julho – artº3 âmbito):

- ✓ Sociedades abrangidas pelo código comercial;
- ✓ Empresas individuais reguladas pelo código comercial
- ✓ Estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada
- ✓ Empresas públicas;
- ✓ Cooperativas;
- ✓ Agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico.

2.2.1.4 Pequenas entidades- NCRF- PE

1 - A «Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades» (NCRF-PE), compreendida no SNC, apenas pode ser adotada, em alternativa ao restante normativo, pelas entidades, de entre as referidas no artigo 3.º e excluindo as situações dos artigos 4.º e 5.º, que não ultrapassem dois dos três limites seguintes, salvo quando por razões legais ou estatutárias tenham as suas demonstrações financeiras sujeitas a certificação legal de contas:

- a) Total do balanço: (euro) 1 500 000;
- b) Total de vendas líquidas e outros rendimentos: (euro) 3 000 000;
- c) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50. (Limites alterados pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto)

2 - Os limites previstos no número anterior operam da seguinte forma:

a) Para as entidades constituídas em ano anterior à data da publicação do presente decreto-lei, os limites reportam-se às demonstrações financeiras do exercício anterior ao da publicação do mesmo, produzindo efeitos a partir do exercício em que este entre em vigor;

b) Para as entidades que se constituam no ano de publicação do presente decreto-lei, os limites reportam-se às previsões para esse ano e produzem efeitos a partir do exercício em que este entre em vigor;

c) Para as entidades que se constituam nos anos seguintes ao da publicação do presente decreto-lei, os limites reportam-se às previsões para o ano da constituição e produzem efeitos imediatos;

d) Sempre que os limites sejam ultrapassados num determinado exercício, a opção deixa de poder ser exercida a partir do segundo exercício seguinte, inclusive;

e) Sempre que os limites deixem de ser ultrapassados num determinado exercício, a entidade pode exercer a opção a partir do segundo exercício seguinte, inclusive.

3 - Nos casos em que uma pequena entidade integre o perímetro de consolidação de uma entidade que apresente demonstrações financeiras consolidadas, aquela não pode aplicar o regime previsto na NCRF-PE.

As entidades a que se aplique a NCRF-PE estão dispensadas de apresentar a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa.

2.2.1.5 Normalização Contabilística para microentidades- NCM

Esta norma foi aprovada pelo decreto-Lei 36 -A/2011, de 9 de março, que consta num regime simplificado das normas e informações contabilísticas que são destinadas só às microentidades.

De acordo com os artigos, 2º e 3º do decreto lei nº36ª/2011, de 09 de março, são consideradas microentidades, as que não estejam sujeitas a certificação legal de contas e que também não integrem o perímetro de uma consolidação e não ultrapassem os seguintes limites:

- ✓ total do balanço:50.000
- ✓ volume de negócios líquidos:500.000
- ✓ número de empregados durante o exercício:5

Em 2015, houve necessidade de emitir uma declaração de retificação 914/2015, nº146, de 29 de Julho de 2015, aviso nº8255/2015 referente a esta normalização contabilística. As retificações foram relativas aos seguintes parágrafos:

1 — No parágrafo 14.7, foi retificado para “Os subsídios atribuídos por entidades públicas que sejam não reembolsáveis e relacionados com ativos fixos tangíveis ou intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, devem ser apresentados no balanço como componente do capital próprio, e imputados como rendimentos do período, na proporção das depreciações e amortizações efetuadas em cada período”.

2 — No parágrafo 19.2, deve ler-se “Aquando da utilização desta Norma no período iniciado em ou após 1 de janeiro de 2016, as entidades deverão proceder à sua aplicação prospetiva e divulgar as quantias que não sejam comparáveis”.

2.3. Análise Económico-Financeira

Segundo, Nabais, C. A. da F. (1988 :25) “A análise económico-financeira é efetuada com base em documentos contabilísticos e em material de carácter extra contabilístico.

O balanço, a demonstração dos resultados e o mapa de origens e aplicações de fundos, são os documentos normalmente usados na análise financeira a fim de estudar a situação patrimonial da empresa.

Balanço	Demonstração dos Resultados
Documento fundamental no estudo da análise financeira	Documento fundamental no estudo da análise económica

Um dos métodos que estuda a evolução da situação económica e financeira da empresa consiste em estabelecer entre os dados fornecidos pelo balanço e outros documentos contabilísticos - já referidos em cima. Essa relação é designada por rácios, e a sua análise permite estudar, analisar e avaliar a situação financeira da empresa.

“A análise financeira equivale à realização de uma radiografia da empresa, numa perspetiva de evolução temporal, detetando pontos fortes e fracos e propondo medidas que ultrapassem possíveis fraquezas detetadas.” (Martins, 2002).

Segundo, Neves. J, (2003:20) “A rendibilidade é um imperativo necessário a qualquer empresa que pretenda viver numa economia de mercado, o equilíbrio financeiro é uma condição necessária, mas não suficiente à sobrevivência da empresa”. O mesmo autor, refere que a análise financeira é um processo baseado num conjunto de técnicas que têm como finalidade a avaliação e interpretação da situação económico-financeira da empresa e que estas finalidades se centram em torno das seguintes questões fundamentais para continuidade e evolução da empresa:

- ✓ O equilíbrio financeiro;
- ✓ Rendibilidade de capitais;
- ✓ O crescimento;
- ✓ O risco;
- ✓ O valor criado pela gestão.

2.4 Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras são relatórios contabilísticos que prestam apoio na tomada de decisão, o que os torna importantíssimos para as empresas, pois relata toda a situação financeira através do Balanço, da Demonstração dos Resultados, estes documentos são a base de qualquer análise económico-financeira.

Com base nos documentos disponibilizados pela IConsulting-group foram recriados, em Excel, todos os mapas contabilísticos.

Segundo António Borges et al. (2007) defendem que as demonstrações financeiras são quadros e notas informativas, relativos a um determinado período temporal, que contêm elementos quantitativos e qualitativos decorrentes do processo contabilístico aplicado pela entidade. Constituem a principal fonte de informação financeira da empresa e o seu objetivo é o de proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma empresa que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões.

Existem três tipos de demonstrações Financeiras como já referido anteriormente, NCRF, NCRF-PE e NCRF- NCM.

De acordo com a IAS 1, cada componente das demonstrações financeiras deve ser identificado claramente: o nome da entidade que relata, se as demonstrações financeiras abrangem uma entidade individual ou um grupo de entidades; a data do balanço ou o período abrangido pelas demonstrações financeiras, a moeda da apresentação e o por fim o nível de arredondamento usado na apresentação de quantias nas demonstrações financeiras.

O objetivo das demonstrações financeiras, segundo o parágrafo 1 da EC, é o de “[...] proporcionar informação que seja útil na tomada de decisões económicas” com o objetivo de conhecer os períodos favoráveis e desfavoráveis de investimento, calcular os lucros a distribuir e garantir a capacidade da empresa na geração e liquidação dos seus compromissos.

- ✓ Proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações da posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas;
- ✓ Pressupostos subjacentes às demonstrações financeiras: regime de acréscimo, continuidade;
- ✓ Características qualitativas: os atributos que tornam a informação proporcionada pelas demonstrações financeiras útil para os seus utilizadores. As principais são: compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade.

Bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras:

As demonstrações financeiras são uma representação estruturada de posição financeira e do desempenho financeiro de uma entidade.

- Necessidade de informação de utentes externos;
- Informação útil para a tomada de decisões;
- Posição financeira, desempenho e fluxos de caixa;
- Comparabilidade;
- Apresentação apropriada- conseguida pela conformidade com as NCRF aplicáveis.

Um conjunto completo de demonstrações financeiras inclui:

1. Um balanço;
2. Uma demonstração dos resultados;
3. Uma demonstração das alterações no capital próprio;
4. Uma demonstração dos fluxos de caixa; e
5. Um anexo em que se divulguem as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pela NCRF.

Políticas:

- ❖ **Continuidade** (pressuposto de que a entidade não pretende liquidar nem cessar de negociar);
- ❖ **Regime do acréscimo** (os ativos, passivos e capital próprio, rendimentos e ganhos devem ser reconhecidos quando satisfação dos critérios de reconhecimento);
- ❖ **Consistência de apresentação** (a apresentação e classificação de itens de demonstração financeiras deve ser mantida de um ano para o outro, salvo uma alteração significativa na natureza das operações que requeira diferentes critérios de apresentação ou classificação);
- ❖ **Materialidade e Agregação** (cada conjunto material de itens semelhantes deve ser apresentada de forma agregada nas demonstrações financeiras);
- ❖ **Compensação** (os ativos, passivos, rendimentos e gastos devem ser separadamente relatados, não devem ser compensados. Não é considerado compensação a mensuração de ativos líquida de deduções de valorização);
- ❖ **Informação comparativa** (deve ser divulgada informação comparativa no que respeita ao período anterior em todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras).

2.4.1 Balanço

O Balanço é um instrumento contabilístico que reflete a situação económico financeira da empresa, agregando um conjunto de rúbricas. O balanço é um dos relatórios contabilísticos obrigatórios que apresenta a situação patrimonial da empresa num determinado momento.

Marion (2009), defende que entre os relatórios gerados pela contabilidade, o balanço é o mais importante.

Eusébio Pires da Silva & Ana Cristina Pires da Silva. (2010 :47) afirmam que “o balanço apresenta a imagem da posição financeira da entidade em um determinado momento. Trata-se de uma quadra (mapa) em que são descritas as rúbricas, que constituem a “fotografia” das diferentes contas nas quais entraram e saíram valores, durante o período anterior à data da sua elaboração.”

Existe uma relação fundamental que tem de se verificar obrigatoriamente no balanço:

$$\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Capital Próprio}$$

Esta equação constitui o princípio básico da contabilidade, segundo o qual a aquisição do património da empresa – ativo - tem de ser financiada por capitais dos sócios - capital próprio. Se o primeiro for superior ao segundo, a empresa demonstra ter capacidade para pagar os seus compromissos a curto prazo, de outra forma é provável que a empresa se veja forçada a recorrer a empréstimos para liquidar as suas dívidas. O conjunto de bens e direitos constitui o ativo e de obrigações é composto o passivo.

Neves. J., (2012:91) “o balanço é um documento contabilístico que expressa a situação financeira de uma empresa, em determinada data”.

De acordo com a NRCF 1- Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, podemos concluir que “o modelo adotado para a demonstração de balanço assume a forma vertical, identificando o ativo, o capital próprio e o passivo. É assumido um formato único, que servirá de modelo para o relato financeiro quer para as contas individuais, quer para as contas consolidadas. As rubricas do balanço são classificadas segundo o critério de distinção entre ativos e passivos correntes e não correntes, definido nos §§ 10 a 13 da NRCF 1. “

De acordo com o art.178 da Lei nº6. 404/79 (alterado pela lei nº11.941 de 2009):

“No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

§ 1º - No ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

- a) ativo circulante;
- b) ativo realizável a longo prazo;
- c) ativo permanente, dividido em investimentos, ativo imobilizado e ativo diferido.

§ 2º - No passivo, as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

- a) passivo circulante;
- b) passivo exigível a longo prazo;
- c) resultados de exercícios futuros;
- d) patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados.

§ 3º - Os saldos devedores e credores que a companhia não tiver direito de compensar serão classificados separadamente.”

2.4.2 Demonstração dos Resultados

A Demonstração dos Resultados é um mapa contabilístico que tem como objetivo evidenciar os resultados - Lucros e Prejuízos - obtidos na atividade desenvolvida pela empresa. Resultados esses que podem ser operacionais - Rendimentos e Gastos que resultam da atividade normal da empresa - e financeiros - Rendimentos e Gastos que têm origem na função financeira da empresa.

Segundo António Borges et al. (2007 :35) “a Demonstração dos Resultados é um quadro alfanumérico que contem informação reportada a um determinado intervalo de tempo, isto é, a um período: enquanto que no balanço a informação se reporta a um determinado dia, na demonstração de resultados a informação reporta-se a um período de tempo que medeia entre as datas do balanço.”

Este relatório é elaborado no final de cada ano, tendo por base os rendimentos e gastos existentes ao longo do ano.

O conceito fundamental das Demonstrações Financeiras é o próprio conceito do resultado, ou seja:

$$\text{Resultados} = \text{Rendimentos} - \text{Gastos}$$

- Se os Rendimentos forem maiores que os Gastos podemos dizer que a empresa obteve Lucro contabilístico;
- Se os Rendimentos forem iguais aos Gastos, o resultado é nulo;
- Se os Rendimentos forem menores que os Gastos, a empresa obteve Prejuízo Contabilístico.

Para as demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, “foi adotado um formato vertical de formação do resultado líquido do período, a partir do rédito gerado pelas vendas e serviços prestados. A forma de apresentação das rubricas destas demonstrações financeiras respeita as orientações estabelecidas na NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras”.

De acordo com o art.º 187 n.º1 da lei n.º6 407/76, serão considerados, na determinação do resultado, as receitas e os rendimentos ganhos, independentemente da sua realização em moeda. E os custos, despesas, encargos e perdas pagas ou incorridas, são correspondentes as receitas e rendimentos.

2.4.3 Demonstração de Fluxos de Caixa

De acordo com Martins, E., & Maritns, C. Q. (2011), a NCRF 2 -Demonstração de Fluxos de Caixa vem definir que “a demonstração de fluxos de caixa deve relatar os fluxos durante o período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento”.

A Demonstração de Fluxos de Caixa é um mapa financeiro que permite conhecer como foi gerado e utilizado o dinheiro no período em análise.

Segundo Carrapiço, J. (2013 :51) este mapa deve relatar os fluxos durante o período classificados por *Atividades Operacionais* (Todas as atividades que constituem as operações normais da empresa e todas as que não sejam consideradas como de investimento ou de financiamento), *Atividades de Investimento* (Inclui todos os pagamentos e recebimentos resultantes de todas as atividades correntes) e *Atividades de Financiamento* (que compreendem as diferentes formas de obtenção de fundos externos à empresa, junto dos acionistas, dos investidores ou da banca).

De acordo com Carrapiço, J. (2013, :52) as entidades sujeitas ao SNC, com exceção das Pequenas Entidades (PE), são obrigadas a apresentar a demonstração de fluxos de caixa pelo método direto, conforme previsto no Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que se transcreve:

Artigo 11.º

Demonstrações financeiras

1 - As entidades sujeitas ao SNC são obrigadas a apresentar as seguintes demonstrações financeiras:

- a) Balanço;
- b) Demonstração dos resultados por naturezas;
- c) Demonstração das alterações no capital próprio;
- d) Demonstração dos fluxos de caixa pelo método direto;
- e) Anexo.

2 - As entidades a que se refere o artigo 9.º são dispensadas de apresentar a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa, podendo apresentar modelos reduzidos relativamente às restantes demonstrações financeiras. 3 - Adicionalmente, pode ser apresentada uma demonstração dos resultados por funções.

Capítulo III-Estágio

Este estágio teve como objetivo fundamental aplicar em prática os conceitos e as matérias apreendidas durante o Curso de Especialização Tecnológica (CET) em Contabilidade, Licenciatura em Gestão de Empresas e no Mestrado em Contabilidade e Finanças.

O estágio teve como intuito a aplicação dos conhecimentos contabilísticos e fiscais. Permitiu perceber a realidade no mundo da contabilidade, bem como a aplicação de diversos conceitos e de diversas tarefas, aumentando, assim, a minha experiência.

O estágio iniciou-se no dia vinte e dois de janeiro de dois mil e dezoito e acabou no dia trinta e um de maio do mesmo ano.

As atividades elaboradas na empresa, são as seguintes:

Contabilidade	Planeamento e Preparação das Obrigações Fiscais:	Processamento de Salários:	Relatório Financeiro Mensal:
<ul style="list-style-type: none">➤ Revisão e análise do negócio do cliente;➤ Organização da informação e procedimentos➤ Orçamento e Plano de Negócios Anual;➤ Registos Contabilísticos;➤ Relatórios Financeiros.	<ul style="list-style-type: none">➤ Iva;➤ Retenção IRS/IRC;➤ Segurança Social;➤ Declaração de fim de ano (modelo 22);➤ IES	<ul style="list-style-type: none">➤ Recibos de Vencimento;➤ Folha de Remunerações➤ Guias de Pagamento;➤ Declarações anuais de Retenção de impostos dos colaboradores;➤ Relatório Único➤ Balanço Social.	<ul style="list-style-type: none">➤ Análise da conta de exploração mensal e anual;➤ Análise do orçamento e desvios;➤ Balanço;➤ Análise de Tesouraria➤ Demonstração de fluxos e de caixa;➤ Indicadores económico financeiros;➤ Análise por centro de custos

Figura 5- Tarefas Realizadas pela Empresa
Fonte: Elaboração própria

A empresa utiliza o TOC online que é um “sistema de gestão que facilita a comunicação com o contabilista e simplifica os processos de faturação das empresas e profissionais liberais”.

Todos os meses era-nos disponibilizado um calendário fiscal no qual obrigava-nos a seguir à regra (anexo 1).

Nestes quatro meses realizei as principais tarefas descritas a seguir:

Tarefa 1-Organização e Arquivo dos Documentos

A organização dos documentos consiste em organizar os mesmos, separando-os. Este é um dos processos e tarefas mais básicas da contabilidade, mas que é muito importante pois quanto mais rigorosa for a organização dos documentos, mais fácil é realizar o seu tratamento contabilístico.

A organização de documentos depende de empresa para empresa. Na empresa IConsulting-Group os documentos são ordenados por ordem decrescente de data e separados por tipo de documentos (recibos, faturas, vendas, compras, documentos bancários e despesas diversas) e separados por diários.

Quanto às faturas, tem de se ter em conta se as mesmas estão em conformidade com o disposto no nº5 do artigo 36º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (CIVA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro, especificamente:

“As faturas devem ser datadas, numeradas sequencialmente e conter os seguintes elementos:

- a) Os nomes, firmas ou denominações sociais e a sede ou domicílio do fornecedor de bens ou prestador de serviços e do destinatário ou adquirente, bem como os correspondentes números de identificação fiscal dos sujeitos passivos de imposto;
- b) A quantidade e denominação usual dos bens transmitidos ou dos serviços prestados, com especificação dos elementos necessários à determinação da taxa aplicável; as embalagens não efetivamente transacionadas devem ser objeto de indicação separada e com menção expressa de que foi acordada a sua devolução;
- c) O preço, líquido de imposto, e os outros elementos incluídos no valor tributável;
- d) As taxas aplicáveis e o montante de imposto devido;
- e) O motivo justificativo da não aplicação do imposto, se for caso disso;
- f) A data em que os bens foram colocados à disposição do adquirente, em que os serviços foram realizados ou em que foram efetuados pagamentos anteriores à realização das operações, se essa data não coincidir com a data da emissão da fatura.

No caso de a operação ou operações às quais se reporta a fatura compreenderem bens ou serviços sujeitos a taxas diferentes de imposto, os elementos mencionados nas alíneas b), c) e d) devem ser indicados separadamente, segundo a taxa aplicável.”

O arquivo dos documentos é feito num dossier (dossier para cada empresa, individual), todos eles etiquetados com o ano e com a nome da empresa correspondente.

De acordo com o artigo 52 nº1 do CIVA, os documentos têm de ser conservados durante um período de 10 anos:

“Os sujeitos passivos são obrigados a arquivar e conservar em boa ordem durante os 10 anos civis subsequentes todos os livros, registos e respetivos documentos de suporte, incluindo, quando a contabilidade é estabelecida por meios informáticos, os relativos à análise, programação e execução dos tratamentos.”

Tarefa 2- Classificação e Lançamentos Contabilísticos

A classificação dos documentos, é efetuada de acordo com as normas que constam no Sistema de Normalização Contabilística. Esta tarefa foi a que mais me dediquei, por questões burocráticas.

A tarefa de lançamento contabilístico é feita depois do arquivo ser criado, já corretamente. A Empresa utilizava o programa TOConline para proceder aos mesmos.

A organização dispõe de quatro diários para facilitar os lançamentos e a sua organização. Os que a empresa utiliza são: o diário de compras, vendas, salários e bancos:

No diário de bancos: são lançados todos os documentos referentes a despesas bancárias, pagamentos ou recebimentos por cheque, transferência bancária ou multibanco. Engloba processamentos de salários, transferência para pagamento ao estado, IRC, IVA, IRS, fornecedores ou pessoal.

No diário de compras: são lançados todos os documentos referentes a faturas ou faturas/recibos de fornecedores, notas de débito, notas de crédito, entre outras despesas efetuadas pela empresa.

No diário de vendas: são lançadas todas as faturas, notas de crédito, notas de débito emitidas aos clientes.

No diário de salários: são lançados todos os salários dos respetivos colaboradores da empresa.

Os lançamentos contabilísticos são constituídos por: data, descrição sumária do elemento do lançamento, contas movimentadas a débito e a crédito e valor em unidades monetárias a inscrever na respetiva conta. Esta informação é definida pelo TOConline. Para se concluir o lançamento é obrigatório estas rúbricas estarem preenchidas.

De seguida, vão ser demonstrados todos os passos que temos que seguir para iniciar o processo dos lançamentos contabilísticos, com recurso a exemplos:



Figura 6- Primeiro passo a iniciação dos lançamentos
Fonte: TOConline

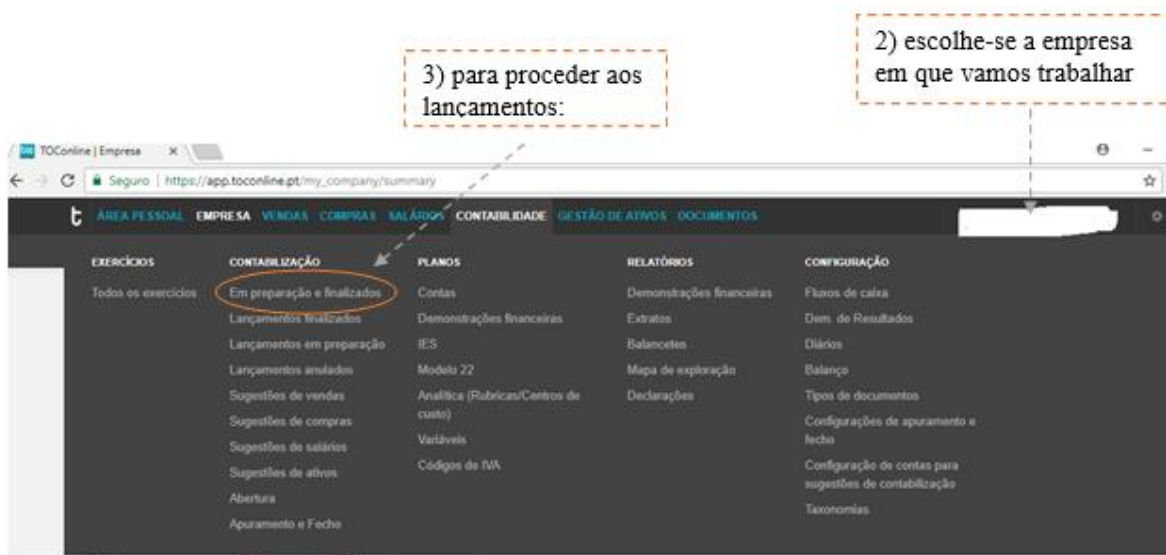


Figura 7- segundo passo para a iniciação dos lançamentos
Fonte: TOConline

A empresa inicialmente trabalhava com o programa PHC, para o qual pagava, inicialmente, uma licença, tendo deixado de pagar, numa perspetiva de minimização de custos. Utilizam o programa TOConline que dá para fazer tudo e tem um custo de 5€ mensais.

4) Escolhemos o tipo de diário que queremos, normalmente usamos o diário de bancos, compras e vendas.

5) Escolhemos o tipo de documento que se adequa ao lançamento que vamos fazer.

Diário	Documento
---	---

Diário	Documento
ABR - Abertura	
AJS - Ajustamentos	
APF - Apuramentos de fecho	
APR - Outros apuramentos	
BNC - Bancos	
CMP - Compras	
CX - Caixa	
DIV - Diversos	
FCH - Fecho	
IMB - Imobilizado	
REG - Regularização	
SLR - Salários	
VND - Vendas	

Data Lançamen...	Data Documento	Moeda	Descrição	Vossa Ref.	Débito	Crédito
31/12/2017	31/12/2017	EUR			0,00	0,00

Conta	Descrição	Débito	Crédito	Cód.IVA

Figura 8- terceiro passo para iniciar o lançamento
Fonte: TOConline

Preenchemos os restantes campos - data a que se refere o documento, descrição da fatura e controlo de terceiros (temos de escolher se é cliente, fornecedor ou sem controlo).

Depois de preencher todos esses campos podemos proceder aos lançamentos.

De seguida irão ser apresentados alguns exemplos de lançamentos contabilísticos:

1) Lançamento contabilístico com um débito e um crédito

- Recebimento de 1000€ de um cliente da Empresa XXY, Lda. para pagamento da fatura 12.

<i>Data</i>	<i>Descrição Operação</i>	<i>Conta</i>	<i>Valor</i>	
			Débito	Crédito
03/02/2018	Recebimento. Fatura 12	11	1000€	
03/02/2018	Recebimento. Fatura 12	211xx		1000€

Tabela 2- Lançamento contabilístico com um débito e um crédito
Fonte: Elaboração própria

Na tabela 2, está representado um recebimento de um cliente, em que debitamos a conta 11-Caixa, devido à entrada de dinheiro na nossa conta e credita-se a conta do cliente que nos está a pagar. A conta 11, faz parte da classe 1 do SNC que se designa de Meios Financeiros Líquidos. Nesta classe, são registados os meios financeiros líquidos onde estão incluídos: dinheiro, depósitos bancários e todos os ativos e passivos que sejam mensurados ao justo valor. A classe 2 destina-se a contas de Terceiros. Como é um recebimento de um cliente, a conta a utilizar é a 21 – Clientes, que regista os movimentos com os compradores de mercadorias, produtos e serviços onde vamos colocar o valor a crédito, ficando assim registado o pagamento do valor em dívida.

De acordo com a Lei n.º 92/2017 de 22 de agosto “Obriga à utilização de meio de pagamento específico em transações que envolvam montantes iguais ou superiores a (euro) 3 000, alterando a Lei Geral Tributária e o Regime Geral das Infrações Tributárias.”

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Objeto: “A presente lei altera a Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, e o Regime Geral das Infrações Tributárias, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de junho, obrigando à utilização de meio de pagamento específico em transações que envolvam montantes iguais ou superiores a (euro) 3 000.”

Artigo 2.º Aditamento à lei geral tributária: É aditado à Lei Geral Tributária, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 398/98, de 17 de dezembro, o artigo 63.º-E com a seguinte redação:

Artigo 63.º-E Proibição de pagamento em numerário

1 - É proibido pagar ou receber em numerário em transações de qualquer natureza que envolvam montantes iguais ou superiores a (euro) 3 000, ou o seu equivalente em moeda estrangeira.

2 - Os pagamentos realizados pelos sujeitos passivos a que se refere o n.º 1 do artigo 63.º-C respeitantes a faturas ou documentos equivalentes de valor igual ou superior a (euro) 1 000, ou o seu equivalente em moeda estrangeira, devem ser efetuados através de meio de pagamento que permita a identificação do respetivo destinatário, designadamente transferência bancária, cheque nominativo ou débito direto.

3 - O limite referido no n.º 1 é de (euro) 10 000, ou o seu equivalente em moeda estrangeira, sempre que o pagamento seja realizado por pessoas singulares não residentes em território português e desde que não atuem na qualidade de empresários ou comerciantes.

4 - Para efeitos do cômputo dos limites referidos nos números anteriores, são considerados de forma agregada todos os pagamentos associados à venda de bens ou prestação de serviços, ainda que não excedam aquele limite se considerados de forma fracionada.

5 - É proibido o pagamento em numerário de impostos cujo montante exceda (euro) 500.

6 - O disposto neste artigo não é aplicável nas operações com entidades financeiras cujo objeto legal compreenda a receção de depósitos, a prestação de serviços de pagamento, a emissão de moeda eletrónica ou a realização de operações de câmbio manual, nos pagamentos decorrentes de decisões ou ordens judiciais e em situações excecionadas em lei especial.»

Artigo 3.º-Alteração ao Regime Geral das Infrações Tributárias

O artigo 129.º do Regime Geral das Infrações Tributárias, aprovado pela Lei n.º 15/2001, de 5 de junho, passa a ter a seguinte redação:

«Artigo 129.º

Violação da obrigação de possuir e movimentar contas bancárias e de transações em numerário

3 - A realização de transações em numerário que excedam os limites legalmente previstos é punível com coima de (euro) 180 a (euro) 4 500.»

Lançamento contabilístico com um débito e dois ou mais crédito

Pagamento de 1700€ ao fornecedor XX, S.A com cheque sobre o banco WW para liquidação da sua conta nº20 em euros, tendo obtido um desconto de 300€.

<i>Data</i>	Descrição Operação	Conta	Valor	
			Débito	Crédito
03/02/2018	Pag. Fatura 20	221xx	2000€	
03/02/2018	Cheque nº xxx	12x		1700€
03/02/2018	Desconto pronto pagamento obtido	782		300€

Tabela 3- Lançamento com um débito e dois ou mais créditos

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 3 está representado um exemplo de um lançamento contabilístico de um pagamento da dívida ao fornecedor com obtenção de desconto a pronto pagamento. A conta 22 designa-se de Fornecedores - movimentos com os vendedores de bens e serviços, exceto os destinados ao investimento.

Vamos registar o pagamento a débito na conta 221 em contrapartida do respetivo pagamento na conta 12- Depósito à ordem, pela saída do cheque do banco. De seguida, o valor a colocar a diferença é na conta 782 a crédito, ficando assim assinalado o proveito.

2) Lançamento contabilístico com dois ou mais débitos e um crédito

➤ Recebimento de 3400€ do Cliente X com transferência bancária para o banco YY para recebimento da fatura nº15 de 4000€, tendo sido concedido um desconto de pronto pagamento.

<i>Data</i>	Descrição Operação	Conta	Valor	
			Débito	Crédito
03/02/2018	Recebimento. Fatura 15	12xx	3400€	
03/02/2018	Desconto pronto pagamento concedido	682	600€	
03/02/2018	Transferência bancária	211xx		4000€

Tabela 4- Lançamento contabilístico com dois ou mais débitos e um crédito
Fonte: Elaboração própria

Na tabela 4 está representado um exemplo de um lançamento contabilístico de um recebimento da dívida do cliente com desconto a pronto pagamento.

A conta 21 designa-se de Clientes – onde se registam os movimentos com os compradores de mercadorias, de produtos e de serviços.

Vamos registar a crédito na conta 211 em contrapartida do respetivo recebimento na conta 12 – Depósitos à ordem, pela entrada do dinheiro no banco. De seguida, o valor a colocar é a diferença na conta 682 a crédito, contabilizando assim o custo do benefício dado ao cliente.

3) Lançamento contabilístico: pagamento de recibo verde do advogado ABC

➤ Cheque nº4422 sobre o banco VX para pagamento de honorário no montante de 300€ ao Advogado ABC com retenção na fonte de 25% e a acrescentar iva a 23%.

Valor Base	300€
Iva 23%	69€
	369€
Retenção na Fonte 25%	(-)75€
Valor a pagar	294€

Data	Descrição Operação	Conta	Valor	
			Débito	Crédito
03/02/2018	Honorários do Advogado -ABC	6224xx	300€	
03/02/2018	IVA Dedutível	24323xx	69€	
03/02/2018	Cheque nº4422	12x		294€
03/02/2018	IRS Retido	2422		75€

Tabela 5- Lançamento Contabilístico de um Recibo Verde- Advogado
Fonte: Elaboração própria

A conta 3121111 - (compra matérias primas e matérias subsidiárias e de consumo – continente - operações gerais - iva dedutível - taxa reduzida) a débito, com a respetiva conta do Iva 2432 1111 - iva dedutível - inventários – reduzida - operações gerais - continente:

31211113 - Compra matérias primas e matérias subsidiárias e de consumo - continente - operações gerais- iva dedutível - taxa normal

24321311- Iva dedutível – inventários – normal - operações gerais - continente:

11001 - Caixa

12001 - Banco (Depósitos à ordem)

Na tabela 5 podemos ver um exemplo de um lançamento de um recibo verde de um advogado.

Vamos fazer o registo a débito do custo na conta 6224 – Serviços Especializados- Honorários, colocando, a débito, na conta 2432 – Iva Dedutível o valor correspondente a taxa de IVA aplicada, neste caso 23% , em compensação da conta 12- Depósitos à ordem, pela saída do cheque e da conta 2422 – Retenção de Impostos sobre os rendimentos, onde se vai colocar, a crédito, os valores de IRS retidos, relativamente ao sujeito passivo.

4) Lançamento contabilístico: operação de compra e venda em contexto de iva

- Venda de mercadorias ao Cliente e Compra de mercadorias ao Fornecedor Sociedade ABC, Lda. pelo valor de 1000€ acrescido de iva taxa de 23%.

5.1) Registo da venda

Data	Descrição Operação	Conta	Valor	
			Débito	Crédito
05/04/2018	Fatura nº111 ao cliente sociedade ABC, Lda.	71xx		1000€
05/04/2018	IVA FT nº 111	2433xx		230€
05/04/2018	Cliente Sociedade ABC, LDA	211x	1230€	

Tabela 6- Lançamento contabilístico: operação de venda em contexto iva
Fonte: Elaboração própria

Na tabela 6 está representada a venda a um cliente, em que creditamos a conta 71 - Vendas, pelo valor faturado, contabilizando o proveito. De seguida, regista-se na conta 2433 – Iva Liquidado, o valor da taxa de Iva correspondente (23%) a crédito, em compensação da conta de cliente, onde se coloca o valor a débito. Fica, então, registada a dívida da conta do respetivo cliente.

5.2) Registo da compra

<i>Data</i>	Descrição Operação	Conta	Valor	
			Débito	Crédito
05/04/2018	Fatura nº111 ao Fornecedor sociedade XS, Lda.	31XX	1000€	
05/04/2018	IVA FT nº 111	2432xx	230€	
05/04/2018	Fornecedor sociedade XS	221x		1230€

Tabela 7-Lançamento contabilístico: operação de compra em contexto iva
Fonte: Elaboração própria

Na tabela 7 está representada a compra a um fornecedor, em que debitamos a conta 31 - Compras, pelo valor do custo das aquisições, contabilizando o custo, de seguida regista-se na conta 2432 – Iva Dedutível, o valor da taxa de iva correspondente (23%) a débito, em compensação da conta de fornecedor, onde se coloca o valor a crédito. Está, assim, registada a dívida ao fornecedor.

5) Lançamento contabilístico: Descontos de recebimento/pagamento antecipado fora da fatura

Desconto de antecipação de recebimento/pagamento ao cliente/fornecedor sociedade ABC, Lda. no valor de 60€.

6.1) Registo do desconto concedido (vendedor):

Data	Descrição Operação	Conta	Valor	
			Débito	Crédito
05/04/2018	Nota crédito nº10 ao cliente sociedade ABC	682xx	60€	
05/04/2018	Nota crédito nº10 ao cliente sociedade ABC	211xx		60€

Tabela 8-Lançamento contabilístico: Descontos concedido
Fonte: Elaboração própria

Na tabela 8 está representado um exemplo de um desconto concedido ao cliente. Vamos registar o valor a débito na conta 682 – Descontos Concedidos, em contrapartida a crédito da conta de cliente 211 – Clientes, registando, assim, o custo para a empresa e a diminuição da dívida do cliente.

6.2) Registo do desconto obtido (comprador):

Data	Descrição Operação	Conta	Valor	
			Débito	Crédito
05/04/2018	Nota crédito nº10 ao Fornecedor XX, Lda.	782xx		60€
05/04/2018	Nota crédito nº10 ao Fornecedor XX, Lda.	221xx	60€	

Tabela 9-Lançamento contabilístico: Descontos obtido
Fonte: Elaboração própria

Na tabela 9 está representado um exemplo de um desconto obtido ou dado pelo fornecedor. Vamos registrar o valor a crédito na conta 782 – Descontos Obtidos, em contrapartida a débito da conta 221 – Fornecedores, registrando, assim, o proveito para a empresa.

6) Lançamento contabilístico: Subscrição e Realização de capital

- Na rúbrica de capital, só deve ser reconhecido o capital realizado de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros, parágrafo 8.
- No anexo deve ser divulgado o capital subscrito que ainda não tenha sido realizado.

Data	Descrição Operação	Conta	Valor	
			Débito	Crédito
05/04/2018	Subscrição de capital	12xx	X	
		26		X
05/04/2018	Realização do capital	26xx	X	
		51		X

Tabela 10-Lançamento contabilístico: Subscrição e Realização de capital
 Fonte: Elaboração própria

Na tabela 10 vemos um exemplo da subscrição e realização de capital. Num primeiro momento contabilizamos, a débito, na conta 12 - Depósitos Bancários, a entrada do valor do capital no banco, em contrapartida a crédito da conta 26 - Outros devedores e credores, e aquando da entrega do dinheiro, para realizar, lançamos a débito na conta 26. Assim a conta vai ficar saldada em contrapartida a crédito da conta 51- capital, para a realização final do capital.

Tarefa 4 – Processamento de Salários

O processamento de salários é uma das tarefas mensais da área de contabilidade. Consiste no registo dos valores que empregados e membros dos órgãos sociais recebem mensalmente.

A empresa faz o processamento dos salários, que inclui a elaboração, o cálculo e a emissão de recibos de vencimentos através do TOC online. Todos os meses tem de se proceder à elaboração da folha de remunerações para entrega à segurança social.

Para o processamento, os dados dos colaboradores têm de estar todos preenchidos no TOCOnline, nomeadamente: nome, morada, contribuinte, NISS, dados fiscais (se é casado e se tem dependentes a cargo), o valor do vencimento, a data de admissão e o valor do subsídio de alimentação.

Os recibos de vencimento, de acordo com o nº3 do artigo 276 do Código do trabalho, têm de conter, obrigatoriamente, a identificação da Entidade Patronal, identificação do trabalhador, o nº da apólice e o nome da companhia de seguro de acidentes de trabalho, a descrição do tipo de remunerações a pagar, os respetivos descontos e as suas taxas e valores.

- **Salário Mínimo Nacional**, aumentou de acordo com o Decreto-Lei n.º 156/2017 de 28 de dezembro fixou a Remuneração base € 580 a partir de 1 de janeiro de 2018.
- **Aumento do Valor do indexante dos apoios sociais (IAS)**, também aumentou de acordo com artigo 2º, da Portaria nº 4/2017 de 03 de janeiro, que procede à atualização do IAS fixando-o em € 421,32
- Alteração do valor do subsídio de refeição fixando-se em € 4,52 de acordo com a Lei n.º 114/2017 . O pagamento do subsídio de alimentação em cartão pode ser pago em vales de refeição, nesses casos, o valor da isenção de pagamento de taxas é superior: até aos 7,63 euros.

Subsídio de Alimentação 2018

Valor limite	4,77
Valor limite c/ vales de refeição	7,63

Tabela 11- Subsídio de Alimentação
Fonte: Elaboração própria

A tabela de sobretaxa para os rendimentos:

Limite rendimento coletável (euros)	Sobretaxa 2017
Até 7091	0%
7091 e 20261	0%
20261 e 40522	0,88%
40522 e 80640	2,75%
Superior a 80640	3,21%

Tabela 12- Sobretaxa para os Rendimentos
Fonte: Elaboração própria

Retenção na fonte de Sobretaxa de IRS:

O despacho nº 15646/2016 publicado a 29 de dezembro de 2016, **determina a eliminação da retenção na fonte da sobretaxa de IRS aos 1º e 2º escalões:**

- Remunerações mensais brutas de valor até € 1.705,00, no caso dos sujeitos passivos não casados e sujeitos passivos casados, dois titulares;
- Remunerações mensais brutas de valor até € 2.925,00, no caso dos sujeitos passivos casados, único titular.

Na maioria das situações as taxas contributivas a aplicar são as constantes do quadro seguinte:

Tipo entidades	Taxa contributiva			
	Trabalhador	global	Entidade com fins lucrativos	
<i>Entidade Empregadora</i>			Entidade sem fins lucrativos	IPSS
23.75%	11%	34.75		
22.3%	33.3%	Outras entidades	22.3%	33.3%

Tabela 13- taxas contributivas
Fonte: Elaboração própria

A base de incidência corresponde ao valor das remunerações efetivamente auferidas em cada uma das pessoas coletivas em que exerçam atividade, com o limite mínimo igual ao valor do IAS (428,90 €).

Este limite não se aplica nos casos de acumulação da atividade de membro de órgão estatutário com outra atividade remunerada que determine a inscrição em regime obrigatório de proteção social ou com a situação de pensionista, **desde que o valor da base de incidência considerado para o outro regime de proteção social ou o valor da pensão seja igual ou superior ao valor do IAS (428,90).**

<i>Membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas</i>	Entidade empregadora	Trabalhador	Global
Em geral	20.3%	9.3%	29.6%
Funções de gerência ou de administração	23.75%	11%	34.75%

Tabela 14- taxas contributivas

Fonte: Elaboração própria

Exemplo do Lançamento contabilístico: Processamento de Remuneração

a) Lançamento contabilístico: Processamento de Remunerações aos funcionários

Data	Descrição Operação	Conta	Valor	
			Débito	Crédito
30/04/2018	Processamento de Remunerações- Valor líquido	63-Gastos c/pessoal	X	
30/04/2018	Processamento de Remunerações- Retenções na Fonte de IRS	242-Estado- Retenção de impostos sobre os rendimentos	X	
30/04/2018	Processamento de Remunerações- desconto para a Seg. Social	245-Contribuições para a segurança social		X
30/04/2018	Encargos sobre remunerações e Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	635-Encargos sobre o pessoal	X	
30/04/2018	Fundo de Compensação do Trabalho	248- Outras Tributações		X
30/04/2018	Valor líquido a pagar ao empregado	231- Pessoal e Remunerações a pagar		X

Tabela 15- Processamento de Remunerações aos funcionários
Fonte: Elaboração própria

Na tabela 15 está representado um exemplo de um processamento de remunerações aos funcionários, para contabilização dos salários. Regista-se, a débito, na conta 63 – Gastos com Pessoal o valor dos vencimentos base, em contrapartida, a crédito, nas contas 242 – Retenção de impostos sobre os rendimentos, onde está retido o valor de IRS do trabalhador, conta 245 – Contribuições para Segurança Social, onde está registado o valor pago pelo trabalhador à Segurança Social e ainda a conta 231 – Remunerações a pagar, onde está contabilizado o valor, efetivamente, a pagar ao colaborador. Relativamente ao Fundo de Compensação do trabalhador. contabiliza-se a conta 248- Outras Tributações financeiras pelo valor de compensação de trabalho e em contrapartida a débito a conta 635- outros encargos, onde se contabiliza o valor dos custos suportados pela empresa.

Exemplo de lançamento contabilístico relativo ao FCT:

- Trabalhador com remuneração base de 1000€
- Valor a descontar para o FCT é de 0.0925%
- Valor a descontar para o FGCT é de 0.075%

<i>Descrição Operação</i>	<i>Conta</i>		
		Débito	Crédito
<i>Processamento de salários</i>			
	4157- Outros Investimentos financeiros	9.25€	
	2487- Outras tributações		925€
	6357-Encargos sem rem. FGCT	0.75€	
	2487- Outras tributações		0.75€
<i>Entrega de FCT e FGCT</i>			
	2487- Outras tributações	9.25€	
	2487- Outras tributações	0.75€	
	12- Depósito à ordem		10€

De acordo com a Lei 210/2015, de 25 de setembro, estabelece os regimes jurídicos de fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho, nos termos da alínea a) do nº1 do art.198.º da Constituição:

Artigo 1.º-Objeto

O presente decreto-lei procede à primeira alteração à Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, que estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho.

Artigo 2.º-Alteração à Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto

Os artigos 2.º, 8.º, 11.º, 16.º, 34.º e 53.º da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 2.º

2 - A presente lei aplica-se apenas aos contratos de trabalho celebrados após a sua entrada em vigor, tendo sempre por referência a antiguidade contada a partir do momento da execução daqueles contratos, sem prejuízo do disposto no artigo 11.º-B.

3 - As relações de trabalho emergentes de contratos de trabalho de duração inferior ou igual a dois meses estão excluídas do âmbito de aplicação da presente lei.

6 - As empresas de trabalho temporário ficam sujeitas ao regime previsto na presente lei, incluindo o disposto n.º 3.

Artigo 8.º

5 - Nos casos previstos no artigo 16.º, o cumprimento da obrigação do novo empregador, prevista no número anterior, pode ter lugar até 15 dias após a transmissão.

10 - O disposto nos números anteriores aplica-se, com as devidas adaptações, sempre que o contrato de trabalho de duração inferior ou igual a dois meses seja sujeito a prorrogação, cuja duração, adicionada à duração inicial, ultrapasse aquele prazo, devendo para o efeito o empregador, nesse momento, indicar a data de início de execução do respetivo contrato de trabalho.

11 - Constitui contraordenação muito grave a violação dos n.ºs 1 a 6, 9 e 10.

Artigo 11.º

4 - No início da execução de cada contrato de trabalho, ou nas situações previstas no n.º 10 do artigo 8.º, o empregador deve declarar ao FGCT e, quando aplicável, ao FCT o valor da retribuição base do trabalhador, devendo esta declaração ser objeto de atualização e comunicação no prazo de cinco dias, sempre que se verifiquem alterações ao respetivo montante ou às diuturnidades a que o trabalhador venha a ter direito.

Artigo 16.º

1 - Em caso de transmissão, por qualquer título, da titularidade de empresa ou de estabelecimento ou ainda de parte de empresa ou de estabelecimento que constitua uma unidade económica, nos termos do artigo 285.º do Código do Trabalho ou de Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho, o transmissário assume a titularidade da conta global que pertencia ao transmitente.

Artigo 34.º

1 - Sem prejuízo do disposto no n.º 4, em qualquer caso de cessação do contrato de trabalho, o empregador pode solicitar ao FCT, com uma antecedência máxima de 20 dias relativamente à data da cessação do contrato de trabalho, o reembolso do saldo da conta de registo individualizado do respetivo trabalhador, incluindo eventual valorização positiva, informando o FCT da existência de obrigação do pagamento de compensação ao trabalhador.

3 - Caso a cessação do contrato de trabalho não determine a obrigação de pagamento de compensação, calculada nos termos do artigo 366.º do Código do Trabalho, o valor reembolsado pelo FCT reverte para o empregador, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

4 - Nos casos de transmissão por Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho, previstas no artigo 16.º, o reembolso a que se refere o número anterior deve ser efetuado, por rateio, a todas as entidades empregadoras que tenham contribuído para essa conta individual, em função dos descontos que cada uma tenha efetuado, devendo o FCT, para o efeito, notificar cada uma delas, no prazo de 90 dias a contar da data em que o empregador tenha solicitado ao FCT o respetivo reembolso, ou comunicado a data da cessação do contrato, consoante a que ocorrer primeiro.

7 - O empregador que, após um ano contado da data da cessação do contrato de trabalho, não tenha solicitado ao FCT o reembolso do saldo da conta de registo individualizado do trabalhador e a eventual valorização positiva, é notificado pelo FCT para o efeito, fixando-lhe prazo não superior a 30 dias, a partir do qual não beneficia de eventuais valorizações positivas.

8 - Constitui contraordenação grave a violação do disposto no n.º 6.

Artigo 53.º

2 - O FCT, o FGCT e os mecanismos equivalentes têm o dever de comunicar à ACT, no prazo de 30 dias, todo e qualquer incumprimento, pelo empregador, das obrigações previstas na presente lei.

Artigo 3.º-Aditamento à Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto

São aditados à Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, os artigos 11.º-A e 11.º-B, com a seguinte redação:

«Artigo 11.º-A-Suspensão das entregas

1 - Quando o saldo da conta individualizada do trabalhador atingir metade dos valores limite de compensação previstos no n.º 2 do artigo 366.º do Código do Trabalho, suspende-se a obrigação do empregador fazer entregas ao FCT referentes a esse trabalhador.

2 - Sempre que das comunicações referidas na segunda parte do n.º 4 do artigo 11.º, ou da atualização da RMMG, resultar para o FCT que o saldo da conta individualizada do trabalhador não garante metade dos valores limite de compensação previstos no n.º 2 do artigo 366.º do Código do Trabalho, o empregador é notificado para retomar as entregas nos termos dos artigos 12.º e 13.º da presente lei.

3 - Constitui contraordenação grave a violação da retoma das entregas nos termos previstos na parte final do número anterior.

Artigo 11.º-B -Dispensa de entregas ao Fundo de Compensação do Trabalho

1 - Sempre que o contrato de trabalho celebrado reconheça ao trabalhador antiguidade que lhe confira direito a compensação de valor superior ao dos limites de compensação previstos no n.º 2 do artigo 366.º do Código do Trabalho, o empregador fica dispensado, no âmbito do FCT, de fazer entregas na conta individual do respetivo trabalhador.

2 - Sempre que das comunicações referidas na segunda parte do n.º 4 do artigo 11.º, ou da atualização da RMMG, resultar para o FCT que o saldo da conta individualizada do trabalhador não garante metade dos valores limite de compensação previstos no n.º 2 do artigo 366.º do Código do Trabalho, o empregador é notificado para retomar as entregas nos termos dos artigos 12.º e 13.º da presente lei.

3 - Constitui contraordenação grave a violação da parte final do disposto no n.º 2.»

b) Lançamento contábilístico: Processamento dos encargos sobre remunerações da responsabilidade da entidade patronal

<i>Data</i>	<i>Descrição Operação</i>	<i>Conta</i>	<i>Valor</i>	
30/04/2018	Processamento de Remunerações-desconto para a Seg. Social	635-Gastos c/pessoal-Encargos sobre Remunerações	X	
30/04/2018	Processamento de Remunerações-desconto para a Seg. Social	245-Contribuições para a Segurança Social		X

Tabela 16-Lançamento contábilístico: Processamento dos encargos sobre remunerações da responsabilidade da entidade patronal
Fonte: Elaboração própria

Na tabela 16 está representado um exemplo da contabilização dos encargos sobre as remunerações. Contabiliza-se, na conta 635 – Gastos com o Pessoal, o valor a débito da percentagem paga pela própria empresa à Segurança Social, em contrapartida da conta 245 – Contribuições a Segurança Social, a crédito. Regista-se, então, o valor em dívida à Segurança Social.

c) Lançamento contabilístico: Pagamento de Remunerações (pagamentos ao pessoal)

<i>Data</i>	<i>Descrição Operação</i>	<i>Conta</i>	<i>Valor</i>	
30/04/2018	Pagamento de Remunerações ao pessoal	231- Pessoal e Remunerações a pagar	X	
30/04/2018	Pagamento de Remunerações ao pessoal	12XX		X

Tabela 17-Lançamento contabilístico: Pagamento de Remunerações (pagamentos ao pessoal)
Fonte: Elaboração própria

Na tabela 17 está representado um exemplo de um pagamento de remunerações, isto é, colocamos a débito na conta 231 – Remunerações a pagar, o valor pago que se encontrava registado nesta conta em dívida, em contrapartida da conta de 12 – Depósitos Bancários, ficando registado assim a saída de dinheiro da conta de bancos.

d) Lançamento contabilístico: Pagamento de Encargos sobre as Remunerações

<i>Data</i>	<i>Descrição Operação</i>	<i>Conta</i>	<i>Valor</i>	
30/04/2018	Pagamento de encargos sobre as Remunerações – RF de IRS	242- Estado- Retenção de impostos sobre o rendimento	X	
30/04/2018	Pagamento de encargos sobre as Remunerações – Desconto para a Seg. Social (funcionário)	245 -Contribuições para a Segurança Social	X	
30/04/2018	Pagamento de encargos sobre as Remunerações – Desconto para a Seg. Social (entidade patronal)	245 -Contribuições para a Segurança Social	X	
30/04/2018	Entregas mensais para o FCT	415-Outros investimentos Financeiros	X	
30/04/2018	Pagamento de encargos sobre as Remunerações	12XX		X

Tabela 18-Lançamento contabilístico: Pagamento de Encargos sobre as Remunerações
Fonte: Elaboração própria

Na figura 19 está representado um exemplo de um pagamento de encargos sobre remunerações. É registado, no momento do pagamento das contribuições devidas. Colocamos a débito na conta 242 – Retenção de impostos sobre o rendimento e 245 – Contribuições para a Segurança Social, os valores pagos que se

encontravam registados nestas contas em dívida, em contrapartida da conta de 12 – Depósitos Bancários, ficando registado assim a saída de dinheiro da conta de bancos.

Na figura temos um exemplo de pagamento do valor aplicado no fundo de compensação, vamos registar a débito a conta 415 - outras aplicações financeiras, em contrapartida com a 12 - depósitos bancários, ficando assim registada a saída do dinheiro de banco e saldada a conta 415.

Procedimento 1: TOOnline-salários-processamento e recibos -clica-se no mês a que se refere, processar agora.

Gerar sugestões de lançamento

Do mês
Março (2017) ▾

até ao mês
Março (2017) × ▾

Tipos de lançamento

Vendas

Compras

Salários

Ativos

Opções

Agregar num único movimento os processamentos e pagamentos de todos os colaboradores

Finalizar sugestões

GERAR CANCELAR

Figura 10- Salários
Fonte: TOOnline

Estas declarações são entregues, mensalmente, até ao dia 10 do mês seguinte ao do pagamento das remunerações. Até ao dia 20 de cada mês obrigatório o pagamento.


Procedimento 2 para ficarem lançados os salários: contabilidade - sugestões de salários - gerar sugestões:

SLR: 12/1 x

Lda			NIF:	
Diário	Tipo Documento		Diário	Documento
SLR - Salários	PS - Processamento de salários		SLR	PS
Data Lançamen...	Data Documento	Moeda	12/1	PS 2017/17
31/12/2017	31/12/2017	EUR		
Descrição	Vossa Ref.	Débito	Crédito	
Normal, 12/2017, Todos os colaboradores		18.443,12	18.443,12	
Controlo Terceiros			Finalizado	
Sem controlo				
Movimentos				
Conta	Descrição	Débito	Credito	Cód. IVA
6321	Vencimento Base e Isenção Horário de Trabalho	10.410,00		
6324	Subs. Alimentação e Ajudas de Custo International em Valor (NAO TRIBUTADO)	1.947,71		
6326	Prémios, bónus e outras prestações não regulares	3.526,25		
242111	Retenção IRS sobre trabalho dependente		2.358,00	
24511	Contribuições para Segurança Social		3.617,50	
2312	Remunerações a pagar		11.615,90	
6352	Encargos sobre remunerações e Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	2.478,91		
4158	Fundo de Compensação do Trabalho	80,25		
2471	Fundo de Compensação		86,76	
2211008	Entidade ticket refeição		764,96	

Figura 11- Exemplo Processamento Salários
 Fonte: TOConline

De seguida vai ser mostrado um exemplo de uma guia enviada para pagamento de retenções: IRS e da Segurança Social:

 AT autoridade tributária e aduaneira		IRS - DECLARAÇÃO MENSAL DE REMUNERAÇÕES	
IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO			
NOME	XL		
MORADA	RUA XW		
LOCALIDADE	PORTO	CÓDIGOPOSTAL	4712-037 PORTO
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	PERÍODO	IDENTIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO	DATA E HORA DE RECEÇÃO DA DECLARAÇÃO
51000000	2017/9	296838609	2017-10-04 17:22:17
REFERÊNCIA PARA PAGAMENTO		<p>O pagamento pode ser efetuado no Multibanco, na Internet, nos CTT, nas instituições bancárias e nos Serviços de Finanças, utilizando a referência indicada.</p> <p>Para efetuar o pagamento pela Internet utilize o serviço on-line do seu Banco e seleccione Pagamentos ao Estado e Setor Público. No Multibanco seleccione Pagamentos ao Estado e Setor Público.</p> <p>Este documento só é válido quando acompanhado pelos comprovativos do pagamento.</p>	
156.590.015.833.429			
LINHA ÓTICA			
561021000660900158334290781			
IMPORTÂNCIA A PAGAR			
528,00 €			

REFERÊNCIA



561021000660900158334290781

IMPORTÂNCIA



0000000052800

CERTIFICAÇÃO DO PAGAMENTO

ASSINATURA

Figura 12- IRS



SEGURANÇA SOCIAL

EXTRACTO DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

A Declaração de Remunerações abaixo referida, foi recebida nesta instituição com a seguinte informação:

Nome da entidade empregadora: XL

Morada da sede: RUA XW

4712-037 PORTO

Nº Identificação de Segurança Social:	2463247891	Nº Identificação Fiscal:	510000000
Nº do Estabelecimento:	I	Taxa Contributiva:	33,30
Ano/Mês de referência:	2017/09	Data de Entrega:	2017/10/04
Total de remunerações:	8025,00	Total de contribuições:	2008,33

Nº Identificação de Seg. Social	Nome do Trabalhador	Ano/Mês Ref.	Nat Remun.	Dias	Valor
11924116779	CAROLINA MACEDO FILIPE	2017/09	P	30,00	695,18
12031954234	MARIA LOPES SANTOS	2017/09	F	0,00	804,04
12034113234	MARIA LOPES SANTOS	2017/09	P	30,00	804,04
11944423605	AFONSO OLIVEIRA CRUZ	2017/09	F	0,00	804,04
11977423605	AFONSO OLIVEIRA CRUZ	2017/09	P	30,00	804,04
11989439548	SARA MELO MENDES	2017/09	F	0,00	804,04
11911547548	SARA MELO MENDES	2017/09	P	30,00	804,04
12034524498	EMANUEL FERREIRA JOÃO	2017/09	P	30,00	505,58

Figura 13- Segurança Social -Guia



SEGURANÇA SOCIAL

ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES EM SUPORTE DIGITAL

Codigo dos Regimes Contributivos (CRC), aprovado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro e Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, nas suas redações atuais	
Data de entrega	2017-10-04
Data de registo	2017/10/04 17:19
Identificador DR	109330068
Estado DR	ACEITE

EXTRATO DE RESUMO

N.º DE IDENTIFICAÇÃO DE SEGURANÇA SOCIAL	2465247891
NOME	XL
N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	510000000

Estabelecimento	Ano/Mês de Referência	Taxa	Total de Remunerações	Total de Contribuições
1	2017-09	33,30 %	€ 6.025,00	€ 2.006,33
Total de Remunerações/Contribuições			€ 6.025,00	€ 2.006,33

Figura 14- Segurança Social- Guia de pagamento

Tarefa 5 - Declaração Mensal de Remunerações

Além das tarefas anteriores, tive também a oportunidade de saber como se envia a declaração Mensal de Remunerações (DMR). Depois de processados os salários, temos de enviar esta declaração, que é utilizada para declarar os rendimentos da categoria A (trabalhos dependentes), auferidos por sujeitos passivos residentes no território nacional.

Deve ser entregue por via eletrónica pelas pessoas ou entidades devedoras de rendimentos do trabalho, dependente do sujeito a IRS, pode ser efetuada através da Segurança Social (DRI) ou pelo Portal das Finanças (DMR).

Até ao dia 10 do mês seguinte a declaração deve de ser enviada.

Procedimento: TOConline- salários- declaração-DMR-clicamos na última coluna (data do estado) lado direito do rato, submeter, clicamos e submetemos.



Submissão da declaração DMR

O TOConline utiliza a aplicação da DMR a partir do servidor, evitando qualquer instalação por parte do utilizador!
Terá que introduzir a senha no momento da submissão. Por motivos de segurança, as senhas não são guardadas.
Recomendamos o envio directo da declaração pelo TOConline, mas se pretender continuar a enviar pelo método tradicional, poderá seleccionar a opção "Descarregar ficheiro" na linha da declaração respectiva.

NIF do sujeito passivo: Palavra Chave:

Declaração entregue por contabilista
 Contabilista autorizado sujeito passivo

NIF do contabilista: Senha do contabilista:

SUBMETER CANCELAR

Figura 15- DMR
Fonte: TOConline

DRI-segurança social

Até ao dia 10 do mês seguinte a declaração deve de ser enviada.

Procedimento: TOConline- salários- declaração-DRI-clicamos na última coluna (data do estado) lado direito do rato, submeter, clicamos e submetemos.

Tarefa 6 – Modelo 10

Outra tarefa importante foi aprender para que servia e como era preenchido o modelo 10. É uma declaração de rendimentos e retenções para residentes no país que tem de ser entregue até ao final do mês de janeiro. Este modelo destina-se a cumprir a obrigação declarativa que se refere subalínea ii) da alínea c) e a alínea d) do n.º 1 do artigo 119.º do Código do IRS e o artigo 128.º do Código do IRC.

Artigo 119º Comunicação de rendimentos e retenções

1 - As entidades devedoras de rendimentos que estejam obrigadas a efetuar a retenção, total ou parcial, do imposto, bem como as entidades devedoras dos rendimentos previstos nos n.os 4), 5), 7), 9) e 10) da alínea b) do n.º 3 do artigo 2.º e dos rendimentos não sujeitos, total ou parcialmente, previstos nos artigos 2.º e 2.º-A e nos n.os 2, 4 e 5 do artigo 12.º, e ainda as entidades através das quais sejam processados os rendimentos sujeitos ao regime especial de tributação previsto no n.º 3 do artigo 72.º, são obrigadas a:

a) Possuir registo atualizado das pessoas credoras desses rendimentos, ainda que não tenha havido lugar a retenção do imposto, do qual constem, nomeadamente, o nome, o número fiscal e respetivo código, bem como a data e valor de cada pagamento ou dos rendimentos em espécie que lhes tenham sido atribuídos;

b) Entregar ao sujeito passivo, até 20 de janeiro de cada ano, documento comprovativo das importâncias devidas no ano anterior, incluindo, quando for caso disso, as correspondentes aos rendimentos em espécie que lhes hajam sido atribuídos, do imposto retido na fonte e das deduções a que eventualmente haja lugar ou ainda, nos 15 dias imediatos à respetiva ocorrência, de qualquer facto que determine a alteração dos rendimentos ou a obrigação de os declarar;

c) Entregar à Autoridade Tributária e Aduaneira uma declaração de modelo oficial, referente aos rendimentos pagos ou colocados à disposição e respetivas retenções de imposto, de contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde, bem como de quotizações sindicais:

i) Até ao dia 10 do mês seguinte ao do pagamento ou colocação à disposição, caso se trate de rendimentos do trabalho dependente, ainda que isentos ou não sujeitos a tributação, sem prejuízo de poder ser estabelecido por portaria do Ministro das Finanças a sua entrega anual nos casos em que tal se justifique;

ii) Até ao final do mês de janeiro de cada ano, relativamente aos restantes rendimentos do ano anterior;

d) Apresentar a declaração a que se refere a alínea anterior nos 30 dias imediatos à ocorrência de qualquer facto que determine a alteração dos rendimentos já declarados ou que implique a obrigação de os declarar.

2 - As entidades devedoras dos rendimentos a que se refere o artigo 71.º, cujos titulares beneficiem de isenção, dispensa de retenção ou redução de taxa, são obrigadas a:

a) Entregar à Autoridade Tributária e Aduaneira, até ao fim do mês de julho de cada ano, uma declaração relativa àqueles rendimentos, de modelo oficial;

b) Possuir um registo atualizado dos titulares desses rendimentos com indicação do respetivo regime fiscal, bem como os documentos que justificam a isenção, a redução de taxa ou a dispensa de retenção na fonte.

3 - Tratando-se de rendimentos de quaisquer títulos nominativos ou ao portador e de juros de depósitos à ordem ou a prazo, cujos titulares sejam residentes em território português, o documento referido na alínea b) do n.º 1 apenas é emitido a solicitação expressa dos sujeitos passivos que pretendam optar pelo englobamento.

6 - O registo, documento e declaração a que se referem as alíneas a) a d) do n.º 1 devem individualizar os rendimentos devidos que, nos termos da lei, não foram objeto de retenção na fonte.

7 - Tratando-se de rendimentos devidos a sujeitos passivos não residentes em território português as entidades devedoras são obrigadas a:

a) Entregar à Autoridade Tributária e Aduaneira, até ao fim do 2.º mês seguinte àquele em que ocorre o ato do pagamento, do vencimento, ainda que presumido, da sua colocação à disposição, da sua liquidação ou do apuramento do respetivo quantitativo, consoante os casos, uma declaração de modelo oficial relativa àqueles rendimentos;

b) Cumprir as obrigações previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 e b) do n.º 2, consoante o caso.

8 - Quando haja criação ou aplicação, em benefício de trabalhadores ou membros de órgãos sociais, de planos de opções, de subscrição, de atribuição ou outros de efeito equivalente, ainda que por entidade compreendida no âmbito de aplicação do n.º 10 do artigo 2.º, a entidade patronal é obrigada a declarar a existência dessa situação, cujo conhecimento se presume em todos os casos, através de modelo oficial, até 30 de junho do ano seguinte.

9 - As entidades que suportem os encargos, preços ou vantagens económicas referidas no n.º 4 do artigo 24.º, ainda que em relação a planos de opções, de subscrição, de atribuição ou outros de efeito equivalente criados ou atribuídos por entidade compreendida no âmbito de aplicação do n.º 10 do artigo 2.º, são obrigadas a:

a) Possuir registo atualizado das pessoas que auferem os correspondentes rendimentos, do qual constem o número fiscal e respetivo código, bem como as datas de exercício das opções, direitos de subscrição ou direitos de efeito equivalente, da alienação ou renúncia ao exercício ou da recompra, os valores, preços ou vantagens económicas referidas no n.º 4 do artigo 24.º;

b) Entregar aos sujeitos passivos, até 20 de janeiro de cada ano, cópia do registo referido na alínea anterior, na parte que lhes respeita;

c) Incluir na declaração a que se referem as alíneas c) e d) do n.º 1 informação relativa aos valores mencionados na alínea a).

A informação refere-se aos trabalhadores independentes e titulares de rendimentos prediais. Abarca todas as situações menos as abrangidas pela categoria A do CIRS.

Procedimento: TOConline- demonstrações financeiras- irc-modelo10-criar declaração

RENDIMENTOS E RETENÇÕES - RESIDENTES																			
DECLARAÇÃO <small>(ART. 119.º, N.º 1, ALÍNEA D), SUBALÍNEA 1) E ALÍNEA 2), DO CÓDIGO DO IRS E ART. 126.º DO CÓDIGO DO IRC)</small>										1 SERVIÇO DE FINANÇAS DA ÁREA DO DOMICÍLIO									
										CÓDIGO DO SERVIÇO DE FINANÇAS 01 1021									
										2 NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL 02					3 ANO 03 2017				
4 IMPORTÂNCIAS RETIDAS																			
TIPO DE RENDIMENTOS / RETENÇÕES NA FONTE										VALOR									
A - TRABALHO DEPENDENTE										01									
B - RENDIMENTOS EMPRESARIAIS E PROFISSIONAIS										02									
E - OUTROS RENDIMENTOS DE CAPITAIS (SE APLICÁVEL A 2014 E ANOS ANTERIORES)										03									
F - PREDIAIS										05									
G - INCREMENTOS PATRIMONIAIS										06									
H - PENSÕES										07									
RETENÇÕES DE IRC (ART. 94.º DO CÓDIGO DO IRC)										08									
SOMA (01 A 03 + 05 A 08)										09 0,00									
RETENÇÕES A TAXAS LIBERATORIAS										10									
EE - SALDOS CREDORES C/C (ART. 101.º A, N.º 13, ALÍNEA A), DO CIRS)										04									
COMPENSAÇÕES DE IRS/IRC										11									
TOTAL (09 + 10 + 04 - 11)										12 0,00									
RETENÇÃO DA SOBRETAXA										13									
5 RELACÃO DOS TITULARES DOS RENDIMENTOS																			
01	02 RENDIMENTOS DE ANOS ANTERIORES		03	04	05	06	07	08	09										
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL DO SUJEITO PASSIVO	VALORES	N.º DE ANOS	RENDIMENTOS DO ANO	TAXA DE IRIS	LÍQUIDO DE IRIS	RETENÇÃO IRS / IRC	CONTRIBUIÇÕES OBRIGATORIAS	SUBSTITUIÇÕES SINDICAIS	RETENÇÃO DA SOBRETAXA										
SOMA																			
6 TIPO DE DECLARAÇÃO																			
1.ª DECLARAÇÃO DO ANO 01 <input checked="" type="checkbox"/>																			
DECLARAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO 02 <input type="checkbox"/>																			
DECLARAÇÃO APRESENTADA NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ART. 119.º DO CIR 03 <input type="checkbox"/>																			
DATA DO FACTO QUE DETERMINOU A OBRIGAÇÃO DE DECLARAR OU ALTERAR RENDIMENTOS JÁ DECLARADOS 04																			
7 IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO OU REPRESENTANTE LEGAL E DO TOC																			
NIF DO TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS 01																			
NIF DO SUJEITO PASSIVO OU REPRESENTANTE LEGAL 02																			

Figura 16- Declaração Modelo 10
Fonte: TOConline

Tarefa 7 – Imposto sobre o Valor Acrescentador

O IVA é um imposto geral sobre o consumo, uma vez que incide sobre as transmissões de bens, as prestações de serviços e as importações.

Trata-se de um imposto que passa por várias fases, porque é liquidado em todas as fases do circuito económico, desde o produtor ao retalhista. Não é cumulativo, pois o seu pagamento é fracionado pelos vários intervenientes do circuito económico, através do método do crédito do imposto. De acordo com o CIVA, artigo 1º Incidência objetiva:

1 - Estão sujeitas a imposto sobre o valor acrescentado:

a) As transmissões de bens e as prestações de serviços efetuadas no território nacional, a título oneroso, por um sujeito passivo agindo como tal;

b) As importações de bens;

c) As operações intracomunitárias efetuadas no território nacional, tal como são definidas e reguladas no Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias.

Após os documentos serem ordenados, classificados e lançados segue-se o, apuramento do IVA.

A coluna do Iva dedutível (débito), corresponde ao imposto suportado por compras necessárias para a atividade da empresa onde são incluídas as transmissões de bens e a aquisição de serviços sujeitos a imposto (Conta 2432 do SNC)

A crédito na coluna do Iva Liquidado, são apresentados os valores do IVA das faturas, serão também registados os valores do IVA de recebimentos adiantados por conta das transmissões futuras sujeitas a imposto (conta 2433 do SNC).

O Iva Regularizações a favor da empresa são as operações que reduzem o valor tributável, diminuindo o valor do imposto a entregar ao estado como devoluções de uma compra ou de uma venda (Conta 24341 do SNC).

O Iva regularizações a favor do estado são as operações que aumentam o valor tributável, aumentando o valor do imposto a entregar ao estado (conta 24342 do SNC). Este, tem saldo credor, transfere-se para o Iva apuramentos (2435 do SNC).

As contas têm de ser saldadas para se fazer o apuramento do IVA, exemplo:

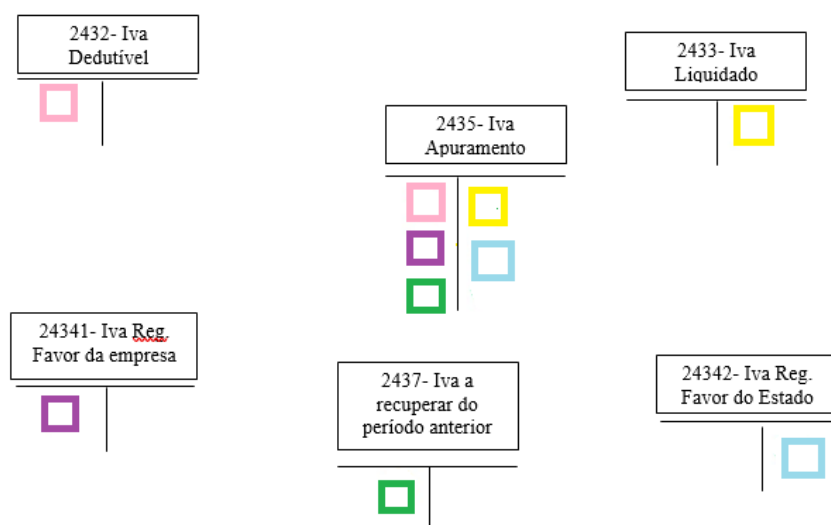


Figura 17- Apuramento IVA
Fonte: Elaboração própria

Nota: Saldo devedor quer dizer que há Iva a recuperar.
O saldo credor, será iva a pagar.

Procedimento: TOOnline- contabilidade- apuramento e fecho-apuramento do Iva: para confirmar se os saldos estão todos corretos da conta 24 e se todas as contas da 24 estão saldadas.

De seguida, **TOOnline: contabilidade- demonstrações financeiras- IVA- declaração periódica- criar declaração-submeter.** O anexo 40 é só se existir regularizações.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS AUTORIDADE TRIBUTÁRIA EADUANEIRA  <small>IMPÓSITO SOBRE O VALOR ADICIONADO</small>		DECLARAÇÃO PERIÓDICA DE IVA	
DOCUMENTO PARA PAGAMENTO DE DECLARAÇÃO PERIÓDICA DE IVA ENVIADA PELA INTERNET			
IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO			
N.º	XXXXXXXXXXXXXXXXXX		
MENSA	XXXXXXXXXXXXXXXXXX		
LOCALIDADE	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXX-XXX XXXXXXXX	
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	PERÍODO	IDENTIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO	DATA E HORA DE RECEÇÃO DA DECLARAÇÃO
999999999	2018/02T	199999999999	2018-05-09 16:40:44
Referência para pagamento		<p>O pagamento pode ser efectuado através da Internet, no Multibanco, nas Secções de Cobrança dos Serviços de Finanças e nos balcões dos CTT e das Instituições de Crédito, utilizando as referências indicadas.</p> <p>Para efectuar o pagamento pela Internet, utilize o serviço on-line do seu Banco e seleccione "Pagamentos ao Estado".</p> <p>Os pagamentos superiores a € 100.000,00 não podem ser efectuados no Multibanco, devendo utilizar-se os outros locais de pagamento acima referidos.</p>	
162 000 111 222 333			
Linha óptica			
62 10210003 6 7 12170169999 0000			
Importância a Pagar			
€ 1.014,72			
REFERÊNCIA  621021000367121701677730781			
IMPORTÂNCIA  0000001 01472			
CERTIFICAÇÃO DO PAGAMENTO <div style="border: 1px solid black; height: 50px; width: 100%;"></div>		ASSINATURA	

Figura 18- Exemplo de uma Declaração de IVA

Tarefa 8 – Envio SAFT

Outra tarefa que tive de aprender foi o envio do SAFT de acordo com a Portaria n.º 321 -A/2007, de 26 de março, aprovou um formato de ficheiro normalizado de auditoria tributária para exportação de dados, o designado SAFT- (PT). Este documento tem que ser entregue até dia 20 de janeiro.

Este ficheiro reúne toda a documentação fiscal que é relevante de uma empresa relativa a um determinado período. Este ficheiro contém: a identificação da empresa, a identificação de produtos e serviços vendidos, os documentos de venda mesmo que tenham sido anulados: fatura, fatura simplificada, fatura-recibo, nota de crédito e nota de débito; recibos emitidos a clientes, documentos de transporte e documentos de conferência.

Das nossas empresas o Toconline envia automaticamente: **empresa-importação e exportação-comunicar faturação- enviar documentos AT**.

Dos nossos clientes, eles enviam-nos por email. Entramos no site da **AT**, clicamos em **negócios, empresas, e-fatura, faturas, comerciante, temos que por o NIF e a senha de acesso do cliente- autenticar- enviar ficheiro saft- run**.

Depois de se enviar, retiramos o comprovativo de envio: **faturas-comerciante- consultar ficheiros/consultar faturas**. E copiamos para o ficheiro de Excel a situação do ficheiro.

The screenshot shows the 'Enviar Ficheiro SAF-T(PT)' page on the Toconline website. The page has a navigation bar with tabs for 'FATURAS', 'FATURA DA SORTE', 'DESPESAS DEDUTIVEIS EM IRS', 'DOCUMENTOS DE TRANSPORTE', 'TIPOGRAFIAS', 'INVENTARIOS', 'E-FATURA', and 'TOCONLINE'. Below the navigation bar, there is a breadcrumb trail: 'Faturas / Comerciante / Enviar Ficheiro SAF-T(PT)'. The main heading is 'Enviar Ficheiro SAF-T(PT)'. Below the heading, there is a paragraph of instructions: 'Sr. Comerciante, deve utilizar esta funcionalidade para submeter o ficheiro SAF-T (PT). Durante o processo de submissão serão extraídos do ficheiro SAF-T apenas os dados referidos no nº 4 do Artigo 3º do Decreto-Lei nº 198/2012, de 24 de Agosto, gerando automaticamente um ficheiro autónomo contendo apenas estes dados. Apenas esse ficheiro autónomo será enviado para a AT.' Below this, there are instructions on how to use the 'Abrir', 'Submeter', and 'Validar' buttons. There is also an 'ALERTA' section regarding the format of the file starting from July 1, 2017. The form itself has three sections: 'Identificação do Ficheiro' with fields for 'NIF Comerciante' (514182440), 'Ano Emissão' (2018), and 'Mês Emissão' (03); 'Ficheiro' with a file path 'C:\Users\lpc\Desktop\SAFT Março\SAFT_TRAJETORIA_01032018_31032018.xml' and an 'Abrir' button; and 'Formato do Ficheiro' with a dropdown menu set to 'Portaria n.º 302/2018 (versão 1.04_01)' and a note 'Para os documentos de 2018 apenas é aceite esta versão'. Below the form are 'Submeter' and 'Validar' buttons. The bottom section is 'Resultado do Processamento' with a table for recording the number of invoices sent, total credits, and total debits.

Nº Registo	Data Registo
<input type="text"/>	<input type="text"/>

Nº Faturas Enviadas	Total Créditos	Total Débitos
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Figura 19- Ficheiro SAFT
Fonte: TOConline

Tarefa 9 - Envio do stock de inventário

Tive oportunidade também de saber como se envia o ficheiro relativo ao inventário do stock de uma empresa. Só estão obrigadas a entregar os inventários as empresas que no ano anterior tiveram um lucro maior que 100 mil euros, só essas empresas é que têm de fazer a comunicação eletrónica dos inventários apurados no final do exercício. Mesmo que não possua existências tem de enviar com a indicação que não possui existências.

Prazo de entrega até dia 31 de janeiro do ano seguinte.

Procedimento 1: Entramos no site da AT, clicamos em negócios, empresas, e-fatura, faturas, comerciante, temos que por o NIF e a senha de acesso do cliente- autenticar-enviar ficheiro Inventário-run.

Procedimento 2: submeter

The screenshot shows the AT website interface for sending inventory files. The navigation bar includes 'FATURAS', 'FATURA DA SORTE', 'DESPESAS DEDUTÍVEIS EM IRS', 'DOCUMENTOS DE TRANSPORTE', 'TIPOGRAFIAS', 'INVENTÁRIOS', 'E-FATURA', and 'FECHAR SESSÃO'. The breadcrumb trail is 'Faturas / Comerciante / Enviar Ficheiro Inventário'. The main heading is 'Enviar Ficheiro Inventário'. Below the heading, there is a section for instructions: 'Sr. Comerciante, deve utilizar esta funcionalidade para comunicar o seu inventário, submetendo um ou mais ficheiros. Se pretender comunicar o Inventário enviando mais que um ficheiro, deverá proceder à submissão de todos os ficheiros em simultâneo. O envio, em data posterior, de um novo ficheiro, anulará a declaração efectuada anteriormente. Caso indique mais do que um ficheiro, ou no caso de estar a enviar ficheiro em formato CSV, todos os dados serão extraídos automaticamente para um ficheiro único. Apenas esse ficheiro único será enviado para a AT. As empresas sem existências e obrigadas por a lei a comunicar o Inventário, deverão seleccionar a opção 'Não possuo existências'. Indique o 'Período Tributação' e 'Data Fim Período' do Inventário e seleccione o(s) ficheiros(s), através da opção 'Adicionar' ou arrastando o(s) ficheiro(s) para a secção 'Ficheiro(s) de inventário'. Para validar e submeter o ficheiro utilize a opção 'Submeter'. Caso pretenda apenas validar o ficheiro utilize a opção 'Validar', tendo em conta que o ficheiro não será enviado para processamento na AT.'

Identificação do(s) Ficheiro(s)

NIF Comerciante: 514182440
Período Tributação: 2017
Data Fim Período (AnoMês:Dia): 2017/12/31

Não possuo existências

Ficheiro(s) de inventário (em formato XML ou CSV): C:\Users\pci\Documents\Inventários\Arago-2018-01-11.xml

Buttons: Submeter, Validar, Adicionar, Remover

Resultado do Processamento

Nº Registo: [input]
Data Registo: [input]
Nº de Linhas: [input]

Figura 20- Stock Inventário
Fonte: TOConline

Tarefa 11 – Modelo 22

O modelo 22 é uma declaração periódica referente ao ano anterior, declaração esta frequente de rendimentos relativos ao imposto sobre pessoas coletivas. Através desta declaração, por via eletrónica as empresas apuram o lucro ou prejuízo para efeitos fiscais e declaram o montante do imposto a pagar, custos e proveitos do ano anterior.

A declaração deve ser enviada pelas entidades sujeitas a IRC, as entidades que não executem uma atividade de natureza comercial, industrial e agrícola podem em certas ocasiões ficar isentas de entregar a declaração do modelo 22.

Estão dispensadas de entregar a declaração do modelo 22 se:

- Não obtiverem rendimentos no período em causa;
- Os rendimentos obtidos beneficiarem de isenção definitiva, ainda que a mesma não inclua os rendimentos de capitais e desde que estes tenham sido tributados por retenção na fonte a título definitivo;

Auferirem apenas rendimentos de capitais sujeitos a retenção na fonte.

Auferirem apenas rendimentos de capitais sujeitos a retenção na fonte.

De acordo com o artigo 107, n.ºs 7 e 8 do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão dispensadas da entrega da declaração modelo 22:

- As entidades que, embora exercendo, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, beneficiem de isenção definitiva e total, ainda que a mesma não inclua rendimentos que sejam sujeitos a tributação por retenção na fonte com carácter definitivo, exceto quando estejam sujeitas a uma qualquer tributação autónoma.

- As entidades não residentes que apenas afirmem, em território português, rendimentos isentos.
- residentes, quer exerçam ou não, a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola;
- não residentes com estabelecimento estável em território português;
- que não tenham sede nem direção efetiva em território português e neste obtenham rendimentos não imputáveis a estabelecimento estável aí situado, desde que aos mesmos não haja lugar a retenção na fonte a título definitivo.

Na declaração modelo 22 são detalhadas as diferenças entre o lucro contabilístico e o lucro fiscal, em que o quadro 7 é o mais importante. De acordo com a IAS 12- impostos sobre o rendimento, esta norma tem como objetivo de prescrever o tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento. O assunto principal na contabilização dos impostos sobre o rendimento é o de como contabilizar os impostos correntes e futuros consequentes de:

I. a recuperação (liquidação) futura da quantia escriturada de ativos (passivos) que sejam reconhecidos no balanço de uma entidade;

II. e transações e outros acontecimentos do período corrente que sejam reconhecidos nas demonstrações financeiras de uma entidade.

5. Os termos que se seguem são usados nesta Norma com os significados especificados:

Lucro contabilístico é o lucro ou o prejuízo de um período antes da dedução do gasto de imposto.

Lucro tributável (perda fiscal) é o lucro (perda) de um período, determinado de acordo com as regras estabelecidas pelas autoridades fiscais, sobre o qual são pagos (recuperáveis) impostos sobre o rendimento.

Gasto de imposto (rendimento de imposto) é a quantia agregada incluída na determinação do lucro ou do prejuízo do período respeitante a impostos correntes e a impostos diferidos.

Imposto corrente é a quantia a pagar (a recuperar) de impostos sobre o rendimento respeitantes ao lucro tributável (perda fiscal) de um período.

Passivos por impostos diferidos são as quantias de impostos sobre o rendimento pagáveis em períodos futuros com respeito a diferenças temporárias tributáveis.

Ativos por impostos diferidos são as quantias de impostos sobre o rendimento recuperáveis em períodos futuros respeitantes a:

- a) diferenças temporárias dedutíveis;
- b) o reporte de perdas fiscais não utilizadas; e
- c) o reporte de créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias são diferenças entre a quantia escriturada de um ativo ou de um passivo no balanço e a sua base fiscal. As diferenças temporárias podem ser ou diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis.

6. Os gastos de impostos (rendimento de impostos) compreendem o gasto corrente de impostos (rendimento corrente de impostos) e o gasto de impostos diferidos (rendimentos de impostos diferidos).

➤ Depois do apuramento já estar efetuado é que podemos proceder à criação da declaração.

O apuramento é feito: **TOOnline-Contabilidade- apuramento e fecho- apuramento de resultados**

Verificação de todos os campos pelo balancete.

Procedimento do envio da declaração modelo 22: TOOnline- demonstrações financeiras- IRC- modelo22-criar declaração-1º declaração.

Esta declaração tem de ser entregue até 31 de maio.

4. Sotkon, Portugal – Sistemas de Resíduos S.A e o grupo ASFC- SGPS, S.A.

A empresa foi fundada em 2018, através da aquisição da MBE- SOTKON pelo grupo Auto-Sueco (ASFC) e pela Inter Risco, consolidando assim os negócios nesta área em Portugal e Espanha. A empresa está integrada no setor secundário pois dedica-se à indústria, que tem um produto que produz, transforma e instala.

A Sotkon aposta numa estratégia diferenciadora, baseada na atividade de investigação, desenvolvimento e inovação. O objetivo principal é criar um ambiente sustentável, que resulte na satisfação dos clientes e dos utilizadores do produto. A análise económico-financeira incide na Sotkon, Portugal – Sistemas de Resíduos S. A e ao grupo ASFC- SGPS, S.A. que é constituído por diferentes países.



Figura 21- Países integradores da ASFC

Fonte: Elaboração Própria

Esta empresa ocupa uma posição de destaque no setor dos contentores subterrâneos para recolha seletiva e indiferenciada de resíduos sólidos urbano.

A Sotkon PT é uma sociedade anónima, com o CAE 25290 – Fabricação de outros reservatórios e recipientes metálicos.

De acordo com artigo 271 n.º1 do Código das Sociedades Comerciais, na Sociedade anónima “o capital é dividido em ações e cada sócio limita a sua responsabilidade ao valor das ações que subscreveu.”

De acordo com o número de acionistas, o artigo 273º do CSC:

“1 - A sociedade anónima não pode ser constituída por um número de sócios inferior a cinco, salvo quando a lei o dispense.

2 - Do disposto no n.º 1 excetuam-se as sociedades em que o Estado, diretamente ou por intermédio de empresas públicas ou outras entidades equiparadas por lei para este efeito, fique a deter a maioria do capital, as quais podem constituir-se apenas com dois sócios.”

O artigo 276 do CSC descreve o valor nominal do capital e das ações nas S.A:

1 - O capital social e as ações devem ser expressos num valor nominal.

2 - Todas as ações têm o mesmo valor nominal, com um mínimo de um cêntimo.

3 - O valor nominal mínimo do capital é de (euro) 50000.

A ASFC, tem como objetivo a gestão de participações sociais como forma indireta de exercício de atividade económica, com o CAE-64202- Atividades das sociedades gestoras de participações sociais não financeiras.

Esta parte do relatório destina-se à realização de uma análise detalhada, dos últimos cinco anos (2012 a 2016). Vai ser possível avaliar, estudar e interpretar a evolução da empresa bem como os indicadores económico-financeiros da mesma.

4.1. Análise Económico Financeira da Empresa

As demonstrações financeiras são o ponto de partida de qualquer análise Económico-Financeira, dado a contabilidade ser a base desta análise. Há muitos anos que esta prática é obrigatória em todas as empresas, pois é através deste instrumento que as mesmas prestam contas anualmente.

Para uma boa análise utiliza-se um conjunto de técnicas que se baseiam fundamentalmente em três mapas, que salientam um conjunto importante de informações económico-financeiras, são eles: o balanço, a demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa.

Torna-se, por isso, necessário conhecer as informações que contem cada um destes documentos para utilizá-las na análise. Para conhecermos a situação económico e financeira da ASFC e Sotkon PT vai se proceder as análises dos mapas acima descritos e de alguns rácios que foram considerados de extrema importância para uma boa análise da empresa.

4.1.1 Análise do Balanço e da Demonstração dos Resultados

Em primeiro lugar, será analisada a empresa Sotkon e só depois será feita a análise da ASFC. É importante referir que a análise foi efetuada com recurso aos balancetes - quadros resumo dos movimentos acumulados dos saldos das contas - disponibilizados pela empresa.

A análise do balanço e da Demonstração dos Resultados vai ser feita em dois momentos através:

- **Análise Estrutural:** tem como objetivo realçar a importância de cada conta em relação ao total.
- **Variação:** permite-nos perceber qua a variação de um ano para o outro.

Balanço

“Os negócios, são na realidade, uma profissão cujo exercício requer, muitas vezes, tantos conhecimentos e tanta habilidade como o direito ou a medicina; e que também requer que se tenha dinheiro.” Walsh (1999:27).

Balanço SOTKON- PT Análise Estrutural

	2012	2013	2014	2015	2016
Ativo					
Não corrente					
Ativos fixos tangíveis	4,71%	4,27%	5,09%	5,81%	4,93%
Ativos intangíveis	3,33%	2,68%	2,60%	2,13%	1,49%
Acionistas	50,96%	51,20%	54,50%	49,22%	0,00%
Outros ativos financeiros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Ativos por impostos diferidos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	53,59%
	59,01%	58,00%	62%	57,16%	60,01%
Corrente					
Inventários	1,67%	1,97%	1,82%	2,37%	3,70%
Clientes	17,35%	14,26%	20,67%	33,28%	34,90%
Estado e outros entes públicos	2,18%	1,07%	1,92%	1,33%	0,10%
Outras contas a receber	18,90%	25,26%	13,14%	3,25%	0,61%
Diferimentos	0,25%	0,05%	0,06%	0,14%	0,10%
Outros ativos financeiros	0,15%	0,18%	0,21%	0,10%	0,09%
Caixa e depósitos bancários	0,49%	0,70%	0,21%	2,37%	0,49%
	40,99%	42,00%	38,00%	42,84%	39,99%
Total do ativo	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Capital próprio					
Capital e reservas					
Capital realizado	0,48%	0,45%	0,52%	0,58%	0,53%
Outros instrumentos de capital próprio	0,58%	0,53%	0,62%	0,69%	0,63%
Reservas legais	1,04%	0,96%	1,11%	1,24%	1,13%
Outras reservas	27,57%	26,81%	31,11%	34,86%	32,05%
Resultados transitados	9,10%	8,38%	9,71%	8,33%	7,60%
Outras variações no capital próprio	0,01%	0,01%	0,98%	0,62%	0,44%
	38,78%	37,13%	44,05%	46,32%	42,37%
Total do capital próprio	38,78%	37,13%	44,05%	46,32%	42,37%
Passivo					
Não corrente					
Financiamentos obtidos	29,54%	0,00%	18,36%	20,08%	15,81%
	29,54%	0,00%	18,36%	20,08%	15,81%
Corrente					
Fornecedores	16,68%	18,31%	22,41%	28,26%	30,04%
Estado e outros entes públicos	0,05%	0,05%	0,09%	0,11%	2,02%
Financiamentos obtidos	13,15%	41,64%	13,11%	1,75%	2,99%
Outras contas a pagar	1,66%	2,87%	1,94%	3,49%	6,51%
Diferimentos	0,14%	0,00%	0,00%	0,00%	0,25%
	31,68%	62,87%	37,54%	33,60%	41,82%
Total do passivo	61,22%	62,87%	55,90%	53,68%	57,63%
Total do					

Figura 22- Sotkon PT- Análise Estrutural Balanço

Fonte: Elaboração Própria

Balanço SOTKON- PT- Variação

	2012	2013	2014	2015	2016
Ativo					
Não corrente					
Ativos fixos tangíveis	-8,75%	-3,00%	0,46%	4,61%	-6,06%
Ativos intangíveis	7,13%	-14,13%	-18,23%	-24,84%	-22,62%
Acionistas	63,99%	7,44%	-10,51%	-17,06%	20,63%
Outros activos financeiros	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	237,50%
Ativos por impostos diferidos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	49,95%	5,39%	-10,06%	-15,60%	16,31%
Corrente					
Inventários	-20,27%	26,02%	-22,13%	19,36%	73,14%
Clientes	-50,62%	-12,12%	21,88%	47,91%	16,18%
Estado e outros entes públicos	-50,90%	-47,51%	50,20%	-36,36%	-92,05%
Outras contas a receber	1612,18%	33,65%	-53,23%	-77,30%	-79,14%
Diferimentos	-18,19%	-76,99%	-1,44%	104,60%	-24,54%
Outros ativos financeiros	63,09%	32,24%	-2,49%	-55,00%	0,00%
Caixa e depósitos bancários	-54,36%	52,14%	-74,84%	936,07%	-77,17%
	-7,37%	9,18%	-23,60%	3,45%	3,42%
Total do ativo	19,61%	6,95%	-15,73%	-8,37%	10,79%
Capital próprio					
Capital e reservas					
Capital realizado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros instrumentos de capital próprio	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Reservas legais	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outras reservas	38,26%	5,51%	0,17%	0,00%	0,00%
Resultados transitados	0,00%	0,00%	0,00%	-23,45%	0,00%
Outras variações no capital próprio	0,00%	0,00%	13425,07%	-44,01%	-21,60%
	24,50%	3,92%	2,39%	-6,15%	0,32%
Total do capital próprio	24,50%	3,92%	2,51%	-6,27%	0,32%
Passivo					
Não corrente					
Provisões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Financiamentos obtidos	370,51%	0,00%	0,00%	-2,39%	-13,67%
	370,51%	0,00%	0,00%	-2,39%	-13,67%
Corrente					
Fornecedores	-41,41%	19,09%	5,65%	12,53%	
Estado e outros entes públicos	-96,46%	10,70%	44,00%	12,31%	1928,97%
Financiamentos obtidos	70,75%	243,60%	-72,83%	-88,12%	88,00%
Outras contas a pagar	-19,54%	87,73%	-41,69%	60,42%	104,39%
Diferimentos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	-20,44%	115,34%	-48,45%	-20,13%	36,47%
Total do passivo	32,81%	11,44%	-23,25%	-14,30%	17,71%
Total do capital próprio e do passivo	17,82%	8,52%	-13,68%	-10,76%	9,66%

Figura 23- Sotkon PT- Variação Balanço

Fonte: Elaboração Própria

Demonstração de Resultados

Demonstração Dos Resultados: SOTKON- PT- Análise Estrutural

	2012	2013	2014	2015	2016
Vendas e serviços prestados	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Trabalhos para a própria entidade	2,63%	1,89%	2,12%	1,31%	0,60%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-61,71%	-63,62%	-67,51%	-67,68%	-62,33%
Fornecimentos e serviços externos	-31,94%	-26,01%	-35,98%	-22,22%	-29,82%
Gastos com o pessoal	-8,10%	-6,12%	-9,58%	-7,45%	-5,50%
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	4,64%	-2,70%	4,22%	-0,07%	0,05%
Outros rendimentos	13,53%	1,08%	0,29%	0,50%	1,09%
Outros gastos	-2,59%	-1,75%	-0,81%	-0,13%	-0,10%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	7,18%	2,77%	0,00%	0,00%	0,00%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-4,99%	-6,48%	-6,74%	-5,02%	-2,82%
Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-4,99%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Perdas/(reversão) de imparidade	2,19%	2,77%	0,00%	0,00%	0,00%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00%	0,00%	0,00%	3,95%	2,48%
Juros e gastos similares suportados	0,00%	0,00%	0,00%	-2,45%	-1,20%
	11,00%	12,88%	11,58%	0,00%	0,00%
Resultados antes de impostos	-7,00%	-8,85%	-7,59%	0,00%	0,00%
Imposto sobre o rendimento do período	6,00%	0,00%	0,00%	-0,14%	-0,44%
Resultado líquido do período	0,00%	-0,16%	2,81%	0,00%	0,00%

Figura 24- Sotkon PT- Análise Estrutural DR
Fonte: Elaboração Própria

Demonstração Dos Resultados: SOTKON- PT- Variação

	2012	2013	2014	2015	2016
Vendas e serviços prestados	-64,33	18,66%	-1,57%	35,90%	48,54%
Trabalhos para a própria entidade	24,67%	-14,81%	10,40%	-16,08%	45,38%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-55,16%	22,34%	4,44%	36,25%	36,79%
Fornecimentos e serviços externos	-60,85%	-3,37%	36,18%	-16,07%	99,36%
Gastos com o pessoal	-49,30%	-10,40%	54,02%	5,76%	9,68%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	-294,99%	-30,87%	-253,64%	-102,42%	-210,48%
Outros rendimentos	475,48%	-90,49%	-73,27%	130,88%	-69,09%
Outros gastos	-20,79%	-19,67%	-54,39%	-78,42%	17,95%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-85,67%	-54,27%	-358,07%	-179,71%	39,19%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	1,97%	54,02%	2,45%	1,23%	19,92%
Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversões)					
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	197,00%	54,02%	2,45%	-84,49%	-144,45%
Perdas/(reversão) de imparidade	-95,16%	-301,52%	271,02%	-100,00%	0,00%
Juros e rendimentos similares obtidos					7,07%
Juros e gastos similares suportados					38,05%
	15157,30%	42,52%	11,52%	-100,00%	
Resultados antes de impostos	127,02%	57,43%	-15,60%	-113,02%	401,30%
Imposto sobre o rendimento do período	-85,25%	-93,89%	-3161,47%	-98,06%	356,29%
Resultado líquido do período	-97,81%	-29,82%	-1834,28%	-71,83%	-80,48%

Figura 25- Sotkon PT- Variação da DR
Fonte: Elaboração Própria

ANO 2012:

De acordo com o Banco de Portugal, as Sociedades Anónimas representam 73% do volume de negócios neste setor de atividade, no ano de 2012.

Na rúbrica de clientes do ativo corrente, podemos verificar um aumento de ano para ano o que se deve ao aumento de atividade, facto que acontece também no caso dos fornecedores.

O ano de 2012 teve uma variação de 19.61% no total do ativo face a 2011.

O volume de negócios face ao ano anterior tem uma alteração negativa de 64.33%. Com esta diminuição no volume de negócios a empresa foi obrigada a reduzir a sua rendibilidade operacional.

De acordo com a diminuição do volume de negócios, os F.S.E também diminuíram cerca de 60.85%. Nesta rúbrica, estes custos alteram consoante os custos de transporte e subcontratos, em consequência variam de forma idêntica a evolução do volume de negócios.

Quanto aos gastos com o pessoal, foram reduzidos em cerca de 49.30% face ao ano anterior, com influência no volume de negócios. Houve uma redução da capacidade da empresa e uma redução de números de efetivos. Os gastos com o pessoal têm uma parte de remunerações variáveis (comissões), ligadas com as vendas que face à descida do volume de negócios faz com os gastos com o pessoal diminuam.

ANO 2013: Os ativos intangíveis representam 51.20% do ativo total - é a rúbrica com mais peso.

O ativo não corrente tem maior percentagem que o ativo corrente. A rúbrica de outras reservas representa 26.01% do total do Capital próprio e passivo. Já no passivo corrente, a rúbrica de financiamentos obtidos representa 41.64% do total do capital próprio mais passivo. Os ativos intangíveis de 2012 para 2013 sofreram uma diminuição de 14.13%, já em deferimentos a empresa apresenta uma diminuição de 76.99%, e uma diminuição no E.O.E.P. A conta de Outras Contas A Pagar teve um aumento de 87.73%. O total do capital próprio mais o passivo teve um aumento de 8.52%.

O volume de negócios de 2012 para 2013 teve uma variação de 18.66%.

A Sotkon tem vindo a reforçar a rede de fornecedores em Portugal de modo a aumentar a eficiência logística para o fornecimento de elementos para a área internacional.

Apesar do crescimento de volume de negócios, a posição e desempenho financeiro traduzem uma evolução desfavorável.

Apesar do aumento do volume de negócios a empresa teve de reduzir a sua rendabilidade operacional. No entanto, também houve aspetos positivos: a redução dos gastos, os custos com fornecimentos e serviços externos diminuíram 3.37%, que se referem aos custos com transportes e subcontratos. Os custos com pessoal reduziram 10.40% face ao ano anterior. Essa evolução resultou de racionalização de recursos humanos e na diminuição dos gastos com formação.

ANO 2014: A Sotkon tem vindo continuamente a fortalecer a sua rede de fornecedores em Portugal de modo a aumentar a eficiência logística para o fornecimento de componentes para a área internacional. A rubrica dos acionistas refere-se a outros créditos a receber. A rubrica dos clientes apresenta um peso de 20.67% no ativo. Os ativos intangíveis sofreram uma variação negativa de 18.23%.

No ativo corrente, as rubricas que tiveram maior variação no ano de 2014, foi a do E.O.E.P - 50.20% - e uma diminuição de 53.23% em outras contas a receber, 74.84% na rubrica de caixa e depósitos bancários.

No ano de 2014, os ativos não correntes tiveram uma variação negativa de 10.06% e os ativos correntes uma variação no mesmo sentido de 23.60%.

No passivo corrente houve um aumento de 44% na rubrica E.O.E.P, uma diminuição de 72.83% nos financiamentos obtidos e de 41.69% em outras contas a pagar.

O ano de 2014 teve uma quebra de 1.57% no volume de negócios face ao ano anterior, sendo o maior impacto na margem bruta dos produtos vendidos, que diminuiu 4.44%.

A Sotkon reforçou em 2014 as ações, no sentido de reduzir os gastos, o que não foi o que aconteceu pois houve uma variação de 36% face ao ano anterior.

No que se refere aos gastos com o pessoal, aumentou cerca de 54,02% que se deve à necessidade do aumento temporário da equipa para fazer face à ausência prolongada de um dos colaboradores, e aumento dos custos com formação.

Por último é importante referir os esforços efetuados para recuperar alguns créditos em mora, que se traduziram numa reversão de imparidades de dívidas no valor de 130 mil €.

ANO 2015: O passivo corrente consegue ser superior ao ativo corrente, o que quer dizer que se consegue cobrir as dívidas de curto prazo. A rubrica de ativos intangíveis teve uma variação negativa de 24.84% no ativo não corrente. Esta rubrica é a que tem mais peso no Ativo. Houve uma grande variação na rubrica de diferimentos e caixa depósitos bancários. A rubrica de clientes tem um peso de 33.28% relativo ao total do ativo.

Os outros ativos financeiros sofreram uma variação negativa de 55%.

O financiamento obtido diminuiu 88.21% face ao ano anterior. No passivo corrente, a rubrica de fornecedores volta a sobressair-se e a ter maior peso no passivo corrente.

O volume de negócios aumentou cerca de 35.90% sendo que o CMCMC variou em 36.25%, sendo melhor que o ano anterior.

Os fornecimentos e serviços externos sofreram uma redução de cerca de 16%.

Na rubrica de gastos com pessoal verificou-se um aumento de cerca de 5.76% face ao ano anterior derivado do aumento do número de colaboradores com o reforço de área comercial.

ANO 2016: A rúbrica de ativos por impostos diferidos teve um peso de 53.59% no ano de 2016. A rúbrica de outras reservas e de fornecedores são as que têm maior peso no total do capital próprio e passivo. Em 2016 os inventários tiveram uma variação de 73.14% face a 2015 e 16.18% na rúbrica dos clientes. Em 2016 existe uma variação bastante negativa nas rúbricas de E.O.E.P (92.05%), outras contas a receber (79.14%), diferimentos (24.54%) e também na rúbrica de caixa e depósitos bancários (77.17%).

A rúbrica de outras variações no capital próprio voltou a diminuir 21.60% face ao ano anterior, diminuição que se deveu ao reconhecimento dos subsídios de investimento.

No passivo corrente a variação da rúbrica de financiamentos obtidos foi positiva, chegando quase aos 90%.

No ano de 2016, não só o crescimento foi considerável para a Sotkon, como houve uma melhoria na rentabilidade bruta.

O volume de negócios aumentou cerca de 48.54% face a 2015.

O CMVMC manteve-se idêntico a 2015, com 36.79%.

Relativamente aos gastos operacionais, verifica-se uma variação positiva acentuada, devido ao aumento das vendas.

A variação mais significativa foi, sem dúvida, na rúbrica de FSE com quase 100% relativamente a 2015. Na rúbrica de gastos com o pessoal, verifica-se um aumento de cerca de 9.68% relativo a 2015. Este aumento deve-se ao crescente número de colaboradores.

A rúbrica de juros e gastos similares tem crescido, devido ao aumento da dívida e, em 2016, os gastos/reversões de depreciação e de amortização têm diminuindo, o que se conclui que não tem havido investimento.

Balanço, ASFC. SGPS, S.A- Análise Estrutural

	2012	2013	2014	2015	2016
Activo					
Não corrente					
Activos fixos tangíveis	9,25%	9,47%	9,04%	8,88%	9,45%
Activos intangíveis	45,09%	42,82%	35,16%	27,16%	20,30%
Outros investimentos financeiros	0,01%	0,01%	0,02%	0,11%	0,13%
Participações financeiras - outros método:	0,00%	0,06%	0,06%	0,06%	0,00%
Activos por impostos diferidos	9,90%	13,95%	17,13%	14,26%	17,34%
	64,26%	66,32%	61,41%	50,48%	47,22%
Corrente					
Inventários	4,01%	3,86%	10,31%	10,26%	7,24%
Clientes	23,56%	23,35%	20,41%	30,90%	32,32%
Adiantamentos a fornecedores	0,71%	0,85%	0,62%	0,62%	0,00%
Estado e outros entes públicos	3,66%	2,82%	3,60%	3,37%	2,22%
Outras contas a receber	0,94%	0,35%	1,85%	0,69%	0,50%
Diferimentos	0,45%	0,31%	0,51%	0,67%	0,85%
Outros activos financeiros	0,11%	0,22%	0,25%	0,19%	0,26%
Caixa e depósitos bancários	2,30%	1,92%	1,04%	2,82%	9,39%
	35,74%	33,68%	38,59%	49,52%	52,78%
Total do activo	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Capital próprio					
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital					
Capital realizado	0,33%	0,41%	0,48%	0,50%	0,58%
Outros instrumentos de capital próprio	71,62%	80,94%	83,45%	86,93%	101,92%
Prémios de emissão	0,00%	7,35%	17,05%	17,76%	20,83%
Resultados transitados	-34,36%	-63,39%	-90,30%	-109,33%	-147,96%
Outras variações no capital próprio	0,00%	0,00%	-1,77%	1,05%	0,90%
Reservas de conversão monetária	1,59%	2,40%	2,49%	5,42%	4,59%
	39,18%	27,70%	11,39%	2,33%	-19,13%
Resultado líquido do período	-21,74%	-24,19%	-14,65%	-18,36%	-7,29%
	17,44%	3,51%	-3,27%	-16,03%	-26,43%
Interesses que não controlam	0,28%	0,00%	0,00%	0,00%	-0,69%
Total do capital próprio	17,72%	3,51%	-3,27%	-16,03%	-26,80%
Passivo					
Não corrente					
Provisões	0,00%	0,00%	0,30%	0,32%	0,37%
Financiamentos obtidos	32,99%	10,77%	49,35%	67,48%	72,14%
	32,99%	10,77%	49,65%	67,79%	72,51%
Corrente					
Fornecedores	17,66%	21,61%	19,58%	30,78%	32,24%
Adiantamentos de clientes	6,19%	6,60%	7,36%	6,87%	6,22%
Estado e outros entes públicos	1,50%	1,36%	1,69%	2,28%	2,66%
Accionistas / sócios	2,36%	4,56%	1,24%	2,91%	0,00%
Financiamento obtidos	17,79%	48,29%	15,43%	1,52%	4,98%
Outras contas a pagar	3,65%	3,23%	4,77%	3,87%	7,97%
Diferimentos	0,15%	0,06%	0,00%	0,00%	0,22%
	49,29%	85,72%	50,07%	48,24%	54,29%
Total do passivo	82,28%	96,49%	99,72%	116,03%	126,80%
Total do capital próprio e do passivo	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Figura 26- ASFC- Análise Estrutural do Balanço
Fonte: Elaboração Própria

Balanço, ASFC. SGPS, S.A- Variação

	2012	2013	2014	2015	2016
Activo					
Não corrente					
Activos fixos tangíveis	-0,67%	-9,42%	-7,48%	-5,62%	-9,55%
Activos intangíveis	-12,15%	-15,97%	-20,37%	-25,83%	-36,47%
Outros investimentos financeiros	0,00%	-25,23%	91,69%	378,54%	-4,44%
Participações financeiras - outros métodos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Activos por impostos diferidos	13,28%	24,79%	19,08%	-20,11%	3,43%
	-7,39%	-8,67%	-10,19%	-21,09%	-20,47%
Corrente					
Inventários	-4,65%	-14,75%	158,93%	-4,53%	-40,02%
Clientes	-37,69%	-12,30%	-15,24%	45,32%	-11,06%
Adiantamentos a fornecedores	-18,41%	6,83%	-29,96%	-3,25%	-100,00%
Estado e outros entes públicos	-29,88%	-31,96%	24,07%	-10,18%	-43,98%
Outras contas a receber	74,09%	-66,57%	408,01%	-64,13%	-39,08%
Diferimentos	54,72%	-39,16%	58,79%	26,59%	7,76%
Outros activos financeiros	76,61%	73,76%	11,60%	-24,79%	15,13%
Caixa e depósitos bancários	-89,68%	-26,30%	-47,37%	160,27%	183,01%
	-49,88%	-16,61%	11,12%	23,19%	-9,39%
Total do activo	-28,93%	-11,51%	-3,01%	-4,00%	-14,99%
Capital próprio					
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital					
Capital realizado	0,00%	11,11%	12,48%	0,00%	0,00%
Outros instrumentos de capital próprio	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Prémios de emissão	0,00%	0,00%	125,00%	0,00%	0,00%
Resultados transitados	-1,92%	63,29%	38,16%	16,22%	15,42%
Outras variações no capital próprio	0,00%	0,00%	0,00%	-43,21%	-26,41%
Reservas de conversão monetária	202,89%	33,44%	0,64%	109,46%	-27,83%
	4,64%	-37,45%	-47,72%	-85,03%	-800,99%
Resultado líquido do período	-3327,49%	-1,55%	-41,26%	20,31%	-66,13%
	-54,25%	-82,20%	-92,27%	-5609,48%	40,57%
Interesses que não controlam	-92,92%	-100,00%			0
Total do capital próprio	-57,90%	-82,48%	-92,27%	-5609,48%	44,24%
Passivo					
Não corrente					
Financiamentos obtidos	30,59%	-71,10%	344,22%	31,26%	-8,82%
	25,71%	-71,10%	346,97%	31,07%	-8,78%
Corrente					
Fornecedores	-44,82%	8,33%	-12,12%	50,88%	-10,68%
Adiantamentos de clientes	-18,93%	-5,56%	8,09%	-10,35%	-22,85%
Estado e outros entes públicos	-80,75%	-19,88%	20,83%	29,65%	-0,60%
Accionistas / sócios	0,00%	71,29%	-73,64%	125,32%	-100,00%
Financiamento obtidos	0,00%	140,17%	-69,01%	-90,53%	179,21%
Outras contas a pagar	-61,90%	-21,79%	43,27%	-21,95%	75,37%
Diferimentos	58,18%	-63,22%	-100,00%		0,00%
	-31,89%	53,89%	-43,35%	-7,50%	-4,02%
Total do passivo	0,00%	3,78%	0,23%	11,70%	-6,80%
Total do capital próprio e do passivo	-28,93%	-11,51%	-3,01%	-4,00%	-14,99%

Figura 27- ASFC- Variação do Balanço

Fonte: Elaboração Própria

Demonstração dos Resultados ASFC

ASFC- SGPS, S.A- Análise Estrutural

	2012	2013	2014	2015	2016
Vendas e serviços prestados	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Subsídios à exploração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,06%
Trabalhos para a própria entidade	4,05%	3,59%	2,47%	1,75%	0,98%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-50,74%	-55,95%	-55,20%	-54,26%	-56,07%
Fornecimentos e serviços externos	-54,43%	-45,44%	-31,95%	-26,92%	-24,97%
Gastos com o pessoal	-29,21%	-29,82%	-20,17%	-13,94%	-10,10%
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	-0,20%	0,00%	0,17%	0,00%	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	-18,95%	-2,62%	3,30%	-1,28%	-0,06%
Provisões (aumentos/ reduções)	0,00%	0,00%	-0,69%	0,00%	0,00%
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas/ reve	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-0,08%
Outros rendimentos e ganhos	9,17%	1,08%	2,09%	1,49%	2,17%
Outros gastos e perdas	-3,96%	-5,96%	-3,96%	-2,41%	-0,65%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-44,28%	-35,11%	-3,94%	4,42%	11,28%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-27,54%	-31,15%	-26,69%	-21,06%	-16,18%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-71,82%	-66,25%	-30,62%	-16,64%	-4,90%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,32%	0,00%	0,00%	0,02%	1,73%
Juros e gastos similares suportados	-6,93%	-8,42%	-8,33%	-8,53%	-4,44%
Resultados antes de impostos	-78,43%	-74,67%	-38,95%	-25,16%	-7,62%
Imposto sobre o rendimento do período	2,98%	7,03%	5,66%	-6,70%	0,06%
Resultado líquido do período	-75,45%	-67,64%	-33,29%	-31,86%	-7,56%

Figura 28- ASFC- Análise Estrutural da DR

Fonte: Elaboração Própria

Demonstração de Resultados- ASFC- SGPS, S.A- Variação

	2012	2013	2014	2015	2016
Vendas e serviços prestados	-63,97%	-3,47%	16,08%	25,72%	27,79%
Subsídios à exploração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	5,89%	-14,41%	-20,14%	-10,91%	-28,40%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-60,07%	6,43%	14,53%	23,59%	32,04%
Fornecimentos e serviços externos	-2,54%	-19,40%	-18,39%	5,95%	18,51%
Gastos com o pessoal	-16,87%	-1,47%	-21,50%	-13,08%	-7,39%
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	0,00%	-100,00%	0,00%	-100,00%	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	-1127,13%	-86,66%	-246,18%	-148,91%	-93,97%
Provisões (aumentos/ reduções)	0,00%	0,00%	0,00%	-100,00%	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	238,00%	-88,58%	123,14%	-10,33%	86,25%
Outros gastos e perdas	-49,65%	45,13%	-22,87%	-23,56%	-65,63%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-173,77%	-23,47%	-86,98%	-241,15%	226,07%
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	9,40%	9,17%	-0,53%	-0,79%	-1,82%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-306,08%	-10,95%	-46,34%	-31,69%	-62,36%
Juros e rendimentos similares obtidos	-84,76%	-99,93%	1125,00%	667,35%	14091,93%
Juros e gastos similares suportados	-19,00%	17,23%	14,87%	28,77%	-33,51%
Resultados antes de impostos	-376,30%	-8,10%	-39,44%	-18,80%	-61,31%
Imposto sobre o rendimento do período	-120,41%	127,54%	-6,52%	-248,76%	-101,06%
Resultado líquido do período	-647,77%	-13,46%	-42,87%	20,31%	-69,67%

Figura 29- ASFC- Variação da DR

Fonte: Elaboração Própria

ANO 2012:

Os ativos intangíveis, representam cerca de 45.09% do peso do ativo e teve uma variação negativa de 12.15% face ao ano anterior.

O ativo não corrente tem um peso de 64.26% no total do ativo, tendo havido uma variação negativa face a 2011.

Relativamente ao capital próprio a rubrica com maior impacto é a de outros instrumentos de capital próprio com 71.62% de peso e os resultados transitados com um peso de -34.36% e com uma variação negativa de 1.92% face ao ano de 2011.

Os financiamentos obtidos, no passivo corrente, têm um peso de 32.99% e uma variação positiva de 30.59% face ao ano anterior.

No passivo corrente as variações diminuíram e tiveram mais impacto na rubrica de fornecedores (44.82%), EOEP (80.75%), outras contas a pagar (61.90%) e um aumento na rubrica de diferimentos de 58.18%.

O desempenho económico e financeiro combinado com o compromisso de pagamentos a fornecedores comprometeu um acréscimo dos financiamentos obtidos como podemos ver no passivo corrente e não corrente.

Em 2012 o grupo diminui cerca de 63.97% o volume de negócios consolidado, podemos verificar que o volume de negócios da Sotkon PT diminuiu cerca de 64%.

No que respeita a vendas para outros países, os destinos que persuadiram mais as vendas foi a França, Reino Unido e Espanha.

Em 2012, a ASFC, desenvolveu novos canais de distribuição, incluindo mercados como a América do Sul e África.

Em 2012 a posição financeira e o desempenho financeiro da empresa-mãe, traduz-se numa evolução negativa, com redução nas vendas.

Em 2012 Portugal foi o mercado mais relevante para o volume de negócios.

A redução do volume de negócios foi cerca de 63.97% e deveu-se ao esforço comercial que foi necessário fazer, para desenvolver um ambiente económico desfavorável por diminuição de vendas e pelos investimentos em novos mercados. Os FSE diminuíram cerca de 2.54% o que pode ter sido devido aos encargos sobre os transportes e subcontratos, honorários, como deslocações e estadas inerentes ao desenvolvimento de novos mercados.

O CMVMC também diminuiu cerca de 60.07%, e na rubrica de gastos com o pessoal verifica-se também uma diminuição de 16.67% face ao ano anterior.

ANO 2013: A empresa manteve-se idêntica ao ano de 2012 no que diz respeito às variações no ativo corrente. Na rubrica de adiantamentos a fornecedores houve um aumento de 6.83%, e uma diminuição bastante grande na rubrica de outras contas a receber de 66.57%.

A variação de 2012 para 2013 foi negativa e de 11.51% do ativo. Os resultados transitados face ao ano anterior foram de 63.29%.

A rubrica de financiamentos obtidos diminuiu 71.10% face ao ano de 2012. Em 2013 as vendas diminuíram cerca de 3.47% o que apesar de ser negativo apresenta um melhor resultado relativamente ao ano anterior.

Os fornecimentos e serviços externos diminuíram 19.40% e os gastos com o pessoal cerca de 1.47% face ao ano anterior. O CMVMC aumentou cerca de 6.43%.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos teve uma variação negativa de 8858% e os outros gastos e perdas aumentaram cerca de 45.13%, face a 2012.

ANO 2014: Os ativos intangíveis continuam a ter o maior peso no ativo total com 35.16% e uma variação negativa de 20.37% face a 2013.

A rubrica de outros instrumentos de capital próprio representou cerca de 83.5% do capital próprio e passivo. Os resultados transitados diminuíram cerca de 47.72% face ao ano anterior.

A rubrica dos sócios/ acionistas, no passivo corrente teve uma variação negativa de 73.64% e a de financiamentos obtidos 69.01%.

Os fornecedores representam cerca de 19.58% do peso do passivo corrente e houve uma variação negativa de 12.12% face a 2013. O passivo corrente continua a ser um pouco maior que o ativo corrente. O que quer dizer que a empresa não esta equilibrada.

O volume de vendas aumentou 16.08% face a 2013, o ano de 2014 ficou assinalado para o grupo pela mudança dos órgãos de gestão, o que levou à implementação de medidas a curto prazo que permitissem alcançar resultados positivos, mas que também prosseguissem com o foco estratégico da ASFC: “continuar a desenvolver de forma sustentável a sua atividade nos mercados onde detém uma presença direta e investir no crescimento da rede de distribuidores internacionais”.

Em 2014 analisa-se uma evolução positiva. O resultado do período continua negativo, tendo, contudo, sido averiguado uma recuperação favorável face aos anos anteriores. Os FSE registam uma descida de 18.39% face a 2013, o que se destaca a rubrica de deslocações e estadas. Os gastos com o pessoal registaram uma redução de 21% face ao ano anterior, devido às alterações e reduções do número de colaboradores.

Na demonstração de resultados é visível a evolução positiva com as vendas e a redução dos gastos indiretos.

O volume de negócios como já referido anteriormente aumentou 16% face ao ano anterior o que melhorou o nível de rendibilidade e que se traduziu no RAI, de 46.34%.

ANO 2015: Face a 2014 a empresa exhibe uma variação negativa de 5.62% relativo aos AFT e de 25.83% face aos Ativos Intangíveis.

Em relação ao ano anterior a empresa diminuiu 21.09% do ativo não corrente e aumentou 23.19% no ativo corrente, apenas houve uma variação negativa de 4% do total do ativo em relação a 2014.

O ativo corrente é maior que o passivo corrente o que quer dizer que a empresa possui ativos suficientes para solver as suas obrigações de curto prazo.

Averigua-se uma evolução positiva de 25.72% e uma redução de gastos indiretos, o que permitiu que a ASFC obtivesse em 2015 um EBITDA positivo, o que não tinha acontecido antes em relação aos anos anteriores analisados.

O elevado peso das depreciações dos ativos intangíveis de 27.16% continua a colaborar para um resultado negativo.

Os FSE aumentaram cerca de 5.95% devido ao aumento dos custos variáveis associados às vendas.

Ao contrário dos FSE, a rubrica de gastos com o pessoal teve uma diminuição de 13.08% devido à redução de colaboradores e número de efetivos.

ANO 2016: Em relação ao ano anterior, houve uma variação negativa de 9.55% nos AFT.

Tem conseguido equilibrar no que diz respeito à gestão do capital, através de financiamentos não correntes conseguindo equilibrar o ativo corrente.

Os ativos intangíveis tiveram uma variação negativa de 36.47%.

A rubrica dos fornecedores aumentou 32.24% face a 2015, porque houve um aumento de atividade.

O volume de negócios apresenta um crescimento de 27.79% face a 2015, é importante salientar o crescimento das vendas e o peso da empresa Sotkon PT.

O EBITDA apresenta um aumento de 86.25% em comparação com o ano anterior, houve uma diminuição de gastos indiretos o que permitiu um EBITDA positivo.

O Resultado Líquido do período diminuiu cerca de 69.67% face a 2015.

A rubrica de FSE aumenta 18.51% face a 2015 e os gastos com o pessoal apresenta uma diminuição de 7.39%.

Nos últimos dois anos a ASFC apresenta uma evolução positiva, evolução do resultado operacional e da sua situação financeira.

O resultado negativo é afetado pelo impacto das depreciações dos ativos intangíveis, se não existissem as depreciações dos ativos intangíveis provavelmente os capitais próprios seriam positivos.

Podemos então concluir que o ano de 2016 apresenta um aumento, devido ao crescimento das operações realizadas nos mercados internos e do volume de negócios. O EBITDA está bastante bom, o que representa uma forte evolução face a 2015 e em relação aos restantes anos de análise.

Análise global do balanço e da demonstração dos resultados ASFC: Pode-se verificar um aumento de ano para ano dos ativos por impostos diferidos. Esta rubrica contribui para a melhoria da relevância das DF's, na medida em que são divulgados o imposto corrente e as suas consequências fiscais futuras, relativamente a transações e outros acontecimentos da empresa ocorridos em cada período.

A complexidade destes impostos, são objetos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro 25 (NCRF 25) – Impostos sobre o rendimento, a qual tem por base a Norma Internacional de Contabilidade IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 1725/2003, da Comissão, de 21 de Setembro, alterado pelos Regulamentos (CE) n.º 2086/2004, da Comissão, de 19 de Novembro, n.º 2238/2004, da Comissão, de 29 de Dezembro, n.º 2236/2004, da Comissão, de 29 de Dezembro, e n.º 211/2005, da Comissão, de 4 de Fevereiro.

Impostos sobre o Rendimento -Objetivo

1 — O objetivo desta Norma Contabilística e de Relato Financeiro é o de prescrever o tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento e, em especial, no que respeita a:

- a) Recuperação futura (liquidação) da quantia escriturada de ativos (passivos) que sejam reconhecidos no balanço de uma entidade; e
- b) Transações e outros acontecimentos do período corrente que sejam reconhecidos nas demonstrações financeiras de uma entidade.

Relativamente à rubrica de participações financeiras-outro método conta 419 do SNC, estas participações são de médio e longo prazo, e por isso são registadas no ativo não corrente, se fossem temporárias seriam registadas no ativo corrente. São classificadas de médio e longo prazo porque se destinam e permanecer na empresa por períodos longos. Estas participações podem ser classificadas em participações subsidiárias que é o caso da empresa em análise, ASFC, que são respeitantes às participações que a empresa investidora controla as empresas investidas ou então pode ser de participações em empresas associadas, que se refere a participações em empresas em que a participante exerce influencia significativa.

A rubrica de ativos intangíveis deve-se a projetos de desenvolvimento, depreciações e amortizações acumuladas e a outros ativos intangíveis, para tal esta rubrica destina-se a apresentar as quantias líquidas das amortizações e de perdas por imparidades acumuladas dos cinco anos de análise.

Pode-se constatar um declínio do ativo de ano para ano, a nível dos Ativos intangíveis. Outra rubrica que merece especial atenção, é a rubrica de outros investimentos financeiros, estes podem ser definidos como investimentos com a intenção de superar os resultados da empresa e obter um melhor desempenho. A rubrica de diferimentos no ativo corrente, apresenta um aumento, havendo uma oscilação de 2012 para 2013, mas voltando logo a subir de 41973€ para 66647€, o que nos especifica as quantias respeitantes a despesas e pagamentos que antecedeu ao momento do uso e do consumo de recursos.

De seguida procede-se à análise do Capital Próprio, a rúbrica de outros instrumentos de capital diz respeito a prestações suplementares efetuadas e a outros investimentos, o que se mantém constante nos cinco anos em análise o mesmo valor, 10950000€.

Os resultados transitados são negativos e de ano para ano tendem a piorar, estes, dizem respeito a outros ativos intangíveis e a despesas de constituição da empresa. Os financiamentos obtidos do passivo não corrente, incluem as quantias de instrumentos financeiros tais como instituições de crédito e empréstimos bancários, ainda analisando o passivo não corrente, a rúbrica de outras contas a pagar, é onde são registados todos os passivos correntes que não se enquadram nas restantes rúbricas.

Relativamente ao passivo corrente, analisando a rúbrica de acionistas/sócios podemos verificar as despesas suportadas pelos sócios, os deferimentos do passivo corrente, esta rúbrica diz teve resultados positivos em 2012 e 2013 o que evidência as quantias, respeitantes a receitas e recebimentos, que devam ser reconhecidos em períodos seguintes.

A rúbrica de vendas e prestações de serviços da empresa dizem respeito ao mercado nacional e ao mercado internacional, esta rúbrica tem obtido resultados de forma bastante acentuada nos últimos cinco anos de análise. A venda de serviços é o processo pelo qual a empresa, oferece “recursos” aos seus clientes na área que atua. A rúbrica de trabalhos para a própria entidade, apresenta valores positivos decrescentes, estes valores dizem respeito a ativos intangíveis e a ativos de investimento em curso. Relativamente à rúbrica de custos de mercadorias e matérias consumidas, diz respeito ao valor do custo com mercadorias, matérias primas, embalagens de consumo, etc quando a empresa procede à sua venda, em 2016 houve um aumento de compras. Na rúbrica de FSE, os cinco anos de análise estão negativos, esta conta é a 62, diz respeito às despesas operacionais da empresa: subcontratos, trabalhos especializados, matérias, deslocações, água, etc, nesta rúbrica deparamo-nos com um decréscimo de FSE de 2015 para 216, ou seja, houve um aumento de serviços.

Interpretação das rúbricas de Vendas, CMVMC e FSE: tanto os custos como os gastos da empresa aumentaram. Analisando, podemos concluir que por parte da empresa houve mais investimento, e como as vendas também em 2016 aumentaram houve uma necessidade de aumentar os fornecimentos e serviços externos e custo de mercadorias vendidas de matérias consumidas.

A rúbrica de gastos com o pessoal, designada como conta 63 de acordo com o SNC, também aumenta no ano de 2016, esta rúbrica diz respeito às remunerações do pessoal, encargos sobre a remuneração, seguros de acidente de trabalho, formações, medicina no trabalho, higiene e segurança no trabalho entre outros. A rúbrica de outros rendimentos e ganhos nos cinco anos de análise, apresenta um valor positivo aumentando de ano para ano, esta rúbrica diz respeito a diferenças de câmbio favoráveis, subsídios, e a outros rendimentos e ganhos. Relativamente a outros gastos e perdas, há uma diminuição a partir do ano de 2013, estes gastos dizem respeito a impostos, taxas, quotizações entre outros. A conta de juro e rendimentos similares obtidos, diz respeito aos juros obtidos de financiamentos concedidos, esta rúbrica de 2012 a 2015 diminuiu

significativamente, em 2016 aumentou quase quatorze vezes mais em relação ano anterior, a rúbrica de juros e gastos similares suportados como o seu próprio nome indica diz respeito a juros suportados, juros de financiamento obtidos, juros de factoring, juros de mora e compensatórios e diferenças de cambio, também diz respeito a financiamentos efetuados relativamente a garantias bancárias, comissões para pagamento ao estrangeiro, despesas bancárias, comissões de papel comerciais, etc. os resultados operacionais são negativos e apresentam uma evolução negativa relativamente aos valores de 2012.

Por último, e não menos importante irá ser analisado o Resultado Líquido da empresa que representa o restante da receita depois de se considerar todos os custos da empresa, o RL corresponde à soma dos resultados operacionais, financeiros e extraordinários (que advém da conta 69 e 79) obtidos na empresa, deduzindo as provisões do IRC a entregar ao estado.

Esta rúbrica é uma das mais importantes para análise económico-financeira. Sendo assim esta rúbrica diz respeito a performance económico-financeira da empresa, nos anos em análise, os RL têm sido negativos, o que se conclui que a empresa apresenta prejuízo, mas de 2012 a 2016 tem vindo a diminuir gradualmente, havendo uma oscilação no ano de 2014 para 2015, diminuindo mais no ano de 2016 para -7015265€, em 2012 o RL era de -3888257€.

Comparação com o setor (variações anuais em %):

Os dados obtidos do setor de atividade 25920- Fabricação de outros reservatórios e recipientes metálicos, foram retirados dos quadros do setor de Banco de Portugal, e para a análise do setor foi utilizada a média agregada.

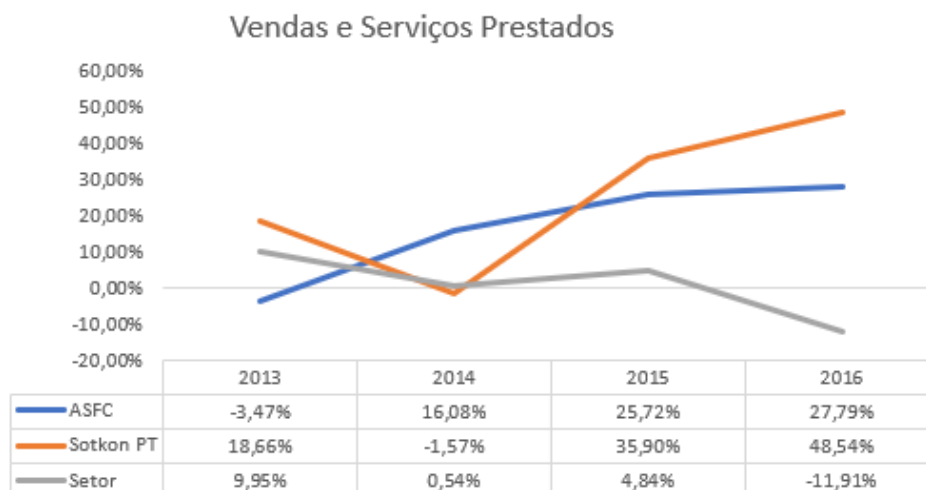


Gráfico 1- Vendas e Serviços Prestados- Comparação com o setor
Fonte: Elaboração Própria

Pode-se verificar no gráfico 1, que no ano de 2013 a ASFC apresenta valores abaixo da média deste setor. A partir do ano seguinte tanto a ASFC como a Sotkon PT conseguem acompanhar a média do setor e até ter valores superiores ao do setor em análise.

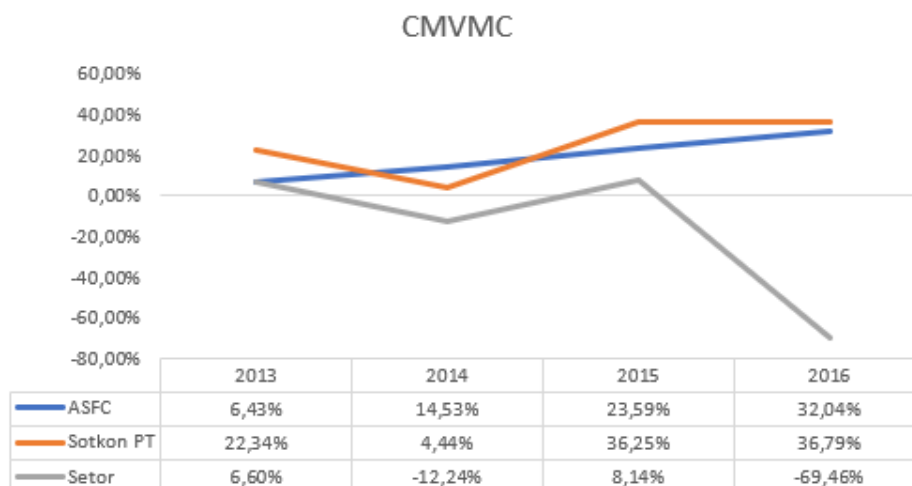


Gráfico 2- CMVMC- Comparação com o setor
Fonte: Elaboração Própria

O gráfico 2, CMVMC, as empresas estão acima do setor, em 2016 podemos verificar que este setor teve um declínio bastante acentuado, e as empresas continuaram constantes nos custos das mercadorias pois no gráfico 1 podemos ver que as vendas do setor diminuíram, mas as empresas não, subiram.

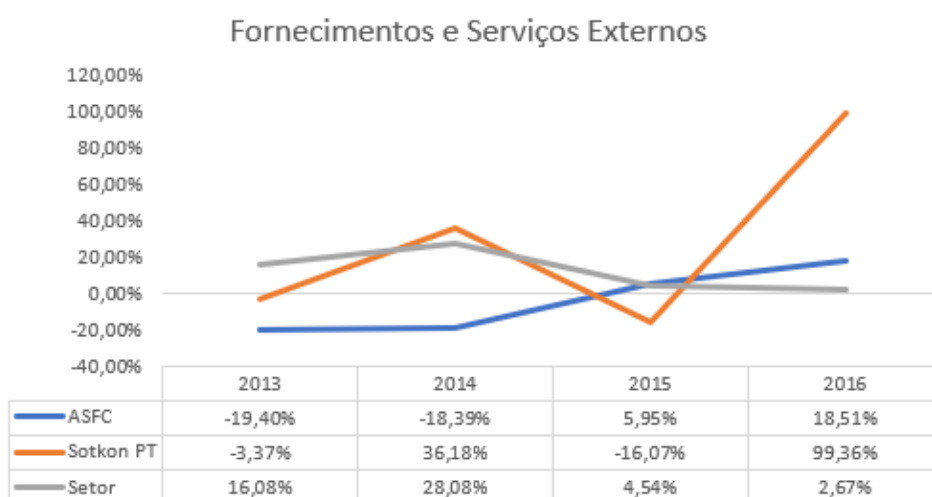


Gráfico 3- FSE- Comparação com o setor
 Fonte: Elaboração Própria

De 2013 a meados de 2015 ambas as empresas apresentam valores inferiores às do setor tendo em 2016 aumentando de modo a ficar acima da média do setor.

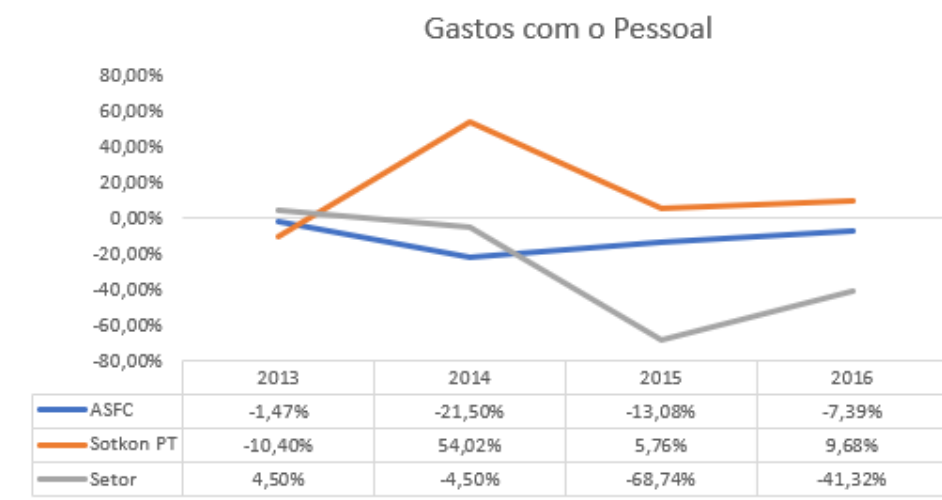


Gráfico 4- Gastos com o Pessoal- Comparação com o setor
 Fonte: Elaboração Própria

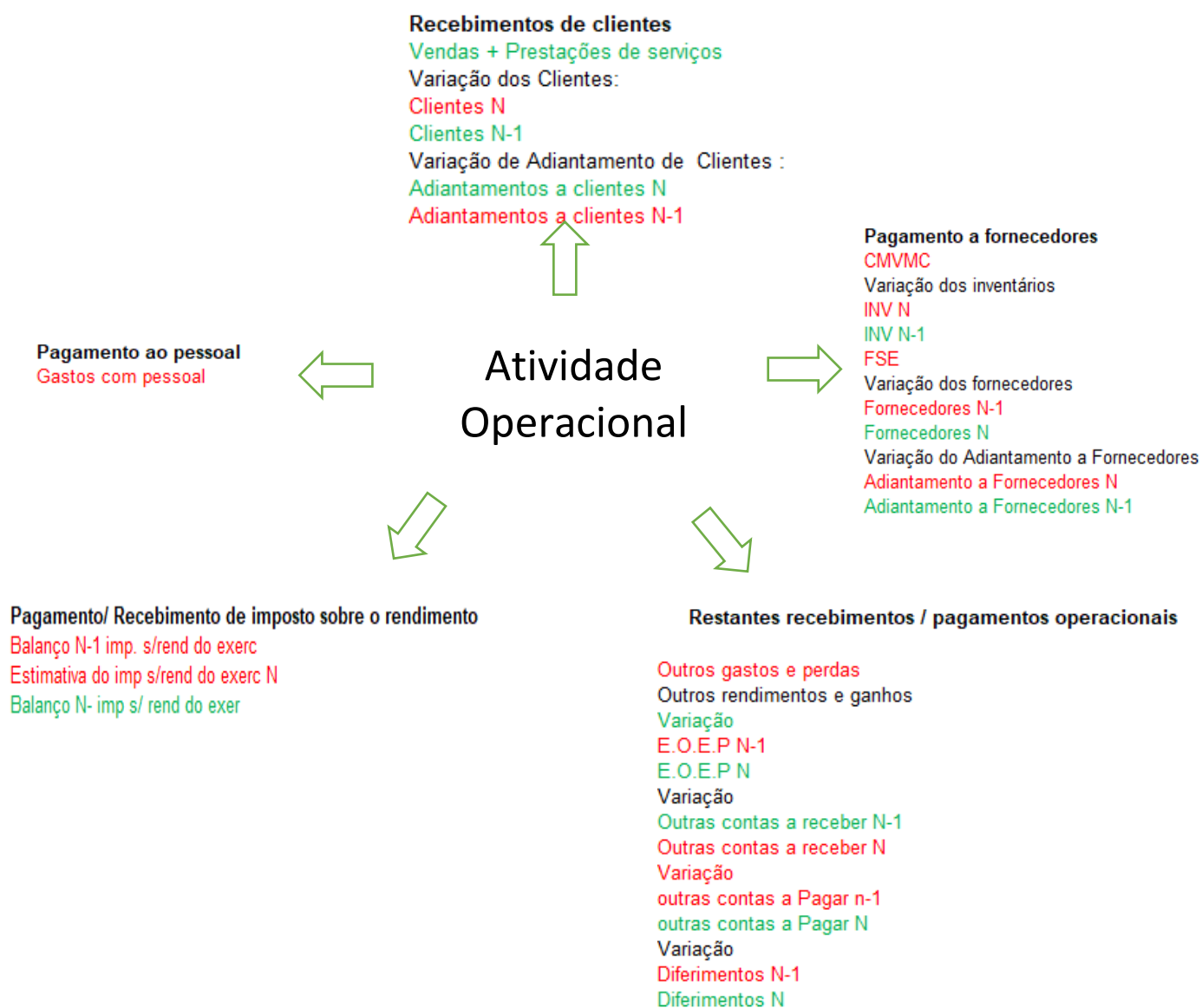
Em 2013 e 2014 a ASFC não conseguiu acompanhar a média do setor, mas a partir de 2015 já conseguiu apresentado melhores resultados.

4.2 Análise do Mapa de Fluxos de Caixa

“Mas quando os tempos estão maus e o sopro do medo já arrefeceu os mercados, o banqueiro tem de ser cauteloso, conservador e severo. O seu negócio é apropriadamente comparado ao de um homem que está pronto a emprestar guarda-chuvas quando o tempo está ótimo e a pedi-los de volta quando começar a chover.”
Neves. J,

Esta análise é efetuada através do mapa demonstração de fluxos de caixa, agrupam-se os pagamentos e recebimentos em função da sua classificação como operacionais, de investimento ou de financiamento.

Antes de ser feita a interpretação de cada empresa, em relação ao mapa de fluxos de caixa, irá ser explicado que fórmula foi usada para se fazer o cálculo de cada rubrica da atividade operacional. Os cálculos são elaborados fazendo a variação entre o balanço de ano N-1 com o Ano N.



Demonstração do Fluxos de Caixa: SOTKON- PT					
	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
Atividades operacionais					
Recebimentos de clientes (+)	6 323 317,00 €	3 344 119,00 €	8 980 347,00 €	-935 470,00 €	2 887 901,00 €
Pagamentos a fornecedores (-)	-1 959 282,00 €	-890 863,00 €	-1 309 800,00 €	238 940,00 €	255 005,00 €
Pagamentos ao pessoal (-)	-213 307,00 €	-191 131,00 €	-294 386,00 €	-311 351,00 €	-341 481,00 €
Caixa gerada pelas operações	8 495 906,00 €	4 426 113,00 €	10 584 533,00 €	-863 059,00 €	2 974 377,00 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	20 063,00 €	10 605,00 €	1 116 558,00 €	1 038,00 €	182 654,00 €
Restantes pagamentos/recebimentos operacionais(+/-)	-1 861 607,00 €	-661 635,00 €	1 314 407,00 €	1 007 620,00 €	456 338,00 €
Fluxo das actividades operacionais (1)	6 654 362,00 €	3 775 083,00 €	13 015 498,00 €	145 599,00 €	3 613 369,00 €
Atividades de investimento					
(+) Recebimentos provenientes de:					
Ativos Fixos Tangíveis	494 679,00 €	479 822,00 €	482 011,00 €	504 214,00 €	473 640,00 €
Ativos Intangíveis	350 259,00 €	300 765,00 €	245 932,00 €	184 840,00 €	143 030,00 €
Investimentos Financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	104,00 €	351,00 €
Juros e rendimentos Similares	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
(-)Pagamentos respeitantes a :					
Outros Ativos financeiros	15 510,00 €	20 510,00 €	20 000,00 €	9 000,00 €	9 000,00 €
Fluxo das actividades de investimento (2)	-15 510,00 €	-20 510,00 €	-20 000,00 €	-9 000,00 €	-9 000,00 €
Atividades de Financiamento					
(+) recebimentos provenientes de:					
Realizações de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio	109 856,00 €	109 856,00 €	109 856,00 €	109 856,00 €	109 856,00 €
Outras contas a pagar (passivo não corrente)/outras operações de financiamento	171 953,00 €	322 804,00 €	188 237,00 €	301 978,00 €	617 216,00 €
(-) pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos Obtidos	1 361 047,00 €	4 676 606,00 €	1 270 833,00 €	151 015,00 €	283 904,00 €
Juros e gastos similares	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-102 515,00 €	-74 262,00 €
Redução de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio	706,00 €	706,00 €	95 487,00 €	53 466,00 €	41 916,00 €
Fluxo das actividades de Financiamento (3)	-1 079 944,00 €	-4 244 652,00 €	-1 068 227,00 €	309 868,00 €	475 514,00 €
Variação da caixa e seus equivalentes (1+2+3)	5 558 908,00 €	-490 079,00 €	11 927 271,00 €	446 467,00 €	4 079 883,00 €
Caixa e equivalentes no início do período	51 754,00 €	78 736,00 €	19 811,00 €	205 256,00 €	46 870,00 €
Caixa e equivalentes no final do período	5 507 154,00 €	-568 815,00 €	11 907 460,00 €	241 211,00 €	4 033 013,00 €

Figura 30- SOTKON PT- Demonstração Fluxos de Caixa

Fonte: Elaboração Própria

A empresa aumentou a sua tesouraria nos anos em análise, menos no ano de 2013, em que a empresa teve um fluxo de investimento e financiamento negativo e as atividades operacionais não conseguiram cobrir.

A empresa apresenta-se estável a nível dos fluxos operacionais. Os resultados ao longo dos cinco anos são negativos, havendo pequenas oscilações, mas nada de alarmante para a empresa. A mesma tem a capacidade de libertar fundos para sustentar a inovação do investimento e melhorar as condições de remunerações para os capitais próprios e capitais alheios. Na atividade de investimento, em ambos os anos são negativos, o que levou a que a empresa não conseguisse obter liquidez da venda dos investimentos. Mais uma vez, em relação ao ciclo operacional pode-se dizer que os recebimentos superam os pagamentos, ou seja, é o ciclo operacional que conforta a empresa, que tem capacidade de autofinanciamento.

O fluxo de caixa gerado pelas operações efetuadas em cada ano de análise foi positivo (exceto 2013).

A atividade operacional, ao longo dos cinco anos, gerou fundos suficientes que possibilitam financiar as atividades de investimento e de financiamento, o que originou, ainda, um excedente de tesouraria, refletindo-se, assim, no aumento de caixa e equivalentes de caixa no início com o fim do período.

Demonstração do Fluxos de Caixa: ASFC- SGPS, S.A

	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
Atividades operacionais					
Recebimentos de clientes (+)	7111645,44	5364888,00	6328246,00	5946116,00	9509809,00
Pagamentos a fornecedores (-)	-1996965,64	-991614,00	-2562493,00	-1555925,00	-2860341,00
Pagamentos ao pessoal (-)	-1505511,00	-1483325,00	-1164458,00	-1012170,00	-937387,00
Caixa gerada pelas operações	10614122,07	7839827,00	10055197,00	8514211,00	13307537,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-806408,50	304249,00	365116,00	-420638,00	3433,00
Restantes pagamentos/recebimentos operacionais(+/-)	-929303,07	-461984,00	-31045,00	-96181,00	380405,00
Fluxo das actividades operacionais (1)	8878410,50	7682092,00	10389268,00	9031030,00	13691375,00
Atividades de investimento					
(+) Recebimentos provenientes de:					
Ativos Fixos Tangíveis	1414857,00	1281525,00	1185692,00	1119070,00	1012245,00
Ativos Intangíveis	6894288,00	5793536,00	4613618,00	3421990,00	2173876,00
Investimentos Financeiros	2045,00	1529,00	2931,00	14026,00	13403,00
Juros e rendimentos Similares	16464,00	12,00	147,00	1128,00	160085,00
(-)Pagamentos respeitantes a :					
Outros Ativos financeiros	16796,00	29184,00	32569,00	24496,00	28203,00
Fluxo das actividades de investimento (2)	-332,00	-29172,00	-32422,00	-23368,00	131882,00
Atividades de Financiamento					
(+) recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos	3862322,30	5043833,00	1457745,00	6475652,00	8500000,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio	11000000,07	11000000,00	11005555,00	11012490,00	11012490,00
Outras contas a pagar (passivo não corrente)/outras operações de financiamento	150000,40	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos Obtidos	2059233,45	2720499,00	6533951,00	2024658,00	191795,00
Juros e gastos similares	-357314,00	-418869,00	-481175,00	-619621,00	-411992,00
Dividendos					
Redução de capital e de outros instrumentos de Capital Próprio					
Outras operações de financiamento					
Fluxo das actividades de Financiamento (3)	9448081,02	8698370,00	4952779,00	9607453,00	11232687,00
Varição da caixa e seus equivalentes (1+2+3)	18326159,52	16351290,00	15309625,00	18615115,00	25055944,00
Caixa e equivalentes no início do período	351881,00	259344,00	136487,00	355229,00	1005350,00
Caixa e equivalentes no final do período	17974278,52	16091946,00	15173138,00	18259886,00	24050594,00

Figura 31- ASFC-Demonstração Fluxos de Caixa

Fonte: Elaboração Própria

Os fundos produzidos na ASFC internamente pelas atividades operacionais, por exemplo no ano de 2012 (todos os restantes apesar de algumas oscilações, foram positivos), como podemos verificar na figura 31, foram de 8878410€, mais os fundos de financiamento 9448081.02€, que permitiram financiar os fluxos da atividade de investimento. Podemos, ainda, verificar o aumento do caixa e os seus equivalentes de caixa do início para o fim do período analisado.

4.3. Análise do Balanço Funcional e Equilíbrio Financeiro

Walsh, C. (2006) defende que o **balanço funcional** é um instrumento de gestão e análise financeira, preparado a partir do Balanço da empresa. Preocupa-se com o equilíbrio funcional das origens e aplicações de fundos, numa certa data e mostra a situação da empresa, que tem uma ótica mais financeira, na qual o ativo corresponde às *Aplicações de Fundos* ou ao investimento feito na empresa. Estes bens e direitos são financiados por Capitais Próprios (Capital Social, Reservas e Resultados) e Capitais Alheios, cuja obrigatoriedade de pagamento aparece inscrita no Passivo. Os Capitais Próprios e Passivos, também se chamam Origens de Fundos. O equilíbrio financeiro consiste na harmonização entre as diversas contas patrimoniais do balanço que, em norma, resulta de uma conciliação entre os diferentes horizontes temporais das origens e das aplicações financeiras e que, no final, as empresas têm a capacidade de solver os seus compromissos de curto e de médio prazo.

Em resumo, está relacionado com a capacidade que a empresa tem de pagar atempadamente as suas dívidas a curto prazo, assim como a capacidade de solver os seus compromissos de médio e longo prazo.

Dada a importância e a utilidade deste instrumento para futura análise, irei proceder a um Balanço Funcional tendo por base as Demonstrações Financeiras que me foram disponibilizadas pela empresa.

Aplicações:

- **Ativo Fixo**

Necessidades Cíclicas abrangem todas as contas que se relacionam com o ciclo de exploração e que implicam necessidades de financiamento.

Tesouraria ativa respeita aos ativos líquidos e quase líquidos. Inclui caixa e depósitos bancários.

Origens:

- **Capitais permanentes** (total do capital próprio)

Recursos Cíclicos envolvem as contas relacionadas com operações do ciclo de exploração, que implicam criação de recursos financeiros e que são: outras contas a pagar do passivo não corrente, fornecedores, Estado e outros entes públicos e diferimentos.

Tesouraria passiva respeita ao passivo imediato ou quase imediato, que resulte de decisões de financiamento.

Necessidades Fundo Maneio estão relacionadas com as necessidades de financiamento do ciclo de exploração.

$$\text{Necessidades de Fundo Maneio} = \text{Necessidades Cíclicas} - \text{Recursos Cíclicos}$$

Fundo maneio mede o montante de capitais permanentes em excesso sobre o ativo não corrente e que financia parte dos ativos correntes.

$$\text{Fundo Maneio} = \text{Capitais Permanentes} - \text{Ativo Fixo}$$

Tesouraria Líquida:

$$\text{Tesouraria Líquida} = \text{FM} - \text{NFM}$$

Para Silva, E. S. (2009) o **Equilíbrio Financeiro** consiste na concordância entre as diferentes massas patrimoniais do Balanço que, no geral, decorre de uma concordância entre os diferentes horizontes temporais das origens e das aplicações financeiras e que, no limite, dá às empresas a capacidade de solver os seus compromissos de curto e de médio e longo prazo.

Existem 6 situações típicas de tesouraria líquida de equilíbrio financeiro:

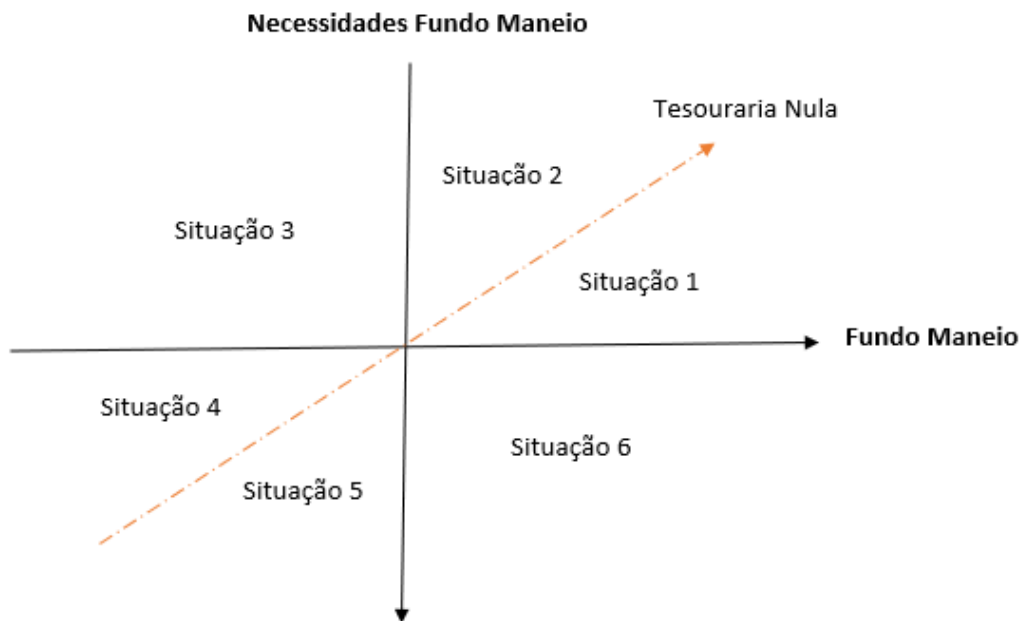
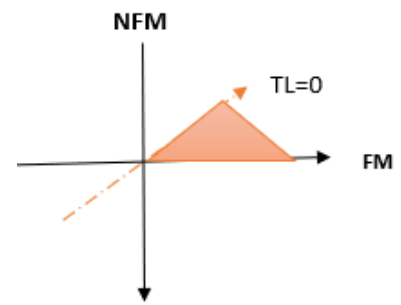


Gráfico 5- Situações Típicas de Tesouraria Líquida
Adaptado: Gestão financeira- MBA em finanças- FEP

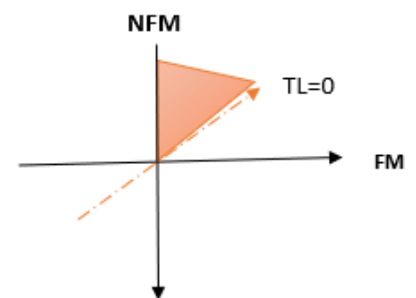
1. Situação:

- ✓ $FM > 0$: se o fundo maneio for superior a zero, o ciclo de investimento e parte do ciclo de exploração são financiados por capitais permanentes.
- ✓ $NFM > 0$: se as necessidades de fundo maneio forem superiores a zero, as necessidades cíclicas são superiores aos recursos cíclicos, todo o ciclo de exploração assume caráter permanente.
- ✓ $FM > NFM = \text{tesouraria líquida} > 0$: se o fundo maneio for maior que as necessidades de fundo maneio, conclui-se que as necessidades de fundo maneio são financiadas por capitais permanentes, havendo ainda uma margem de segurança.



2. Situação: $FM > 0$; $NFM > 0$; $FM < NFM = \text{tesouraria líquida} < 0$

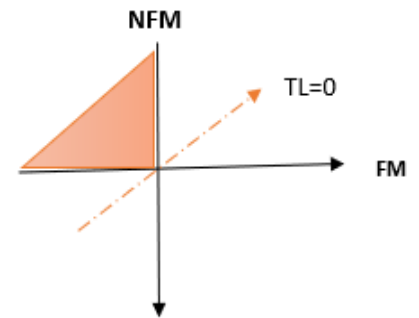
- ✓ Apesar do fundo maneio ser superior a zero, a empresa revela desequilíbrio financeiro.
- ✓ O fundo maneio maior que zero e fundo maneio menor que as necessidades de fundo maneio revela que a tesouraria é inferior a zero, ou seja, a empresa financia parte das necessidades cíclicas permanentes com recurso a empréstimos de curto prazo ou em incumprimentos de prazos com credores.
- ✓ A situação 2 acontece predominantemente em empresas com ciclos de exploração longos e com grande volume de capital movimentado.



3. Situação:

$FM < 0$; $NFM > 0$; $FM < NFM = \text{tesouraria líquida} < 0$

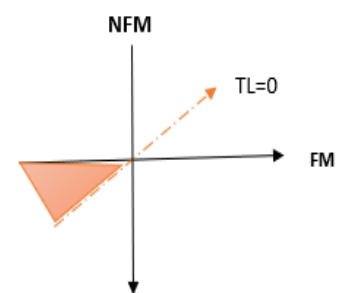
- ✓ Esta situação é complicada. O ciclo de investimento gera recursos a longo prazo, mas está a ser financiado com exigível a curto prazo.
- ✓ A tesouraria líquida quanto mais negativa for, maior o desequilíbrio e o risco de rutura financeira.



4. Situação:

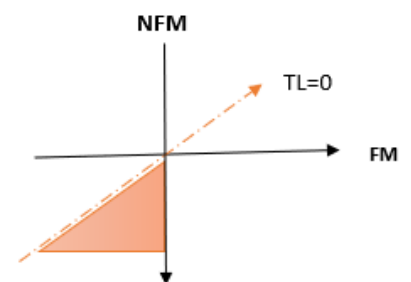
$FM < 0$; $NFM < 0$; $FM < NFM = \text{tesouraria líquida} < 0$

- ✓ Esta situação é considerada arriscada, pois as necessidades de fundo maneio inferiores a zero são uma situação típica de características de negócios de recebimento imediato e não de pagamento imediato. Neste caso, o normal é a empresa apresentar TL superior a zero.



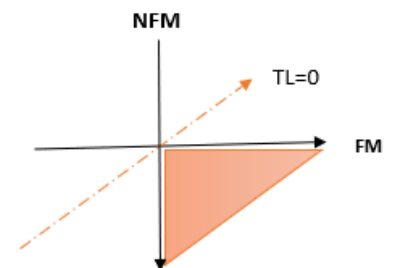
5. Situação: $FM < 0$; $NFM < 0$; $FM > NFM = \text{tesouraria líquida} > 0$

- ✓ Considerada também uma situação financeira arriscada como a situação 3, mas nesta situação a TL é superior a zero o que pode levar a uma eventual redução da atividade e à incapacidade de gerar meios para liquidar exigível de curto prazo.



6. Situação: $FM > 0$; $NFM < 0$; $FM > NFM = \text{tesouraria líquida} > 0$

- ✓ A situação 6, é considerada a situação financeira segura. O principal problema será o custo de oportunidade devido à tesouraria líquida excessiva, o que será importante uma boa gestão de aplicações financeiras.



Existem três ciclos de fundamental conhecimento para poder analisar o Equilíbrio Financeiro de uma empresa, o Ciclo de Investimento, de Exploração e de Operações Financeiras.

O Ciclo de Investimento é o conjunto de decisões e atividades referentes à análise e seleção de investimentos e desinvestimentos a efetuar.

Ciclo de Exploração corresponde às atividades correntes geradoras de valor na empresa. Todas as operações efetuadas implicam consumos e compra de recursos, que se refletem nos custos e proveitos operacionais, inscritos na demonstração de resultados. A nível do balanço, gera necessidades de recursos para financiar clientes e existências (sócios, fornecedores e outros credores).

O Ciclo das Operações Financeiras traduz-se na atividade de obtenção de fundos para garantir os investimentos e fazer face às necessidades de financiamento do ciclo de exploração. Tem dois subciclos: *Ciclo das operações de capital* (obtenção de fundos estáveis para o financiamento dos ativos mais permanentes) e o *Ciclo das operações de tesouraria* (gestão das disponibilidades, para assegurar a cobertura financeira de curto prazo).

Relativamente ao equilíbrio funcional, Menezes (2001) defende que seja realizada uma análise feita num horizonte temporal de médio e longo prazo, porque é mais fiável e ajuda aos gestores a ter uma perceção da capacidade da empresa para manter as condições necessárias ao seu normal funcionamento, de forma a garantir a sua sustentabilidade no futuro.

Fernandes et al. (2012) afirma que o equilíbrio financeiro consiste na harmonização entre as origens e aplicações financeiras, numa perspetiva temporal, que se reflete na capacidade da empresa em solver os seus compromissos, quer a curto, quer a médio longo prazo.

O Balanço funcional é um instrumento que ajuda a compreender melhor como a empresa obtém os seus recursos financeiros e como os aplica.

O equilíbrio financeiro refere-se a equilíbrio da empresa que resulta dos ajustamentos, fluxos de entrada e de saída, tesouraria que permitem a manutenção de um montante em disponibilidades positivas.

Menezes (2001) define “o equilíbrio financeiro de uma empresa não pode ser estudado apenas numa perspetiva de curto prazo. É igualmente importante que seja feita uma análise num horizonte temporal de médio /longo prazo, que permita aferir a capacidade da empresa para manter as condições necessárias ao seu normal funcionamento, de forma a garantir a sua sustentabilidade no futuro.”

Neves (2012) defende que nesta perspetiva, “é fundamental avaliar a capacidade da empresa em solver os seus compromissos a médio e longo prazo, e também perceber a origem dos capitais que financiam a empresa”.

Balço funcional: SOTKON-PT					
	2012	2013	2014	2015	2016
Aplicações					
Ativos Não Correntes	6 199 938,00 €	6 534 208,00 €	5 876 715,00 €	4 959 732,00 €	5 768 259,00 €
Necessidades Cíclicas	4 255 688,00 €	4 624 279,00 €	3 573 097,00 €	3 511 751,00 €	3 797 386,00 €
Tesouraria Ativa	51 754,00 €	78 736,00 €	19 811,00 €	205 256,00 €	46 870,00 €
Total	10 507 380,00 €	11 237 223,00 €	9 469 623,00 €	8 676 739,00 €	9 612 515,00 €
Origens					
Capitais Permanentes	7 228 133,00 €	4 175 683,00 €	5 829 646,00 €	5 769 502,00 €	5 645 344,00 €
Recursos Cíclicos	1 918 200,00 €	2 384 934,00 €	2 369 144,00 €	2 756 222,00 €	3 683 618,00 €
Tesouraria Passiva	1 361 047,00 €	4 676 606,00 €	1 270 833,00 €	151 015,00 €	283 904,00 €
Total	10 507 380,00 €	11 237 223,00 €	9 469 623,00 €	8 676 739,00 €	9 612 866,00 €
NFM= N. Cíclicas- Recursos Cíclicos	2 337 488,00 €	2 239 345,00 €	1 203 953,00 €	755 529,00 €	113 768,00 €
FM= Capitais Permanentes- Ativo Fixo	1 028 195,00 €	-2 358 525,00 €	-47 069,00 €	809 770,00 €	-122 915,00 €
Tesouraria Líquida = FM-NFM	-1 309 293,00 €	-4 597 870,00 €	-1 251 022,00 €	54 241,00 €	-236 683,00 €

Figura 32- SOTKON PT- Balço Funcional

Fonte: Elaboração Própria

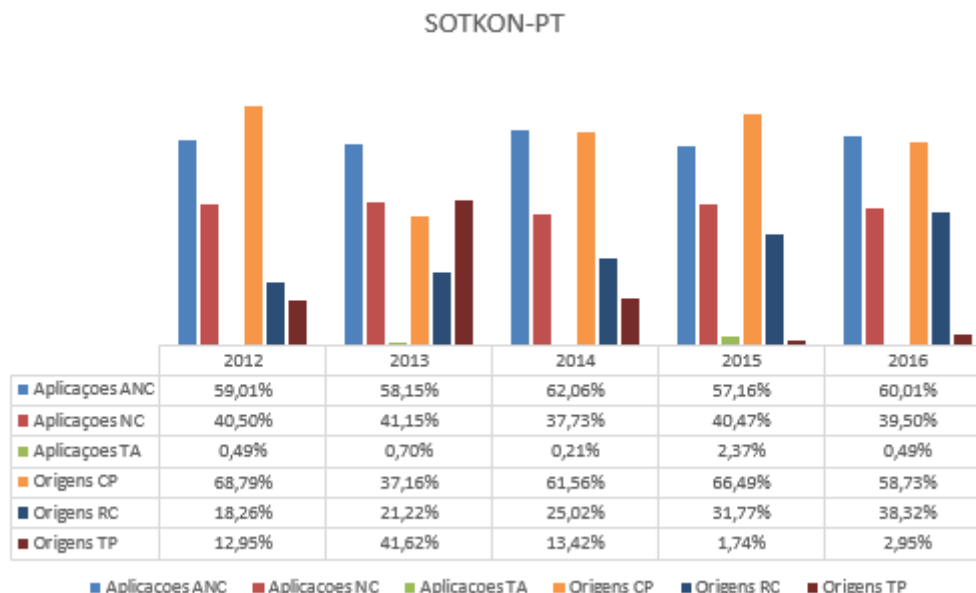


Figura 33- SOTKON PT-Gráfico Balço Funcional

Fonte: Elaboração Própria

O balço funcional mostra-nos em moldes financeiros a estrutura económica e financeira da empresa, após as suas devidas correções, derivadas das operações de investimento, exploração e financeiras.

Esta análise tem por base critérios de liquidez - para os ativos - e de exigibilidade - para os passivos. O balço funcional de uma empresa baseia-se no princípio do equilíbrio financeiro, em que os recursos estáveis devem financiar as aplicações estáveis e os empréstimos de curto prazo devem cobrir as necessidades de tesouraria.

As análises do fundo maneiio em comparação com as necessidades de fundo maneiio indicam que a empresa tem desequilíbrios financeiros. O fundo maneiio tem sido constantemente inferior às necessidades de fundo maneiio, o que tem exigido a empresa recorrer a recursos financeiros bancários, a curto prazo.

Assim, os ativos correntes detidos pela empresa realizados a curto prazo, são inferiores a seu passivo corrente exigível a curto prazo. Deste modo, pode-se dizer que existe um risco de incumprimento, o que exigiria que houvesse uma equipa de gestão que interviesse de modo a tomar medidas e que consigam fazer com que se ultrapasse esta situação grave. Em 2014, foi mudada a equipa de gestão e verificaram-se algumas melhorias, mas no ano de 2016 voltou a piorar.

Análise do Balanço Funcional da ASFC

Balanço funcional: ASFC- SGPS, S.A					
	2012	2013	2014	2015	2016
Aplicações					
Ativo não corrente	9 824 073,00 €	8 972 244,00 €	8 058 075,00 €	6 358 762,00 €	5 057 024,00 €
Necessidades Cíclicas	5 112 793,00 €	4 297 709,00 €	4 927 520,00 €	5 883 065,00 €	4 646 862,00 €
Tesouraria Ativa	351 881,00 €	259 344,00 €	136 487,00 €	355 229,00 €	1 005 350,00 €
Total	15 288 747,00 €	13 529 297,00 €	13 122 082,00 €	12 597 056,00 €	10 709 236,00 €
Origens					
Capitais Permanentes	7 752 845,00 €	1 932 259,00 €	6 552 310,00 €	6 520 336,00 €	4 876 847,00 €
Recursos Cíclicos	4 815 403,00 €	5 063 087,00 €	4 545 114,00 €	5 884 925,00 €	5 296 877,00 €
Tesouraria Passiva	2 720 499,00 €	6 533 951,00 €	2 024 658,00 €	191 795,00 €	535 512,00 €
Total	15 288 747,00 €	13 529 297,00 €	13 122 082,00 €	12 597 056,00 €	10 709 236,00 €
NFM= N. Cíclicas- Recursos Cíclicos	297 390,00 €	-765 378,00 €	382 406,00 €	-1 860,00 €	-650 015,00 €
Fundo Maneio= Capitais Permanentes- Ativo Fixo	-2 071 228,00 €	-7 039 985,00 €	-1 505 765,00 €	161 574,00 €	-180 177,00 €
Tesouraria Liquida = FM-NFM	-2 368 618,00 €	-6 274 607,00 €	-1 888 171,00 €	163 434,00 €	469 838,00 €

Figura 34- ASFC- Balanço Funcional

Fonte: Elaboração Própria

ASFC- SGPS, S.A

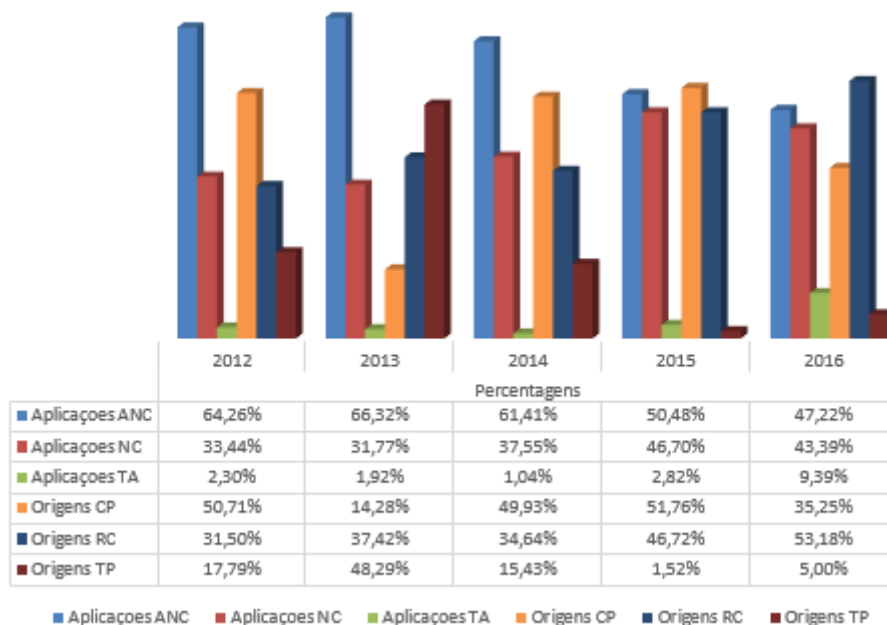


Figura 35- ASFC- Gráfico Balanço Funcional
 Fonte: Elaboração Própria

A maioria das empresas apresentam ciclos de exploração negativos, em termos de Fundo Maneio. Neste caso torna-se importante a empresa dispor de um Fundo Maneio sólido, de modo a enfrentar as crises que possa vir a atravessar.

Os fundos permanentes não cobrem o ativo não corrente pois libertam um valor negativo que é destinado prioritariamente para satisfazer o ciclo de exploração, o que quer dizer que o volume de negócios, não está a gerar resultados, pois as necessidades de fundo maneio estão negativas, o que também se deve à rotação dos inventários e aos prazos dos créditos concedidos e obtidos.

A necessidade de fundo maneio tem uma relação com o volume de negócios da empresa, o que deveria acontecer à medida que as vendas aumentassem as necessidades de fundo maneio, e não acontece.

Dada a insipiência do fundo maneio, verifica-se uma tesouraria líquida negativa em ambos os anos analisados, com exceção do ano de 2015.

Segundo Silva (2012:111), “o objetivo primordial no qual diz respeito ao montante das NFM á a sua redução relativamente ao volume de negócios”, o mesmo autor refere que, para esse efeito, o gestor terá que analisar três áreas importantes: a redução dos tempos de permanência das necessidades cíclicas, ou seja, os inventários e clientes; ao aumento dos tempos de permanência dos recursos cíclicos nomeadamente no que diz respeito à parcela dos fornecedores e do estado; e ao aumento das margens de negócio.

A tesouraria é negativa nos três primeiros anos de análise o que quer dizer que as despesas são bastante superiores às receitas e que existem elevados investimentos.

Por outro lado, as NFM de 2012 e 2014 são positivas, o que faz concluir que as necessidades cíclicas são superiores aos recursos cíclicos da empresa. Nos anos de 2013, 2015 e 2016 pode-se dizer que a empresa está em declínio, pois apresenta um resultado negativo, concluindo, assim, que temos de recuperar as necessidades de fundo maneio.

4.4. Análise dos Rácios

Os rácios são relações entre contas e agrupamento de contas do Balanço, Demonstração dos Resultados e Demonstração de Fluxos de Caixa. Servem para ajudar na tomada de decisão e sintetizar a informação financeira.

De seguida será apresentado o objetivo de cada rácio utilizado, assim como o seu resultado na nossa análise económico-financeira.

Segundo Neves (2003 :79) “a técnica mais utilizada pela análise financeira consiste em estabelecer entre contas e agrupamentos do balanço, da demonstração de resultados e da demonstração de fluxos de caixa ou ainda outras grandezas económico-financeiras. Estas relações têm várias designações, tais como rácios, índices, indicadores, coeficientes, etc.”

“O rácio consiste numa relação entre dois elementos e pode ser expresso sob a forma de quociente ou sob a forma de percentagem. Este método contribuirá para uma análise sistemática e objetiva da estrutura financeira da empresa.” Nabais, C. A. da F. (1988 :121).

Nabais e Nabais (2005) também apontam o método dos rácios como uma ferramenta de análise usualmente mais utilizada no meio financeiro. Esta análise permite avaliar e interpretar a situação financeira e económica da empresa, centrando-se nas questões fundamentais à sua continuidade, desenvolvimento e crescimento da mesma.

4.4.1 Rácios de Liquidez:

Uma empresa tem de ter recursos de caixa suficientes para solver todas as suas contas à medida que aparecem. Se não conseguir, quer dizer que ficou sem liquidez e encontra-se numa situação crítica.

Os rácios de liquidez são aqueles que:

- ✓ Permitem determinar qual a capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos a curto prazo;
- ✓ Uma empresa é solvente se tiver capacidade de fazer face aos seus compromissos de curto prazo;
- ✓ Liquidez representa equilíbrio financeiro a curto prazo.

“O dinheiro é a coisa mais importante do mundo. Representa tão conspícua e inegavelmente saúde, força, honra, generosidade e beleza, como o seu desejo representa doença, fraqueza, desonra, maldade e fealdade”.

Walsh (1999:131)

Liquidez Geral

ASFC- SGPS, S.A		2012	2013	2014	2015	2016
Liquidez Geral=	Ativo Corrente/Passivo Corrente	0,73	0,39	0,77	1,03	0,97
SOTKON-PT		2012	2013	2014	2015	2016
Liquidez Geral=	Ativo Corrente/Passivo Corrente	1,31	0,67	0,99	1,28	0,97

Tabela 19- Liquidez Geral
Fonte: Elaboração Própria

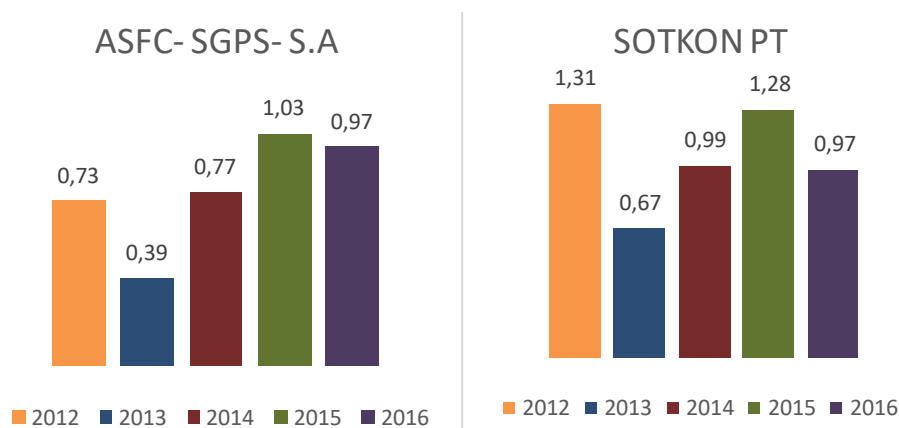


Gráfico 6- Liquidez Geral
Fonte: Elaboração Própria

Este rácio indica qual a capacidade para liquidar as suas dívidas a curto e longo prazo. Através deste rácio é possível verificar se a empresa consegue pagar as suas dívidas.

Relativamente à empresa mãe, ASFC, só em 2013 é que a mesma apresenta um quociente muito inferior ao desejável. Nos seguintes anos, a capacidade da empresa em liquidar as obrigações a curto prazo e longo prazo está bastante satisfatória, ≥ 1 . Segundo Walsh (1999:134) para este rácio” procura-se, portanto, um valor deste rácio confortavelmente acima de 1”. Também Neves. J ,(2003:81), refere que “ sendo o ativo circulante aquilo que a empresa transforma em dinheiro no prazo de um ano e o passivo circulante aquilo que a empresa tem a pagar nesse período, alguns autores concluíram que o valor apurado neste rácio deve ser superior a 1, para que a empresa se apresentasse equilibrada financeiramente.”

A Sotkon PT face à ASFC, apresenta melhores resultados. Em 2012 a empresa mostrou ter, em comparação com os anos seguintes, uma maior capacidade de liquidar as suas obrigações. Nos restantes anos também apresentam quocientes bastantes satisfatórios para a empresa. Em 2012 a Sotkon PT apresenta uma melhoria do grau de liquidez geral em consequência de financiamentos de médio e longo prazo. Relativamente à empresa-mãe apresenta uma situação confortável quanto à capacidade de satisfazer as suas responsabilidades correntes.

No ano de 2014 este rácio aumentou, relativamente a 2013, na Sotkon PT. Na empresa mãe, houve uma melhoria significativa face a 2012 devido a uma redução da rúbrica de financiamentos e da sua renegociação que permitiu alargar os prazos de maturidade.

Em 2015 apresenta uma melhoria derivada a uma redução significativa da rúbrica de financiamentos e da sua renegociação, que permitiu alargar os prazos de maturidade. Em relação à ASFC, também se analisa uma melhoria face a 2014, explicada por uma renegociação dos financiamentos, que permitiu alargar os prazos de maturidade e reduzir o peso do passivo corrente. No ano de 2016 manteve-se constante face a 2015.

Comparação com o setor (variações anuais em %):

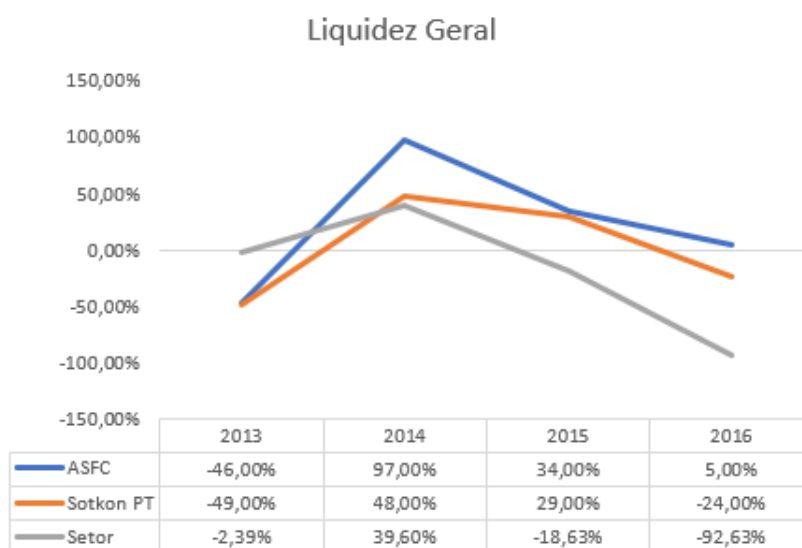


Gráfico 7- Liquidez Geral- Comparação com o setor
 Fonte: Elaboração Própria

No ano de 2013, este rácio apresenta valores abaixo do setor. Os valores acompanham na maioria os comportamentos do setor, mas com um resultado superior. O setor em análise apresenta, a partir de 2015, valores bastante negativos em relação às empresas em análise, o que quer dizer que as empresas conseguem liquidar melhor os seus compromissos de curto prazo, em comparação com o setor.

Liquidez Reduzida

ASFC- SGPS, S.A		2012	2013	2014	2015	2016
Liquidez Reduzida= Ativo Corrente - Inventários- Ativos Biológicos- Ativos não corre. Det para venda/ Passivo Corrente		0,64	0,02	0,56	0,81	0,04
SOTKON-PT		2012	2013	2014	2015	2016
Liquidez Reduzida= Ativo Corrente - Inventários- Ativos Biológicos- Ativos não corre. Det para venda/ Passivo Corrente		1,26	0,63	0,94	1,21	0,88

Tabela 20- Liquidez Reduzida

Fonte: Elaboração Própria

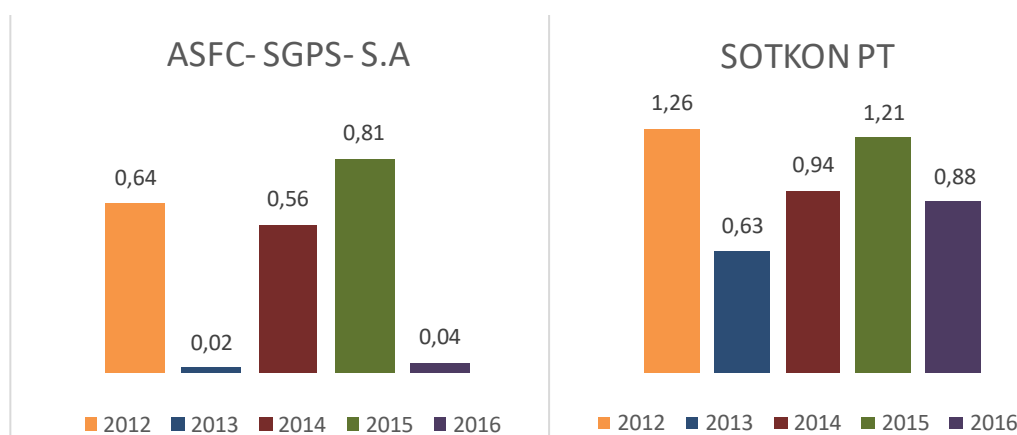


Gráfico 8- Liquidez Reduzida

Fonte: Elaboração Própria

Este rácio demonstra-nos se a empresa tem ou não capacidades para cumprir as suas obrigações a curto prazo, sem depender das suas vendas futuras. Na prática este rácio reflete o peso que as existências representam na empresa.

Este índice é uma medida muito rigorosa para a avaliação da liquidez da empresa, pois indica o quanto poderá a empresa dispor dos seus recursos, sem vender o seu stock, para fazer frente às suas obrigações a curto prazo. Sabe-se que os inventários são necessários à própria atividade da empresa, sendo considerada uma espécie de investimento permanente no ativo corrente. Analisando a Sotkon PT, com este índice, podemos verificar se, se a empresa interrompesse as suas vendas, conseguiria pagar parte ou mesmo metade das suas dívidas. Foi possível, também, analisar uma queda do ano de 2012 (1,26) para o ano de 2013 (0,63). Desde 2013 que a empresa tem vindo a aumentar este índice, alcançando em 2015 (1,21), mas descendo no ano seguinte (0,88). Não significa que a empresa esteja numa situação financeira apertada, deve-se simplesmente ter atenção a este índice e tomar certas providências. Sendo considerado um valor ideal de ≥ 2 pode-se concluir que a Sotkon PT apresenta, em comparação com a ASFC, um quociente até bastante satisfatório. Relativamente à ASFC, nos anos de 2012, 2014 e 2015 apesar dos valores serem bastante pequenos, nos anos de 2013 e 2016 houve um declínio muito acentuado passando nos valores de 0,02 e 0,04. Nestes dois anos apresentam valores muito críticos o que se conclui que se a empresa quisesse suspender o negócio não conseguiria fazer face às suas obrigações.

Liquidez Imediata

ASFC- SGPS, S.A	2012	2013	2014	2015	2016
Liquidez Imediata= Disponibilidades/Passivo Corrente	0,05	0,02	0,02	0,06	0,17
SOTKON-PT	2012	2013	2014	2015	2016
Liquidez Imediata= Disponibilidades/Passivo Corrente	0,02	0,01	0,01	0,07	0,01

Tabela 21- Liquidez Imediata
Fonte: Elaboração Própria

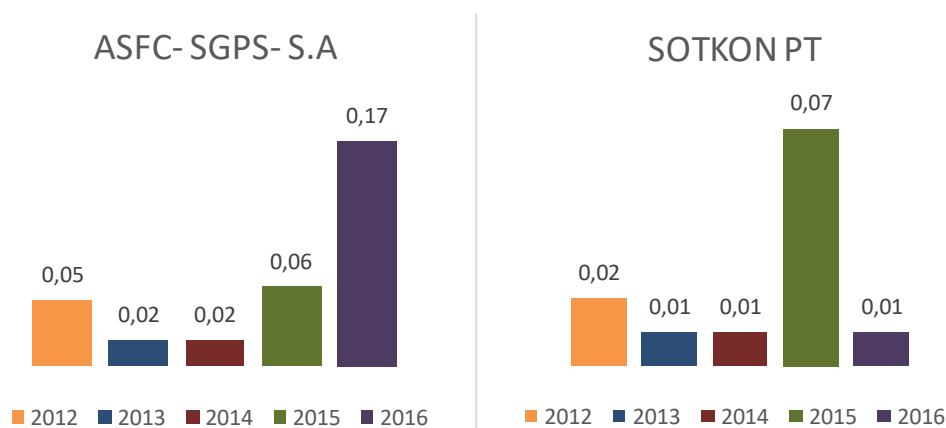


Gráfico 9- Liquidez Imediata
Fonte: Elaboração Própria

Este rácio é uma comparação entre as disponibilidades e o passivo corrente, que nos indica os compromissos que a empresa consegue liquidar de imediato.

Pode-se verificar, no entanto, tanto na empresa mãe como na Sotkon PT os valores apresentados são muito baixos.

A liquidez varia muito, relacionando-se com as circunstâncias do mercado financeiro e da situação económica atual do país que podem ou não ter um peso bastante significativo na liquidez. Interpretando, por exemplo, o rácio na ASFC, no ano de 2016, que foi o quociente mais elevado nos últimos cinco anos de análise, dizer que para 1€ de obrigações há 0.17 de capital investido em caixa ou em banco.

No ano de 2012 (0,05) deparamo-nos como uma queda de 0,03 em 2013, mantendo-se constante em 2014, subindo ligeiramente no ano de 2015 para 0,06. Este índice não é muito significativo pois não leva em consideração os direitos a receber da empresa, como também é importante frisar que as obrigações vencem em datas variadas, o que não significa que a empresa, no preciso momento de análise, esteja a passar por um período crítico financeiro.

4.4.2 Rácios de Equilíbrio Financeiro ou Estrutura de capital

Este rácio analisa o equilíbrio financeiro de médio e longo prazo e demonstra ainda em que medida os ativos são financiados por capitais próprios ou capitais alheios.

Para Neves (2003:80) os rácios financeiros “são aqueles que apreciam os aspetos que se relacionam exclusivamente com aspetos financeiros, tais como a estrutura financeira, a capacidade de endividamento, a solvabilidade, etc. “

Solvabilidade

ASFC- SGPS, S.A	2012	2013	2014	2015	2016
Sovabilidade= Capital Próprio / Passivo Total *100	22%	4%	0%	-14%	-21%
SOTKON-PT	2012	2013	2014	2015	2016
Sovabilidade= Capital Próprio / Passivo Total *100	63%	59%	79%	86%	74%

Tabela 22- Solvabilidade
Fonte: Elaboração Própria

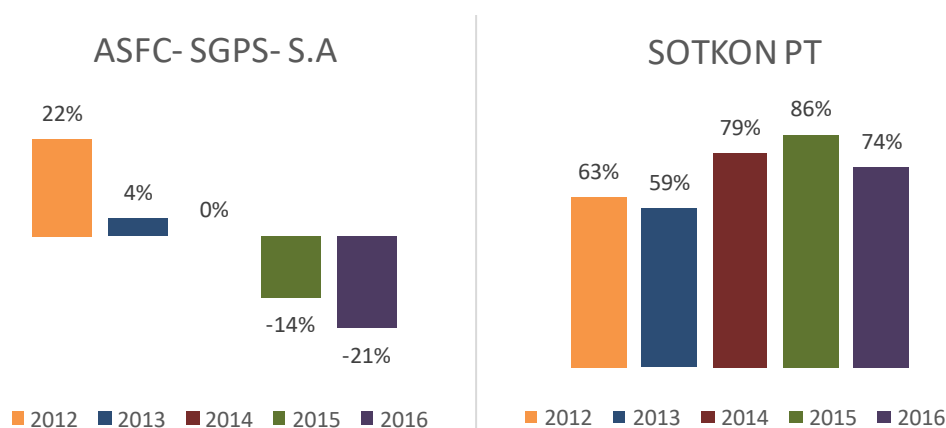


Gráfico 10- Solvabilidade
Fonte: Elaboração Própria

Este rácio mostra-nos a capacidade de a empresa solver os seus compromissos a médio e longo prazo. A solvabilidade depende, principalmente, do grau de cobertura do ativo por capitais próprios e da capacidade de a empresa gerar lucro. Se diminuir: à medida que o rácio diminui, a empresa tende a ter maior dificuldade em responder às dívidas, e a liquidez diminui sem que a estrutura financeira existente possa inverter a situação.

Este rácio mede a dimensão de ativos na empresa financiados por capitais próprios ou capitais alheios.

Na Sotkon PT os quocientes calculados segundo Walsh (1999) estão acima do valor considerado ideal ≥ 0.5 , mesmo existindo algumas oscilações de ano para ano os valores encontram-se entre os 0.59 e 0.79 o que é considerável bom.

Pode-se confirmar, assim, que a empresa apresenta uma boa estabilidade financeira.

Relativamente à ASFC, já não se pode concluir o mesmo, pois nos anos analisados os quocientes são muito baixos e a partir de 2014 (0.00) chegam mesmo a ser negativos. Nos anos de 2015 (-0.14) e 2016 (-0.21), os valores estão muito longe dos valores ideais ou mesmo aceitáveis, colocando a empresa numa posição e extrema dependência dos credores.

Deste modo, quanto mais baixo o valor, mais vulnerável a empresa está, o que poderá trazer dificuldades e viabilidade da empresa no futuro.

Autonomia Financeira

“O excesso de atividade está para os comerciantes como o excesso de peso para os homens fortes, vaidosos da sua força... acabam por atirar-se a coisas demasiado pesadas para eles, esforçar de mais os tendões, quebrar algum dos ligamentos naturais e ficar aleijados para sempre.” Walsh (1999:143)

ASFC- SGPS, S.A	2012	2013	2014	2015	2016
Autonomia Financeira= Capital Próprio / Ativo*100	18%	4%	0%	-16%	-27%
SOTKON-PT	2012	2013	2014	2015	2016
Autonomia Financeira= Capital Próprio / Ativo*100	38%	37%	45%	46%	42%

Tabela 23- Autonomia Financeira
Fonte: Elaboração Própria

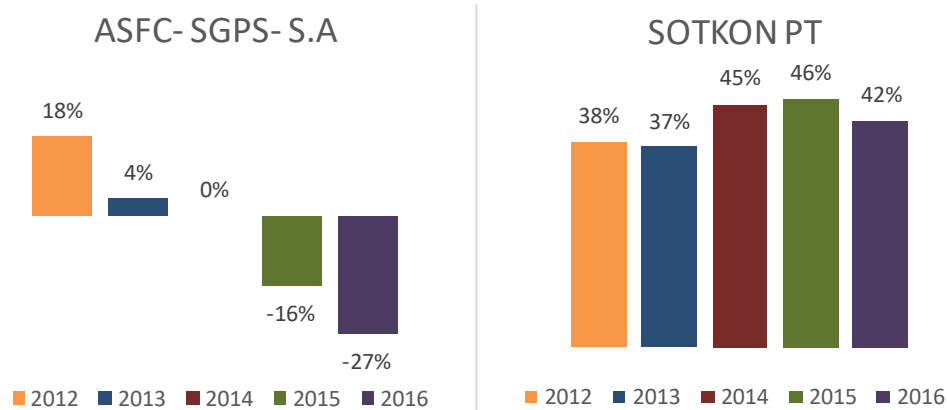


Gráfico 11- Autonomia Financeira
Fonte: Elaboração Própria

A autonomia financeira de uma empresa é traduzida através da capacidade da empresa em financiar o ativo através dos seus capitais próprios, sem ter de recorrer a empréstimos.

Podemos concluir que a ASFC nos anos em análise esteve sempre abaixo do valor aceitável, isto é, ≥ 0.25 , chegando mesmo a obter valores negativos a partir de 2015, o que quer dizer que esta empresa tem uma

enorme dependência dos seus credores, o que se torna um aspeto bastante negativo para a negociação de novos financiamentos.

Por outro lado, a Sotkon PT, apresenta quocientes bastante mais vantajosos, mais elevados, isto é, a empresa tem maior autonomia financeira relativamente a terceiros.

Concluindo: Quanto maior for o grau de capital próprio no financiamento, menor necessidade terá a empresa de recorrer a capitais alheios, e menores serão, também, os encargos financeiros e o risco financeiro da empresa. Importa salientar que este rácio é um dos indicadores mais importantes e relevantes para as entidades e gestores.

No ano de 2014: na Sotkon PT houve uma evolução positiva dos níveis de autonomia financeira que passou de 37% para 45%.

Em 2015 a Sotkon PT, a nível de autonomia financeira sofreu uma ligeira evolução positiva, passado de 45% para 46%. A ASFC apresenta o C.P negativo devido aos resultados negativos de anos anteriores para o qual contribuiu o impacto das depreciações dos ativos intangíveis.

O nível de autonomia financeira regista um valor negativo de 0.16%, para fazer face aos compromissos a empresa precisa do apoio dos acionistas.

Em 2016 a Sotkon PT no ano de 2016 passou de 46 % para 42% face ao ano de 2015. A ASFC demonstra que este rácio é negativo, pois o capital próprio é negativo devido aos resultados acumulados e também, como já referido anteriormente, o peso das depreciações de Ativos intangíveis.

Comparação com o setor (variações anuais em %):

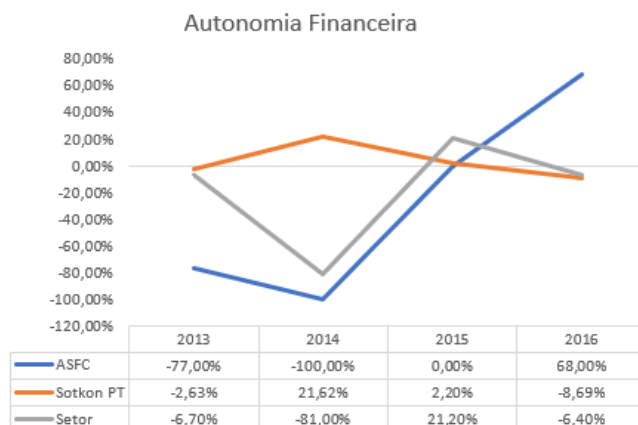


Gráfico 12- Autonomia Financeira- Comparação com o setor
Fonte: Elaboração Própria

A Sotkon PT apresenta uma melhor estrutura financeira, em comparação com a do setor, até 2015. A ASFC a partir de 2015 apresenta melhores resultados que a Sotkon PT e o setor, a ASFC apresenta uma maior proporção de capital próprio, o que irá ter menor necessidade de recorrer a capitais próprios, encargos financeiros e risco financeiro da empresa em comparação com a Sotkon e a média deste setor.

Endividamento

ASFC- SGPS, S.A	2012	2013	2014	2015	2016
Endividamento : Passivo/Ativo	0,82	0,96	1,00	1,16	1,27
SOTKON-PT	2012	2013	2014	2015	2016
Endividamento : Passivo/Ativo	0,60	0,63	0,57	0,54	0,57

Tabela 24- Rácio de Endividamento
Fonte: Elaboração Própria

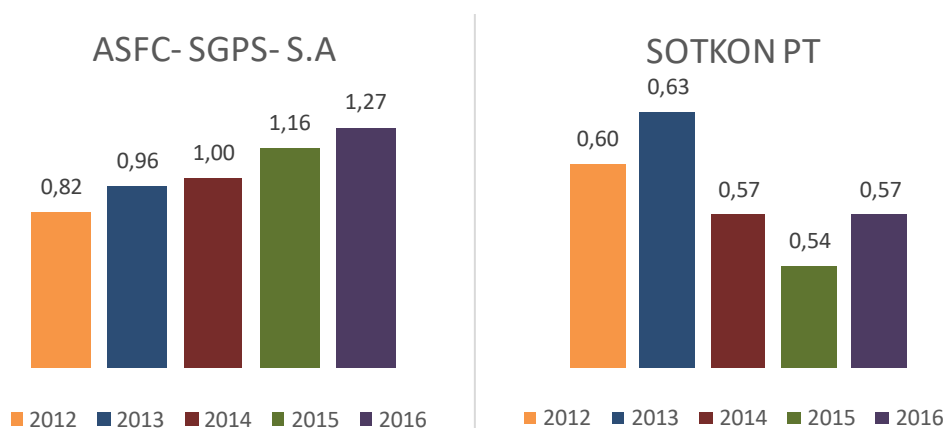


Gráfico 13- Rácio de Endividamento
Fonte: Elaboração Própria

Este rácio como o próprio nome indica, revela o grau de endividamento da empresa, isto é, retrata como a empresa obtém os seus recursos.

Este indicador, à semelhança do indicador de autonomia financeira, relata-nos a intensidade que a empresa recorre a capitais alheios.

Com esta análise, vamos perceber como a empresa financia os ativos: se com recursos próprios ou com recursos a /de terceiros.

No gráfico da Sotkon PT, por exemplo, no ano de 2013 foi de 63%, ou seja, 63% dos ativos totais da empresa são financiados por recursos de terceiros e os restantes 37% por capital próprio.

Podemos verificar que, tanto na ASFC, como na Sotkon PT, existe uma dependência financeira na utilização de capital de terceiros. Quanto mais elevado este rácio, menor autonomia tem a empresa. Existindo assim uma maior dependência na ASFC, por ser a empresa mãe, como se verifica no respetivo gráfico.

4.4.3 Rácios de funcionamento

Estes rácios permitem averiguar a capacidade da empresa para a gestão operacional, e a sua maior ou menor eficiência.

Neves (2003:80) afirma que estes rácios “ajudam a explicar os impactos financeiros da gestão ao nível do ciclo de exploração.”

Rotação do ativo

ASFC- SGPS, S.A	2012	2013	2014	2015	2016
Rotação Ativo= Vendas / Ativo	0,34	0,37	0,44	0,58	0,87
SOTKON-PT	2012	2013	2014	2015	2016
Rotação Ativo= Vendas / Ativo	0,25	0,28	0,32	0,48	0,65

Tabela 25- Rotação Ativo
Fonte: Elaboração Própria

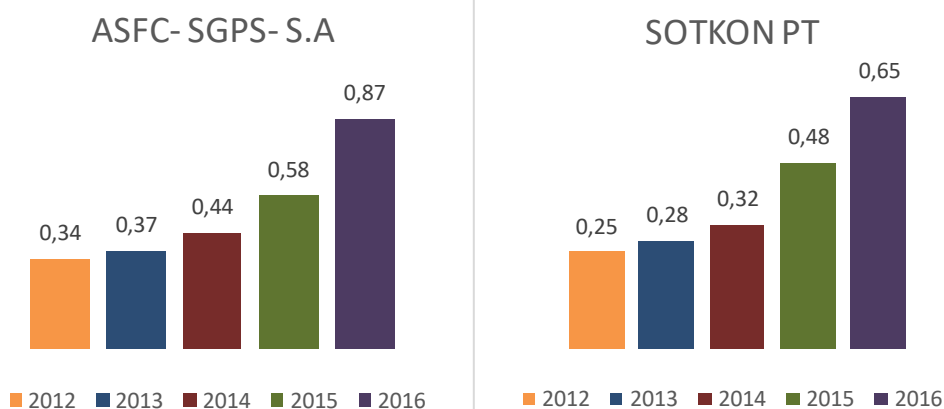


Gráfico 14- Rotação do Ativo
Fonte: Elaboração Própria

A rotação do ativo é dos indicadores mais importantes, porque na realidade são os que mais influenciam, porque mede os recursos afetos à atividade que se transformam em vendas ou serviços: quanto maior estiver esta taxa, melhor rentabilidade a empresa terá já que, se se vender mais com o mesmo valor em ativos, a empresa irá obter, para uma dada margem unitária de lucro, uma maior taxa de rentabilidade para o investimento total.

Na interpretação feita a esta análise, conclui-se que as percentagens da ASFC se dedicam em grande parte à Sotkon PT, o que significa que as empresas filiais não têm muito influência na empresa mãe.

Verifica-se, ainda, que os valores estão em constante crescimento pois, quanto maior o valor, maior a intensidade da utilização do ativo, conduzindo-os assim a menores necessidades e financiamento da empresa o que torna a empresa mais eficiente.

A empresa só começa a ter uma percentagem favorável a partir de 2015, com valores ≥ 0.58 . Dado que a Sotkon PT apresenta valores ≥ 0.48 , só 0,10 fazem parte das outras empresas do grupo ASFC.

Nos anos anteriores a empresa não gerou o volume de vendas adequado ao investimento que realizou.

Comparação com o sector (variações anuais em %):

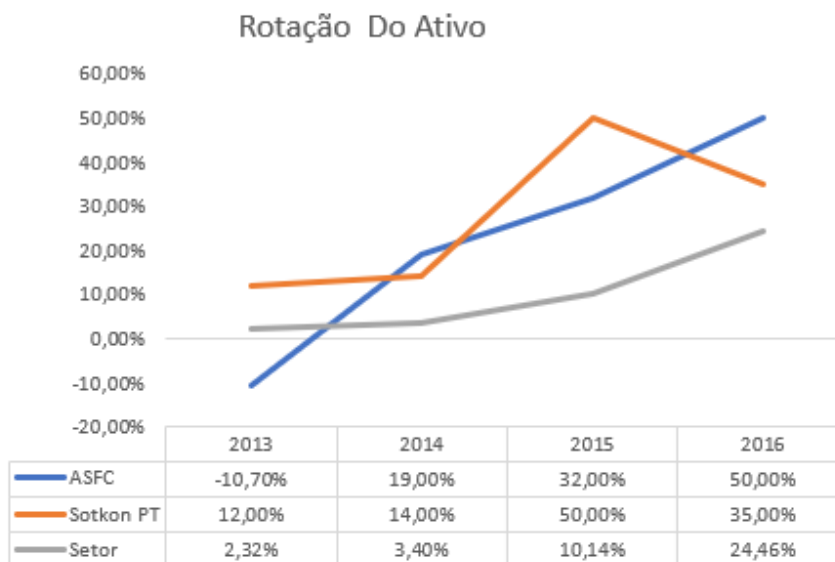


Gráfico 15- Rotação do Ativo- Comparação com o sector

Fonte: Elaboração Própria

O Grupo em 2013 apresenta valores negativos. A partir de 2014 os valores indicam que, tanto a ASFC como a Sotkon PT, apresentam uma melhor eficiência da gestão do ativo, relativamente ao sector.

Rotação dos Inventários

ASFC- SGPS, S.A	2012	2013	2014	2015	2016
Rotação Inventários= CMVMC / Inventários	4,26	5,32	2,35	3,05	6,71
SOTKON-PT	2012	2013	2014	2015	2016
Rotação Inventários= CMVMC / Inventários	9,25	8,98	12,05	13,75	10,86

Tabela 26- Rotação dos inventários
Fonte: Elaboração Própria

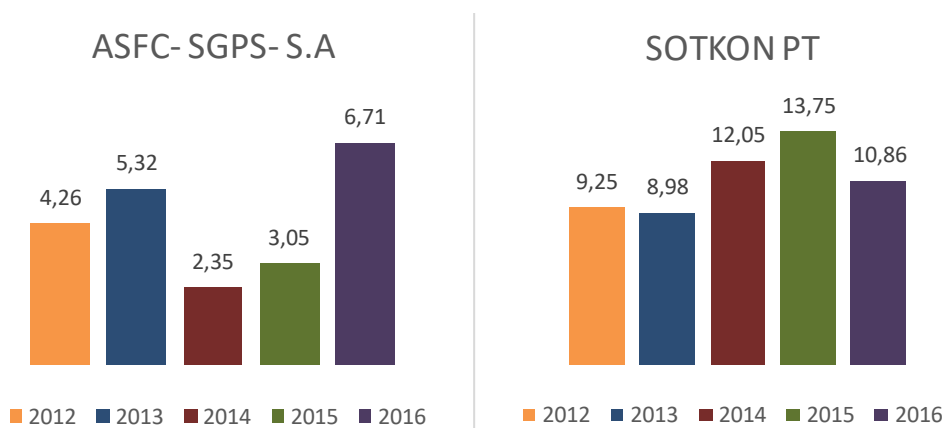


Gráfico 16- Rotação dos Inventários
Fonte: Elaboração Própria

Este rácio mede o grau de eficiência com que a empresa está a efetuar a sua gestão de inventários em armazém. Esta análise é baseada na comparação entre o volume de negócios da empresa e o custo médio das existências.

Neves. J ,(2003:86) defende que “um rácio elevado é encarado como indicador de eficiência.”

Este rácio foca-se nos efeitos da gestão a nível dos armazéns, sendo assim um elevado quociente é considerado um indicador de eficiência para a empresa.

Prazo Médio de Inventários

ASFC- SGPS, S. A	2012	2013	2014	2015	2016
Prazo Médio dos Inventários= (Inventários/ CMVMC) *360	84,42	67,62	152,87	118,07	53,64
SOTKON-PT	2012	2013	2014	2015	2016
Prazo Médio dos Inventários= (Inventários/ CMVMC) *360	38,91	40,08	29,89	26,18	33,14

Tabela 27- Prazo Médio de Inventários
Fonte: Elaboração Própria

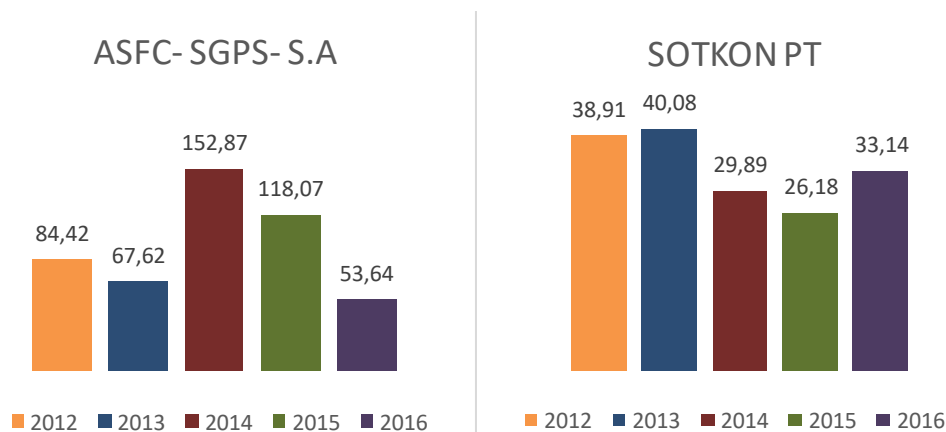


Gráfico 17- Prazo Médio de Inventários
Fonte: Elaboração Própria

Este rácio mostra-nos qual o prazo e qual o tempo médio em dias, que os produtos ficam armazenados, ou seja, quanto tempo a empresa demora a vender o seu stock. Um prazo baixo é melhor para a empresa, desde que , a margem de lucro permaneça persistente ou que aumente.

Prazo Médio de Recebimentos

ASFC- SGPS, S.A		2012	2013	2014	2015	2016
Prazo Médio de Recebimentos= Saldo Médio dos Clientes/(Vendas + P.Serviços)*(1+IVA)*360		320,70	281,26	163,36	237,39	153,45
SOTKON-PT		2012	2013	2014	2015	2016
Prazo Médio de Recebimentos= Saldo Médio dos Clientes/(Vendas + P.Serviços)*(1+IVA)*360		306,67	227,11	281,21	306,67	239,40

Tabela 28- Prazo Médio de Recebimentos
Fonte: Elaboração Própria

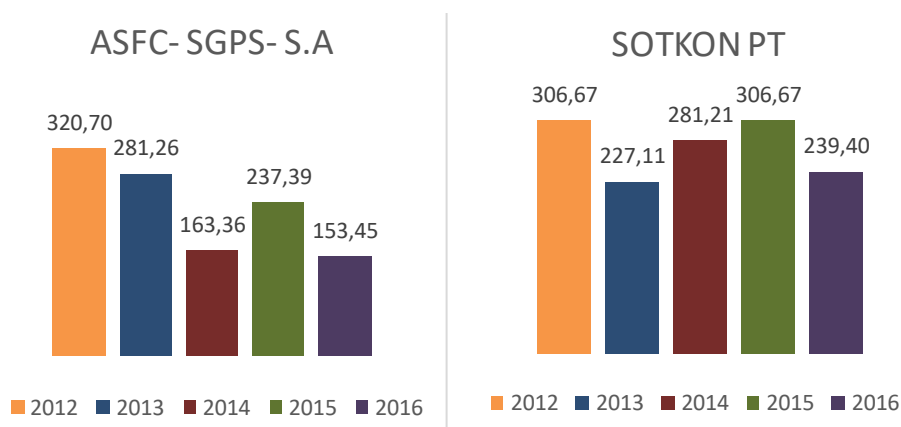


Gráfico 18- Prazo Médio de Recebimentos
Fonte: Elaboração Própria

Com este rácio, determina-se o tempo que a empresa demora, em média, a receber os seus créditos. É um indicador bastante importante e pode ser medido em meses ou em dias.

Na interpretação feita, na análise do PMR comprova-se que os valores são positivos e muito altos, ou seja, os clientes demoram muito tempo para saldar as suas dívidas.

Segundo Neves. J, (2003:87) “um rácio alto é, em termos financeiros, desfavorável, mostrando por vezes ineficiência do departamento de cobrança ou falta de poder negocial da empresa perante os seus clientes, devendo para o efeito ser comparado com a concorrência.”

Este rácio sendo elevado, é bastante desvantajoso para as empresas, pode ter origem na ineficiência das cobranças à empresa ou pode ser devido à falta de poder negocial da empresa perante os seus clientes.

Este rácio expressa em média, os dias em que os clientes levam a pagar. É o espaço entre a venda e o seu recebimento. No ano de 2012 o prazo médio de recebimentos na ASFC, era de 325.15 dias, quase um ano, diminuindo em 2014 para 165, 63 dias o que é ainda muitos dias para a empresa, pois , pode originar uma maior probabilidade da empresa enfrentar situações de crédito em risco de cobrança- Factoring: atividade que assegura o financiamento corrente da empresa através da tomada de créditos sobre terceiros, substituindo assim o crédito de tesouraria.

Comparação com o setor (variações anuais em %):

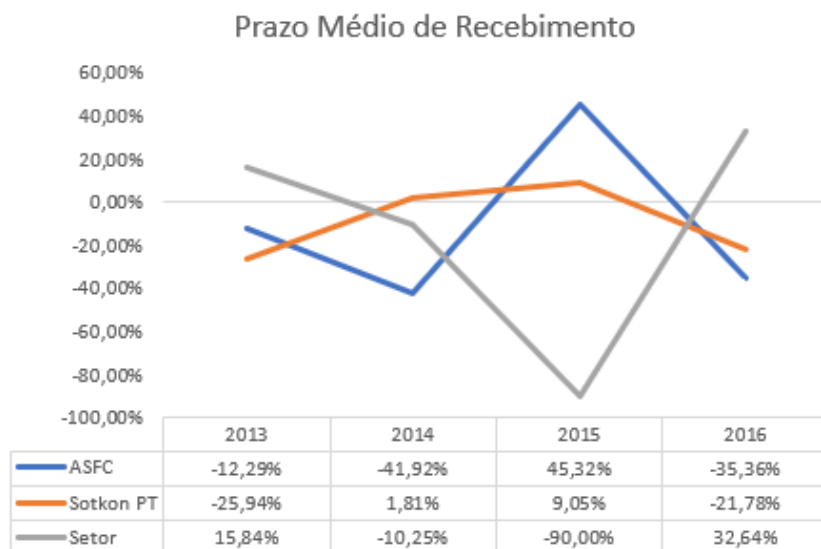


Gráfico 19- Prazo Médio de Recebimento- Comparação com o setor
Fonte: Elaboração Própria

Em 2013 e 2014 as empresas apresentam valores mais baixos que o setor. No final de 2014, as empresas analisadas apresentam valores positivos e maiores em comparação com o setor o que é mau, as empresas demoram muito tempo a receber o dinheiro.

Prazo Médio de Pagamento

ASFC- SGPS, S.A	2012	2013	2014	2015	2016
Prazo Médio de Pagamentos= (Fornecedores/(CMVMC))*(1+IVA)*360	457,09	465,28	356,99	435,80	294,82
SOTKON-PT	2012	2013	2014	2015	2016
Prazo Médio de Pagamentos= (Fornecedores/(CMVMC))*(1+IVA)*360	470,69	458,21	463,53	382,85	326,29

Tabela 29- Prazo Médio de Pagamento

Fonte: Elaboração Própria

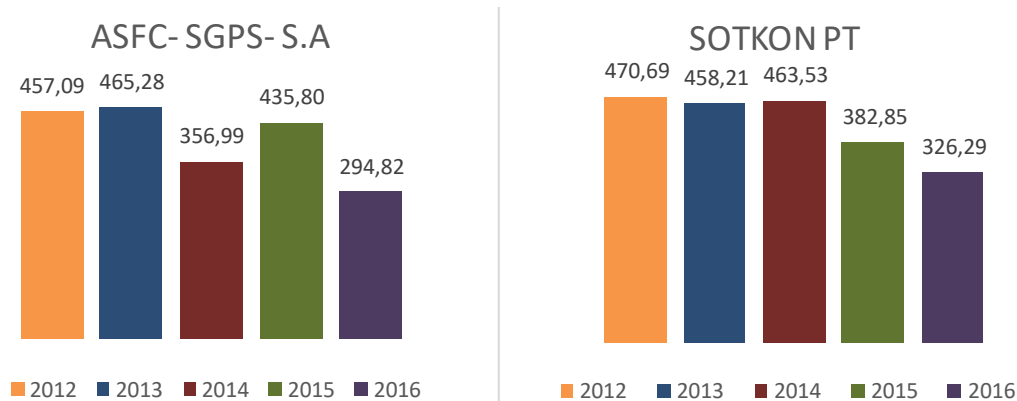


Gráfico 20- Prazo Médio de Pagamento

Fonte: Elaboração Própria

Este indicador permite determinar quanto tempo demora a empresa a liquidar as suas dívidas. Pode ser expresso em meses ou em dias. Este rácio é um dos mais importantes para analisarmos a situação económica e financeira de uma empresa.

De acordo com a sua definição, pode-se concluir, que o mesmo determina o tempo médio que uma empresa demora a pagar as suas dívidas aos seus fornecedores.

Neves. J, (2003:87) defende que “quanto mais baixo o seu valor, menor o grau de financiamento que os fornecedores fazem à exploração. Pode também revelar falta de poder negocial da empresa perante os seus fornecedores. Mas será de referir que um valor muito elevado pode identificar dificuldades da empresa em satisfazer as suas obrigações.”

Comparação com o setor (variações anuais em %):

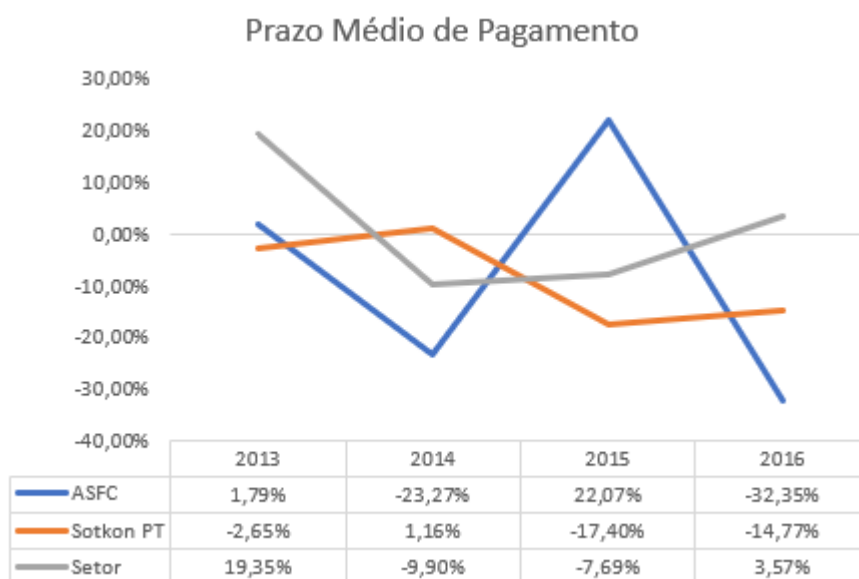


Gráfico 21- Prazo Médio de Pagamento- Comparação com o setor
Fonte: Elaboração Própria

Os valores são superiores aos do setor em meados de 2015. O que em 2015, a ASFC, apresenta maior poder negocial com os fornecedores recebendo mais dos clientes, mas em 2016, houve um declínio bastante acentuado.

Tanto o Grupo como a Sotkon PT apresentam valores muito baixos em comparação com o setor e análise.

Rotação dos Clientes

ASFC- SGPS, S.A	2012	2013	2014	2015	2016
Rotação dos clientes= Vendas/ Saldo Médio dos Clientes	1,43	1,57	2,16	1,87	2,68
SOTKON-PT	2012	2013	2014	2015	2016
Rotação dos clientes= Vendas/ Saldo Médio dos Clientes	1,44	1,95	1,57	1,45	1,85

Tabela 30- Rotação dos Clientes

Fonte: Elaboração Própria

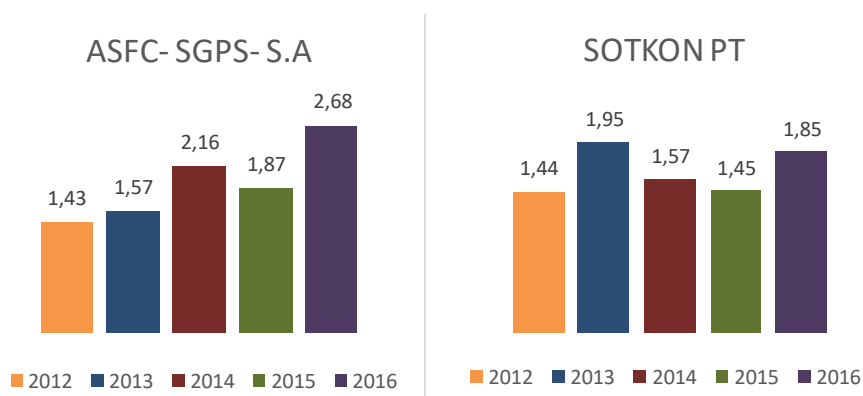


Gráfico 22- Rotação dos Clientes

Fonte: Elaboração Própria

Este rácio procura conferir o grau de eficiência com que a empresa se apresenta.

Quanto maior este indicador, maior o poder da política de crédito. Este rácio é interpretado como o número de vezes que o montante de crédito a clientes é convertido em vendas, durante um determinado período.

Ciclo de Conversão de Caixa (CCC)

ASFC- SGPS, S.A		2012	2013	2014	2015	2016
Ciclo de Conversão de Caixa= PMI + PMR - PMP		315,28	-116,48	-40,76	-80,33	-87,73
SOTKON-PT		2012	2013	2014	2015	2016
Ciclo de Conversão de Caixa= PMI + PMR - PMP		-125,11	-191,01	-152,43	-50,60	-53,75

Tabela 31- Ciclo Conversão de Caixa
Fonte: Elaboração Própria

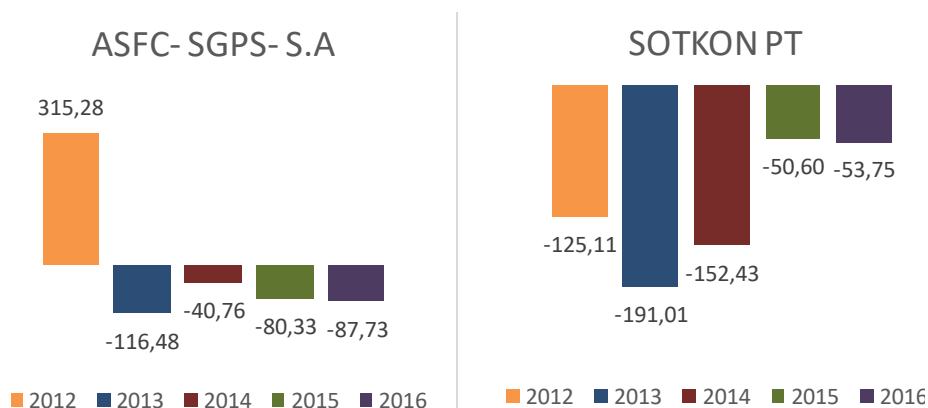


Gráfico 23- ciclo de Conversão de Caixa
Fonte: Elaboração Própria

Por último, e não menos importante, é analisado o CCC, que indica o número médio de dias que a empresa necessita de financiamento para as compras.

Neste caso, o rácio só em 2012 e na ASFC é que é positivo, o que significa que a empresa está a conceder mais créditos, do que, os que obtém na sua atividade de exploração, pelo que necessita de se financiar.

Análise global dos rácios de Funcionamento:

Sotkon- PT

	2012	2013	2014	2015	2016
PMR	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Valores elevados; ➤ Empresa forçada a projetar ações judiciais de cobrança junto dos clientes municipais; 	<p>Redução deste rácio devido:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ À existência e projetos em condições de recebimento a pronto; ➤ Acordos com clientes para regulação de dívidas e redobrados esforços de cobrança. 		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aumento face a 2014. ➤ Regista-se uma melhoria das condições de cobrança, por via de um maior número de negócios, com pagamentos a pronto; ➤ Derivado de um processo de análise de risco do cliente mais rigoroso; ➤ A maior capacidade financeira da empresa proporcionou uma redução no Prazo médio de pagamentos a fornecedores. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Redução face ao ano anterior, devido a um maior número de negócios.
PMP	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Acompanhou o desenvolvimento ao nível de cobranças dos clientes. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ligeira diminuição; ➤ Necessidade de aumentar o prazo para gerir o fundo maneio operacional de forma a minimizar o recurso ao endividamento, como meio de superar as necessidades de tesouraria. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diminuição; ➤ Derivado à redução de limites de crédito relativamente às linhas de factoring contratas pelos fornecedores, o que obrigou a um esforço adicional para reduzir o valor em dívida. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aumentou; ➤ O volume de vendas contribuiu para o aumento das contas a receber dos clientes no final do ano. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Redução progressiva; ➤ Esta melhoria permitiu à empresa obter melhores condições junto dos fornecedores.
PMI			<ul style="list-style-type: none"> ➤ Redução de aproximadamente 10 dias face ao ano de 2013. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Redução de cerca de 4 dias face ao ano anterior. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aumento de 7 dias; ➤ A existência de uma maior carteira de encomendas relativas às vendas, o que forçou à acumulação de maior quantidade de existências no final do ano, conduzindo a uma ligeira degradação do rácio de rotação de stock.

Objetivo: continuar a alcançar condições mais vantajosas junto dos fornecedores de forma a melhorar os níveis de MB do negócio e de redução dos gastos operacionais indiretos.

Tabela 32- Resumo rácios de Funcionamento- Sotkon

Fonte: Elaboração própria

ASFC- SGPS

	2012	2014	2015	2016
PMI	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diminuição, especialmente por adiar projetos resultando de um menor efeito e assim um maior PRI. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Melhoria face ao ano anterior. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Melhoria, mas continua negativo. ➤ Deve-se ao reconhecimento dos inventários em angola no ano de 2014. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Melhoria; ➤ Explicada pelo escoamento de inventários no mercado angolano.
PMP		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Diminuição; ➤ Devido a diminuição de linhas de crédito e factoring, contratadas pelos fornecedores em Portugal; ➤ Provocou um esforço enorme de tesouraria adicional para reduzir o valor da dívida. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reduziu prazo médio de pagamentos a fornecedores; ➤ Aumento das contas a pagar a fornecedores o que elevou o rácio de pagamentos a fornecedores. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A maior capacidade financeira da empresa proporciona uma redução no PMP; ➤ Esta situação permite à ASFC, obter condições mais vantajosas junto dos seus fornecedores; ➤ E uma melhoria dos níveis de margem bruta do negócio e redução dos gastos operacionais.
PMR	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Dentro dos parâmetros habituais de acordo com o setor da empresa 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aumentou face a 2013, o que se relata da venda da empresa Sotkon de Inglaterra o que influencia um menor rácio; <p>Melhoria de condições de cobrança:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ quer a nível de pagamentos a pronto; ➤ quer a nível de recuperação de dívidas a terceiros, que foram alvos de imparidades nos anos anteriores. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ O volume de vendas contribuiu para um aumento das contas a receber de clientes, esta, influenciou negativamente este rácio. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Redução face ao ano anterior devido ao aumento de negócios com adiantamento e pagamentos a pronto
CCC	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Grande PMR e PMP, logo maior CCC o que fundamenta algum acréscimo na dívida financeira 			

Tabela 33-Resumo rácios de Funcionamento- ASFC- SGPS

Fonte: Elaboração própria

4.4.4 Rácios económicos

Os rácios económicos “pretendem revelar aspetos de situação económica, como a estrutura dos custos, a estrutura dos proveitos, as margens, etc. “Neves (2003:80)

Margem Bruta

ASFC- SGPS, S.A	2012	2013	2014	2015	2016
Margm Bruta= (CMVMC)/Vendas*100	51%	56%	64%	54%	56%
SOTKON-PT	2012	2013	2014	2015	2016
Margm Bruta= (CMVMC)/Vendas*100	62%	64%	68%	68%	62%

Tabela 34- Margem Bruta
Fonte: Elaboração Própria

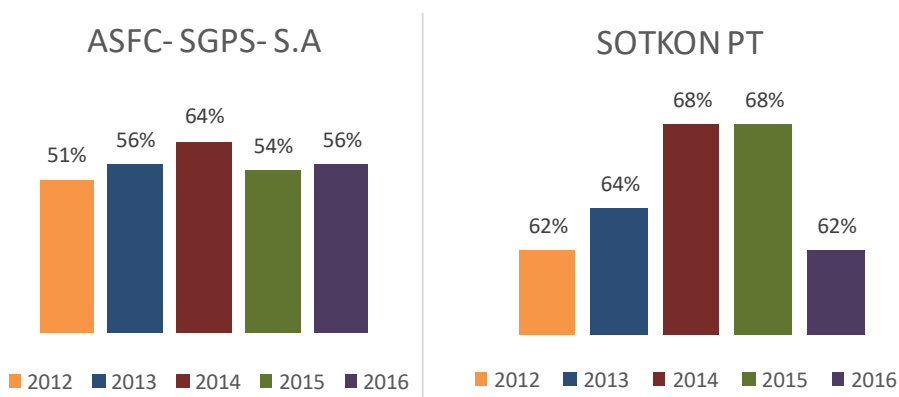


Gráfico 24- Margem Bruta
Fonte: Elaboração Própria

A margem bruta indica à empresa quanto obtém de retorno das vendas, retirando o custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas. Representa então quanto sobra após considerar os custos.

Este rácio é considerado um indicador de viabilidade de curto prazo.

4.4.5 Rácios de Rendibilidade

os rácios de rendibilidade permitem avaliar a gestão da empresa e são utilizados para aferir o grau de eficiência com que a entidade está a utilizar os seus ativos.

Estes rácios também podem ser designados de económicos financeiros e “pretendem, como facilmente se deduz, apreender os aspetos económico-financeiros”. Neves (2003:80)

Rendibilidade do ativo

Segundo, Walsh (1999:82) “este rácio mede a medida em que a administração utiliza bem os ativos no negócio para gerar um excedente de exploração.”

ASFC- SGPS, S.A	2012	2013	2014	2015	2016
Rendibilidade do Ativo total= Res. Líquido / Ativo *100	20%	4%	0%	-19%	-29%
SOTKON-PT	2012	2013	2014	2015	2016
Rendibilidade do Ativo total= Res. Líquido / Ativo *100	-7%	-4%	1%	0%	3%

Tabela 35- Rendibilidade do Ativo
Fonte: Elaboração Própria

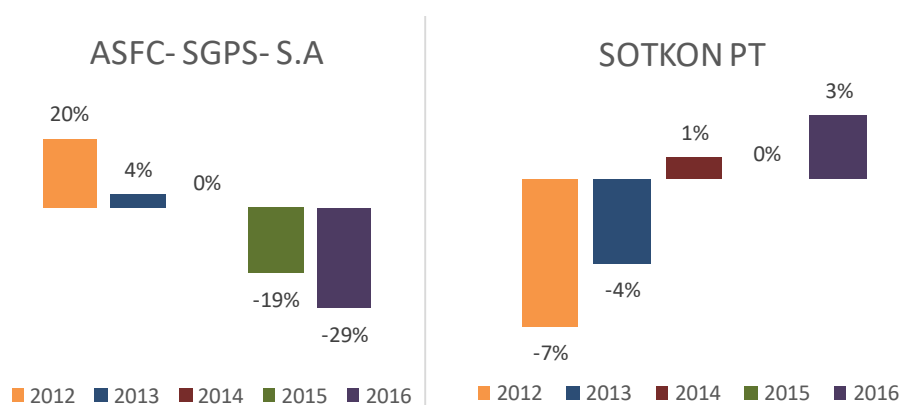


Gráfico 25- Rendibilidade do Ativo
Fonte: Elaboração Própria

Este rácio é bastante importante, avalia o retorno obtido, em termos operacionais, por cada unidade monetária empregue/investida na empresa.

Neves. J, (2003:84) defende que “é um rácio de avaliação de desempenho dos capitais totais investidos na empresa, independentemente da sua origem.” A rendibilidade do ativo dá-nos também a informação sobre qual a capacidade dos ativos da empresa em gerar resultados.

Um indicador elevado para a empresa, indica que a mesma, tem uma boa performance operacional, isto é, que os ativos da empresa estão a ser bem utilizados e a produzir bons resultados.

Rendibilidade Líquida das vendas

ASFC- SGPS, S.A	2012	2013	2014	2015	2016
Rendibilidade Líquida das Vendas= Res. Líquido / Vendas *100	-75%	-68%	-33%	-32%	-8%
SOTKON-PT	2012	2013	2014	2015	2016
Rendibilidade Líquida das Vendas= Res. Líquido / Vendas *100	-27%	-16%	-3%	1%	2%

Tabela 36- Rendibilidade Líquida das Vendas

Fonte: Elaboração Própria

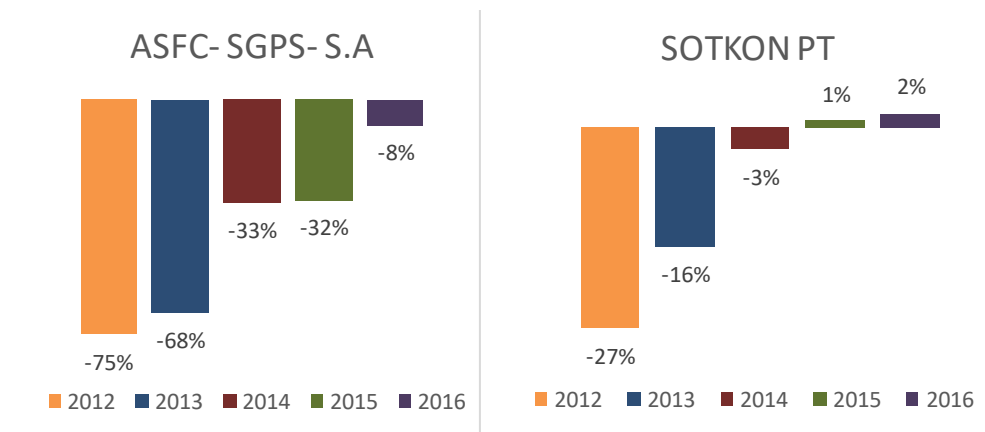


Gráfico 26- Rentabilidade Líquida das Vendas

Fonte: Elaboração Própria

Este rácio indica-nos a percentagem das vendas e prestações de serviços, depois de cobertos todos os gastos.

Este quociente, mede a rentabilidade que a empresa tem depois de pagos todos os custos inerentes aos encargos financeiros e impostos.

Este é um dos rácios fundamentais, que se pode interpretar a rentabilidade da exploração e ajudar a complementar a análise com indicadores de rentabilidade decompostos pelo método multiplicativo ou aditivo. Este rácio avalia o retorno em termos de resultado líquido e o volume de negócios.

Segundo Fernandes et al (2012:25), “quanto maior o valor do indicador, maior a aptidão do negócio em gerar resultados.”

Rendibilidade Operacional das vendas

ASFC- SGPS, S.A	2012	2013	2014	2015	2016
Rendibilidade Operacional das Vendas= Res. Operacional/ Vendas *100	-72%	-66%	-31%	-17%	-5%
SOTKON-PT	2012	2013	2014	2015	2016
Rendibilidade Operacional das Vendas= Res. Operacional/ Vendas *100	-5%	-6%	-7%	-1%	1%

Tabela 37- Rendibilidade Operacional das Vendas

Fonte: Elaboração Própria

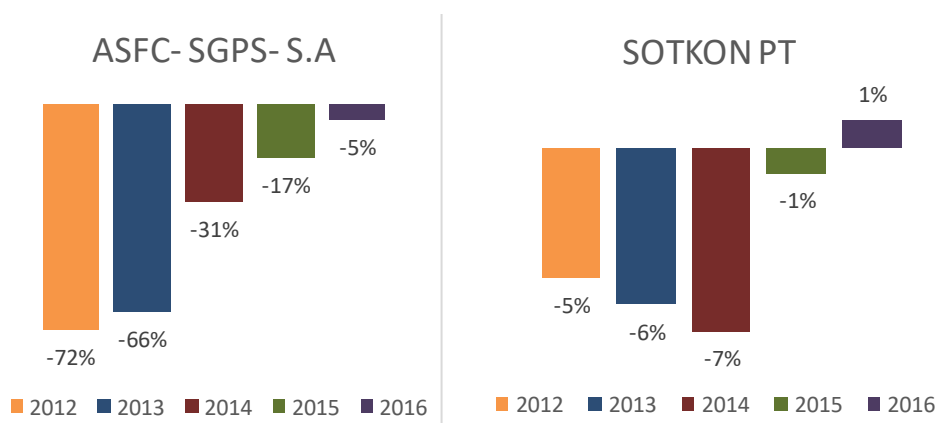


Gráfico 27- Rendibilidade Operacional das Vendas

Fonte: Elaboração Própria

Este rácio avalia o retorno da empresa dividindo o resultado operacional - ao contrário do rácio anterior que era depois dos gastos de financiamento e impostos – pelo do volume de negócios. A ASFC apresentou resultados negativos ao longo dos cinco anos, porque teve mais custos do que devia.

A Sotkon nos anos em análise em comparação com a ASFC, apresentou melhores resultados , mesmo sendo eles negativos.

Comparação com o sector (variações anuais em %):

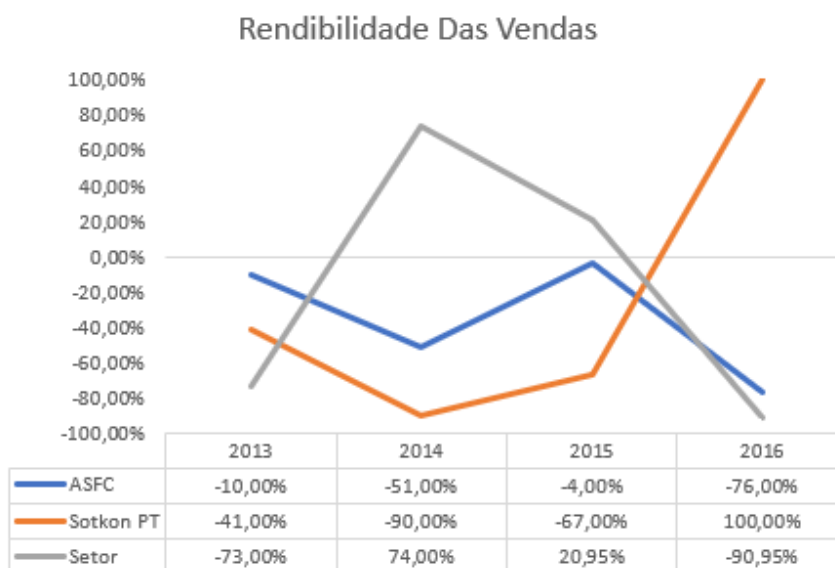


Gráfico 28-Rendibilidade das Vendas- Comparação com o sector
Fonte: Elaboração Própria

As vendas apresentam rendibilidades inferiores às do sector, a não ser no ano de 2016.

Rendibilidade dos capitais próprios

ASFC- SGPS, S.A	2012	2013	2014	2015	2016
Rendibilidade dos Capitais Próprios= Res. Líquido/ Capital Próprio *100	-98%	100%	100%	100%	97%
SOTKON-PT	2012	2013	2014	2015	2016
Rendibilidade dos Capitais Próprios= Res. Líquido/ Capital Próprio *100	-18%	-12%	2%	1%	3%

Tabela 38- Rendibilidade dos Capitais Próprios
Fonte: Elaboração Própria

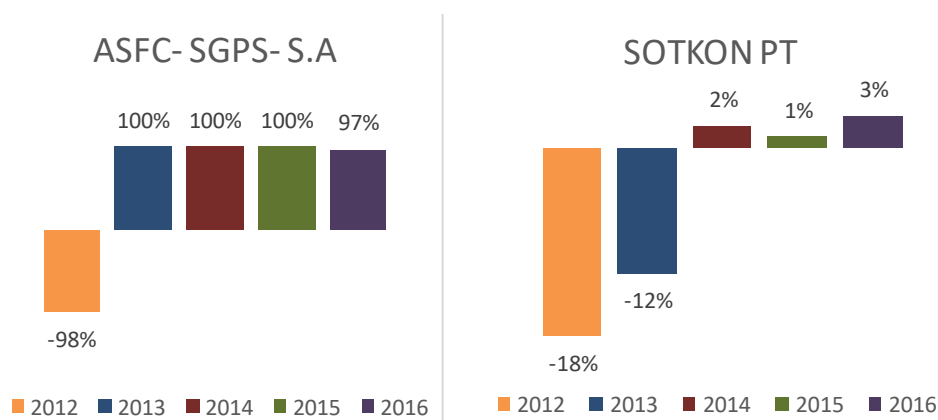


Gráfico 29- Rendibilidade dos Capitais Próprios
Fonte: Elaboração Própria

Este índice mede a capacidade da empresa em remunerar os seus sócios/acionistas.

A rendibilidade dos capitais próprios, também conhecida por *Retur on Equity* (ROE), mede a rendibilidade dos capitais próprios da empresa, sendo assim, é a representação dos sócios pelo investimento realizado na empresa.

Walsh (1999:80), caracteriza este rácio como “o mais importante em finanças empresarias. Mede a rendibilidade absoluta entregue aos acionistas.”

Este rácio é considerado por diversos autores um dos mais importantes, este indicador permite-nos conhecer a percentagem, com que os sócios/acionistas investiram na empresa estão a ser remunerados.

Comparação com o sector (variações anuais em %):

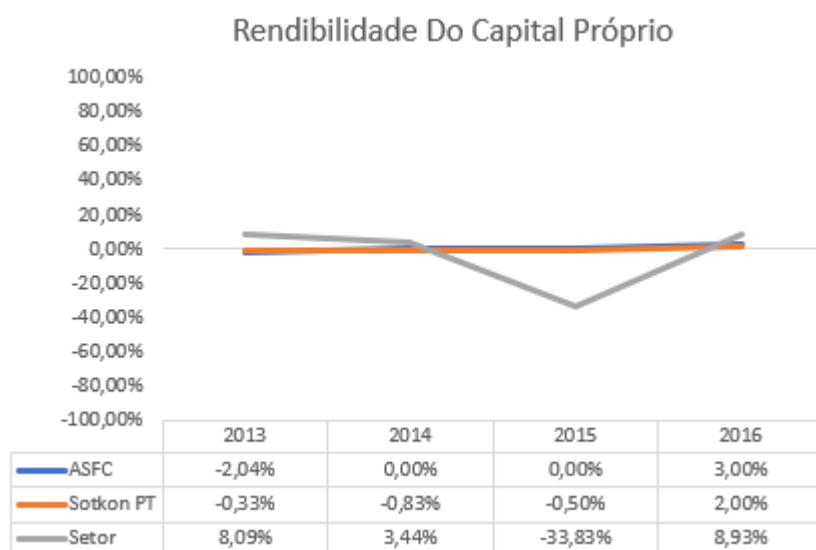


Gráfico 30- Rendibilidade dos Capitais Próprios – comparação com o Setor
Fonte: Elaboração Própria

É importante relacionar a empresa com empresas do mesmo setor, para se ter uma maior avaliação. De 2013 a 2014 o setor apresenta uma maior rendibilidade de capital próprio maior. A partir de 2014 o setor teve uma diminuição bastante acentuada e as empresas conseguiram obter melhores resultados.

Em 2015 enquanto o setor diminuiu -33.83% onde a rendibilidade é mais baixa as empresas conseguem valores superiores. Este rácio indica a relação entre os capitais investidos pelos acionistas e a parte dos resultados que esta disponível para lhes ser partilhada, após a remuneração aos credores por via de pagamentos de juros e impostos, o que quer dizer que as empresas em análise estão a gerar um retorno de capital próprio investido acima da média do setor.

4.4.7 Rácios de Mercado: este tipo de rácios não é assíduo a todo o tipo de empresas, é limitado às empresas que se encontram cotadas em bolsa.

4.5 Análise do Risco

Segundo Neves. J , (2003:111) “A análise do risco é um assunto muito importante para a gestão e para a determinação do valor criado”, o mesmo autor refere que a demonstração dos resultados é ponto de partida para esta análise do risco operacional e financeiro. A demonstração dos resultados procura calcular a totalidade do resultado líquido causado pelas políticas da empresa.

4.5.1 Grau de Alavancagem Operacional (GAO) - Se a empresa possui um elevado peso de gastos fixos operacionais na sua estrutura de custos, pode-se dizer que a empresa tem um elevado grau de alavanca operacional (Neves, 2012).

ASFC- SGPS, S.A	2012	2013	2014	2015	2016
Grau de alavanca operacional= Margem de contribuição / Res. operacional	-2,10	-2,35	-5,07	-9,27	-31,84
SOTKON-PT	2012	2013	2014	2015	2016
Grau de alavanca operacional= Margem de contribuição / Res. operacional	-32,41	-25,26	-24,85	-217,96	139,31

Tabela 39- Grau de Alavanca Operacional
Fonte: Elaboração Própria

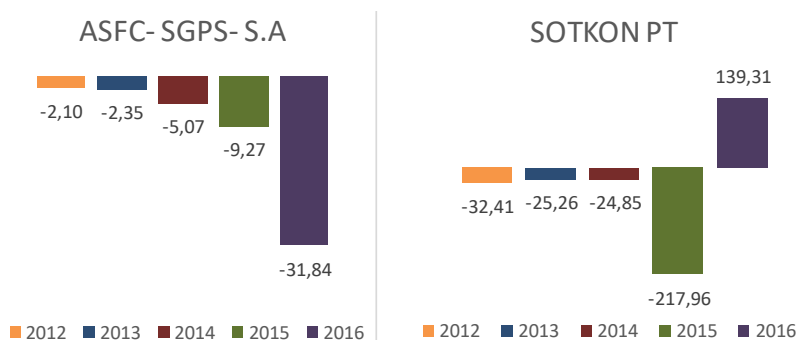


Tabela 40- Grau de Alavanca Operacional
Fonte: Elaboração Própria

Este indicador mostra o aumento mais que proporcional dos resultados operacionais devido a variações nas vendas. Ou seja, a variação percentual no resultado operacional, resultante da variação percentual das vendas será da seguinte maneira:

- Se as vendas aumentam – o impacto no GAO é positivo
- Se as vendas diminuem – o impacto no GAO é negativo

Resumindo: quanto maior for este indicador, maior o risco operacional da empresa.

Uma pequena variação percentual no volume de negócios tem um impacto mais que proporcional nos resultados operacionais (Neves, 2012).

A empresa tem um elevado peso de custos fixos, segundo J. Neves (2003:149) “se a tendência das vendas for para crescer, a alavanca operacional é favorável, na medida em que um crescimento das vendas implica um crescimento mais que proporcional nos resultados operacionais, mas, se as vendas caírem, a alavanca

operacional é desfavorável porque uma descida das vendas arrasta a um decréscimo nos resultados mais do que proporcional.

4.5.2 Grau de Alavanca Financeira (GAF)

ASFC- SGPS, S.A	2012	2013	2014	2015	2016
Grau de alavanca financeira= EBIT / RAI	0,56	0,47	0,10	-0,18	-1,48
SOTKON-PT	2012	2013	2014	2015	2016
Grau de alavanca financeira= EBIT / RAI	-1,08	-0,31	0,96	5,85	1,62

Tabela 41- Grau de alavanca financeira
Fonte: Elaboração Própria

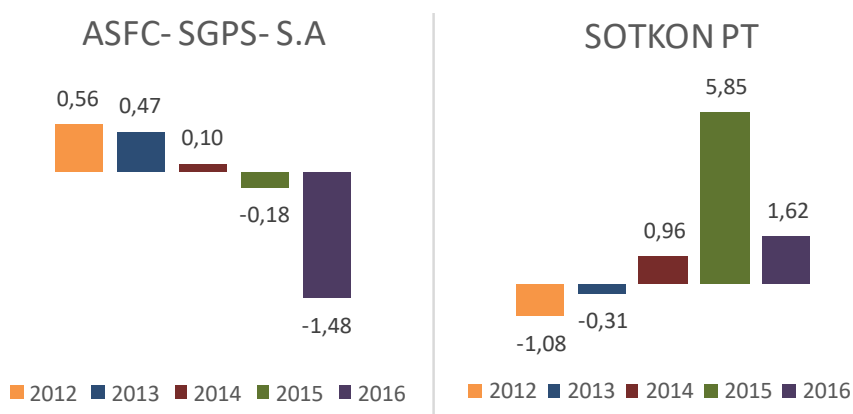


Gráfico 31- Grau de alavanca financeira
Fonte: Elaboração Própria

Este indicador permite-nos analisar, em que medida, o resultado é afetado por variações no resultado operacional, provocados por alterações nas vendas.

Quanto maior for o GAF, maior o risco financeiro para a empresa.

Análise do risco financeiro com o GAF: a probabilidade de a empresa não conseguir suportar os encargos financeiros com os resultados gerados e o risco que o credor incorrer por financiar a empresa.

4.5.3 Grau Combinado de Alavanca

ASFC- SGPS, S.A	2012	2013	2014	2015	2016
Grau Combinado de Alavanca = GAO * GAF	-1,18	-1,11	-0,51	1,63	47,14
SOTKON-PT	2012	2013	2014	2015	2016
Grau Combinado de Alavanca = GAO * GAF	34,87	7,90	-23,75	-1275,64	226,38

Tabela 42- Grau combinado de Alavanca

Fonte: Elaboração Própria

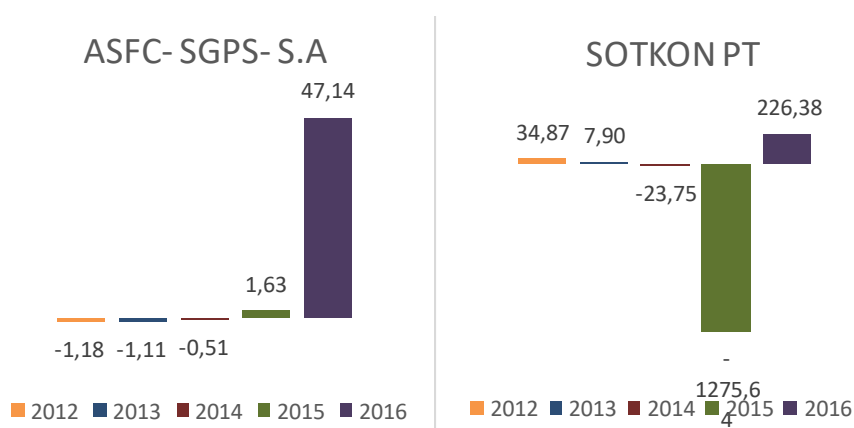


Gráfico 32- Grau combinado de alavanca

Fonte: Elaboração Própria

Este indicador é composto pelo GAO, indicador este, que incide sobre a estrutura de custos- custos fixos e operacionais, multiplicando pelo GAF, sendo que este incide sobre a estrutura financeira – encargos financeiros.

Este mede a sensibilidade dos resultados correntes à estrutura dos gastos fixos (operacionais e financeiros) da empresa em consequência da variação do volume de negócios (Neves, 2012).

Segundo J. Neves (2003:154) esta análise “é uma importante medida de risco da empresa e inclui, naturalmente, uma componente de risco específico que o acionista poderá eliminar se detiver uma carteira de títulos convenientemente diversificada. É importante referir que o mesmo autor defende que “o grau combinado de alavanca não é propriamente um indicador do risco total da empresa, na medida em que o impacto sobre os resultados líquidos vai depender da variabilidade das vendas e dos resultados extraordinários.”

5.1 O impacto na estratégia da empresa

Segundo V. Tavares (2004:104) “A gestão estratégica de acordo com vários autores é uma nova forma de gestão que se apresenta as organizações a partir da segunda metade do século e onde se destacam como principais factos: a aceleração da mudança e instabilidade e incerteza daí decorrente, a maior competição entre as organizações , a abertura dos mercados e a emergência duma economia mundial (globalização), o desenvolvimento tecnológico, em particular das tecnologias de informação, acentuação da democracia política e das organizações, uma maior capacidade de escola e de reivindicação das populações que caracteriza as sociedades mais desenvolvidas. Esta forma de gestão baseia-se antes de mais num pensamento estratégico e depois no planeamento estratégico, na implementação das estratégias e no seu controle.”

No mundo em que estamos, numa sociedade que está em constante mudança, tanto a nível da evolução tecnológica, fatores económicos, sociais, políticos e culturais a gestão estratégica é fundamental. Estes são alguns dos fatores que obriga às empresas a procurarem respostas mais rápidas e eficazes para melhores resultados na empresa.

A gestão estratégica é crucial para a vida de qualquer organização, seja ela privada, pública, lucrativa ou não lucrativa.

O impacto da estratégia no processo de desenvolvimento do país tornou-se num campo essencial para a obtenção do sucesso nas empresas.

A estratégia é o plano coerente, sobre o modo que as empresas utilizam os recursos para estarem presentes num mercado de modo a obter vantagens sobre os seus concorrentes.

Segundo V. Tavares (2004:85) defende que a gestão estratégica “é vista pois, como uma questão de adequação das capacidades internas ao seu meio exterior.”

Sendo que a estratégia é a ligação entre a empresa o seu meio envolvente:



O papel da estratégia é o de fornecer a base para um método de análise, critérios de escolha e de decisão, um horizonte comum e um objetivo final para a organização e um padrão de avaliação do desempenho da empresa.

Segundo Santos, A.(2008:141) “devemos pensar na estratégia como uma atitude de filosofia e não como um mero repositório de técnicas mais ou menos sofisticadas. Necessitamos de dominar as técnicas, mas não podemos restringir-nos ao seu domínio. A estratégia é antes de mais uma atitude. Devemos pensar no futuro de uma forma integrada”.

O objetivo da estratégia é a obtenção de uma posição competitiva, geradora de lucro ou valor, que possibilite o sucesso e a sobrevivência da mesma.

Para Ansoff, a estratégia fornece uma orientação para a decisão das seguintes questões: “gama de produto-mercado, vetor de crescimento, vantagem competitiva, sinergia gerada internamente por uma combinação de capacidades ou competências e a decisão de fazer ou comprar.”

V. Tavares (2004:85) defende também que a gestão estratégica “preconiza que, no desenvolvimento da sua atividade, cada organização deve procurar conhecer no meio em que opera as necessidades ainda não cabalmente respondidas, delineando os seus objetivos por forma a satisfazê-las, tirando partido das suas competências distintas para produzir um valor superior ao da concorrência na satisfação dessas necessidades.” A mesma autora, também afirma que a gestão estratégica ou planeamento estratégico é uma forma de gestão onde a função de planeamento surge reforçada- “uma gestão de olhos postos no futuro e não no passado”.

Pode-se dizer que existe vários níveis de estratégica sendo os principais:

- ✓ A estratégia corporativa, aquela que está preocupada com o objetivo geral e o escopo da empresa e perceber como vai agregar valor às unidades de negócio.
- ✓ A estratégia em nível de negócios a que se preocupa com a forma como uma empresa pretende alcançar o seu sucesso num mercado específico.
- ✓ A estratégia operacional, a que se preocupa com o modo como diferentes partes da organização entregam a estratégia em termos de gestão de recursos, processos e pessoas.

A estratégia deve abordar alguns dos seguintes indicadores, sendo eles considerados os principais:

- Os objetivos fundamentais que a empresa quer alcançar, os quais extraem a missão, visão e os objetivos;
- As principais atividades da organização- declaradas na missão;
- E as vantagens particulares ou as capacidades que devem processar todos esses itens.

A gestão estratégica é formada pela análise detalhada dos ambientes internos e externos, planeamento estratégico (definição da estratégica), a implementação estratégica, avaliação e controlo. O que conjuga diretamente com a avaliação das oportunidades e ameaças externas considerando as forças e fraquezas da empresa.

A figura seguinte mostra-nos como estes cinco elementos interagem, eles são chamados os fatores estratégicos:

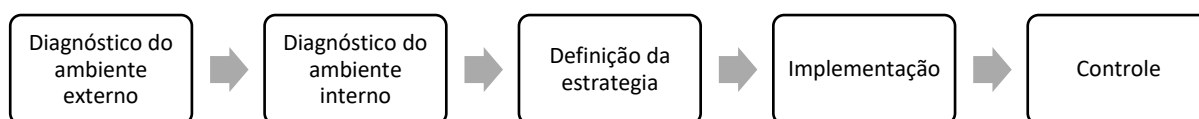


Figura 36-Fases do processo da gestão estratégica
Fonte: Elaboração Própria

A análise do meio externo é fundamental para uma empresa que pretenda desenvolver uma gestão estratégica. O ambiente externo consiste nas oportunidades e ameaças do mercado e é importante analisar os diferentes aspetos respeitantes às seguintes grandes realidades:

- ✓ Sociocultural;
- ✓ Económica;
- ✓ Tecnológica;
- ✓ Legal.

A análise do meio interno consiste nas ameaças e fraquezas dentro da organização.

A definição da estratégia é o desenvolvimento de planos a longo prazo tendo em consideração as oportunidades e ameaças ambientais e em consideração as forças e as fraquezas da empresa. Para se definir uma boa estratégia será importante primeiro definir: a visão, missão da organização, avaliação e controlo, especificar os objetivos que se quer atingir, desenvolver estratégias e objetivos para alcançar.

A implementação da estratégia é o processo pela qual as estratégias são colocadas em ação com base nos programas, orçamentos e procedimentos desenvolvidos.

5.2 A gestão do valor da empresa

Uma empresa é uma entidade económico-social, que integra elementos humanos, materiais e técnicos, a fim de atingir os seus objetivos.

A gestão debruça-se sobre todas as decisões tomadas, no âmbito de uma atividade empresarial e que afeta as finanças.

Os gestores atualmente, são constantemente pressionados para oferecerem aos investidores uma maior rentabilidade de modo a criarem valor para a empresa.

O conceito de valor, expressa a utilidade de determinados objetos (valor de uso) ou o poder de compra (valor de troca), associado à posse desses objetos. Refere que, por vezes, bens que têm um grande valor de uso possuem menor valor de troca, como é o caso da água, essencial à vida do ser humano, mas pertencente à classe de bens de menor custo. Assim, o ser humano é mais rico ou mais pobre, conforme a sua capacidade de satisfação das suas necessidades e conveniências, ou seja, a quantidade de trabalho de terceiros que um indivíduo é capaz de adquirir ou dominar, determina o seu grau de riqueza. Assim sendo, o trabalho revela-se como a verdadeira medida do valor de troca, Smith (1956).

A maximização de valor é o objeto fundamental da gestão. O “valor” deve-se entender no sentido de riqueza total do acionista, portanto para se obter a maximização do valor total, tem de se ter em conta, não só os fluxos de curto prazo, mas também os de médio e longo prazo.

É importante perceber- o porquê de maximizar o valor- então o investidor abdica do consumo imediato e seguro para obter consumos diferidos no tempo sujeito a um determinado nível de risco.

Portanto, se o investidor abdica desse consumo atual, pretende maximizar a possibilidade de consumos futuros. Por outro lado, se colocarmos o foco na criação de valor, conseguimos melhorar a produtividade e deste modo a riqueza da economia.

Mota, et al., (2015) defende que o valor de uma organização depende de diversos fatores, uns de carácter objetivo e conjuntural, outros de carácter totalmente subjetivo. Portanto, para além de uma análise detalhada da empresa, é essencial combinar uma análise da sua envolvente, onde se incluem variáveis que, normalmente, fogem ao controlo das empresas.

Para Neves (2012), os indicadores utilizados para medir a criação de valor podem ser calculados de acordo com duas perspetivas: a dos proprietários e a da empresa.

Estes indicadores de criação de valor são divididos em três tipos:

1. Com base nos resultados contabilísticos:

Para Mota e Custódio (2008), a demonstração de resultados é uma das formas mais simples de avaliação do desempenho financeiro, apurando-se os resultados gerados, sendo esses calculados através da diferença entre os gastos e os rendimentos num determinado período.

Segundo Neves (2011), demonstra que o EVA (economic value added) bem como o CVA (cash value added) são os indicadores mais referidos na literatura dentro dos indicadores que calculam a criação de valor com base nos resultados contabilísticos.

Silva e Queiroz (2010) defendem que o EVA (economic value added) pode ser interpretado como uma medida do valor económico acrescentado que, por sua vez, permite confirmar se o capital investido numa organização é adequadamente retribuído.

2. Com base na rendibilidade:

A noção de rendibilidade, tenta resumir, em termos financeiros, os resultados das opções estratégicas das empresas.

A noção de rendibilidade da organização está relacionada com a capacidade de a atividade criar lucros suficientes para fazer face aos custos com os investimentos realizados, e remunerá-los a uma taxa exigida Brealey e Myers (1998).

Neves (2011) é da opinião que só existe criação de valor para o proprietário quando, este alcança as rendibilidades superiores àquela que o mercado presenteia em oportunidades com um nível de risco idêntico.

Neves (2012), referêcia que a criação de valor é o último objetivo da gestão e que há quando a rendibilidade do capital investido for superior ao custo médio de capital. Assim sendo, a rendibilidade é um indicador de desempenho que comprova a capacidade de continuidade a longo prazo de uma organização, bem como o nível de remuneração que proporciona aos investidores, de forma a atrair capital de investimento.

Para Teixeira (2008a) relativamente á análise da rendibilidade, existem duas questões que o autor refere que são fundamentais e que devem ser colocadas:

- Que lucros devem ser em considerados para avaliar a rendibilidade da empresa?
- Que valores deverão representar o montante de investimento realizado na atividade?

O mesmo autor refere ainda que, um dos indicadores mais utilizados na avaliação da rendibilidade é o ROI e que a abordagem adequada às duas questões colocadas anteriormente, obriga a analisar o problema através de três diferentes óticas:

- A análise da rendibilidade da atividade de exploração;
- A análise da rendibilidade global da empresa;
- A análise tradicional da rendibilidade da empresa.

A avaliação da criação de valor é de extrema importância para o investidor, de modo a garantir que este tenha uma imagem real do desenvolvimento da sua atividade e da capacidade para gerar uma rendibilidade acima da que o investidor espera obter.

3. Com base nos fluxos de caixa:

Os autores Silva e Queirós (2010), são da opinião que os fluxos de caixa são calculados pela diferença entre todas as entradas e saídas de fundos.

Neves (2011) defende que os fluxos de caixa, são cada vez mais usados na avaliação do desempenho financeiro, revelando um dos conceitos mais importantes para a análise financeira.

Os fluxos de caixa, permanecendo menos dependentes e influenciados pelos critérios contabilísticos, possibilitam uma visão mais realista de uma empresa e, logo, em semelhança com a sua situação de tesouraria Esperança e Matias (2009).

Neves (2011), refere que uma gestão baseada na criação de valor preocupa-se com os fluxos de caixa de médio e longo prazo e não apenas com os lucros mensais. Defende ainda, que os gestores devem investigar e procurar oportunidades de investimento, com rentibilidade superior aos custos de oportunidade do capital e implementar na empresa este tipo de filosofia de gestão.

O mesmo autor refere que só é possível englobando estes dois aspetos:

- A Reestruturação da empresa de modo a libertar o valor intrínseco de cada negócio;
- Fortalecer, após a reorganização, uma gestão sistematicamente direcionada para a criação de valor.

Segundo Neves (2012) o valor de uma empresa deve-se acima de tudo à capacidade das vendas e da sua aptidão em gerar os resultados e fluxos de caixa que, por sua vez, são função da competência de crescimento do mercado e da posição concorrencial da empresa.

Se olharmos para a demonstração dos resultados podemos verificar o confronto entre as despesas e receitas das empresas. A demonstração dos resultados mostra-nos não só o quanto dos interesses de cada participante de todo o processo, mas também a hierarquia de todos os intervenientes.

Como podemos verificar na tabela seguinte:

<i>Natureza</i>	Intervenientes
<i>Receita</i>	Cliente
<i>CMVMC</i>	Fornecedor
<i>Despesas com salários</i>	Empregado
<i>Despesas com juros</i>	Financiador
<i>Imposto sobre o rendimento</i>	Estado
<i>RLE</i>	Acionista

Tabela 43- Demonstração dos Resultados e Intervenientes

Fonte: Elaboração Própria

Neste exemplo, podemos verificar que os clientes ,são os que consomem os bens e serviços oferecidos pelas empresa, depois descontam-se os custos que a empresa carregou com os fornecedores e empregados, desse resultado vai se subtrair a obrigação com os financiadores que disponibilizaram o capital, posteriormente, o estado recebe uma fração do rendimento e por fim o acionista é o ultimo participante a ter os seus interesses.

Sendo assim o acionista é o beneficiário residual da empresa, sendo que só depois de considerar os clientes, os fornecedores, os empregados, os financiadores de capital e o governo é que acionista pode avaliar o lucro ou prejuízo gerado.

Capítulo VI- Considerações finais

A realização do estágio permitiu-me adquirir conhecimentos que constituíram sem dúvida uma base para a minha vida profissional futura.

O estágio efetuado serviu para complementar algumas das áreas abordadas no Mestrado de Contabilidade e Finanças.

A elaboração do caso de estudo permitiu-me perceber como funciona realmente uma organização.

Sendo que o objetivo principal deste trabalho é identificar, interpretar, calcular e avaliar a situação económica e financeira da Sotkon PT, bem como perceber o impacto que esta tinha na empresa mãe, no período de 2012 a 2016.

Foi-me disponibilizado pela empresa o Balanço e a Demonstração de Resultados o que me permitiu criar e analisar o mapa de fluxos de caixa, elaborar o balanço funcional e calcular os rácios para estudar a situação económica e financeira.

A Sotkon PT de 2014 a 2016 apresenta um diagnóstico com um bom desempenho económico financeiro comparando com a ASFC.

Recorrendo aos métodos de análise descritos anteriormente e comparando com o setor que o grupo integra, foi possível analisar que a Sotkon em relação ao sector que se insere, acompanha os valores médios do setor e até superiores, o que quer dizer que em relação ao setor se apresenta com uma boa performance.

Em relação ao ciclo operacional da empresa pode-se concluir que os recebimentos superam os pagamentos, ou seja, o ciclo operacional que conforta a empresa, que tem capacidade de financiamento.

Ao longo dos cinco anos analisados a empresa conseguiu gerar fundos suficientes capazes de financiar as atividades de financiamento e de investimento.

Relativamente ao fundo maneo e necessidades de fundo maneo indicam que a empresa apresenta desequilíbrios financeiros.

A Sotkon PT apresenta uma dependência financeira no que diz respeito à utilização de capital de terceiros. Relativamente á rendibilidade do ativo podemos concluir que os ativos da empresa não estão a ser bem utilizados nem a produzir bons resultados.

Em relação ao rácio de rendibilidade líquida das vendas, os valores calculados são negativos até 2014 o que quer dizer que a empresa não gera resultados favoráveis.

A empresa apresenta uma insuficiência na gestão e necessita de melhorar os seus resultados e eliminar algumas anomalias detetadas. Sendo de considerar que a Sotkon PT é uma grande ajuda no Grupo, pois como podemos verificar a grande parte dos valores positivos, é da responsabilidade da Sotkon PT.

Deste modo, o que o grupo poderia fazer para melhorar a sua situação económico financeira era contratar uma equipa de gestão que fosse capaz de criar sustentabilidade e robustez à entidade.

Com recomendações a estudos futuros, sugiro a continuidade do estudo das demonstrações financeiras da organização com uma forma dos gestores adquirirem conhecimento económico financeiro do grupo.

7. Referências Bibliográficas

- ANSOFF, Igor- *Corporate Strategy*. Penguin Bookc.1968p.18
- Antonik, L. R. (2004). *a Administração Financeira Das. Business*, (2000), 1–4.
- António Borges, Azevedo Rodrigues, J. M. R. e R. R. (2007). *As novas demonstrações financeiras*. Áreas editoras.
- Brealey, R., Myers, S. (1998). *Princípios de Finanças Empresariais*. (5ª edição). MacGrawHill.
- Carrapiço, J. (2013). *Demonstração de fluxos de caixa*. *Toc 158*, (3), 50–52.
- Castro, F. L. de. (1992). *A contabilidade da empresa*. Publicações Europa- America, Lda.
- César, S., Ensslin, R., & Lyrio, V. L. (2011). *ECONÔMICO-FINANCEIRO : UMA*.
- Da, E., Soares, S., Econômico, A., Da, F., & Metalúrgica, D. (2013). Ester da silva soares análise econômico - financeira da duque metalúrgica s.a curitiba 2013.
- Do, N. (2014). & c.a.,l.
- Esperança, J., Matias, F. (2009). *Finanças Empresariais* (2ª Edição). Alfragide: Texto Editora.
- Eusebio Pires da Silva e Ana Cristina Pires da Silva. (2010). *Contabilidade*. Letras e conceitos, Lda.
- Fernandes, C., Peguinho, C., Vieira, E., & Neiva, J. (2016). *Análise Financeira* (4º Edição). Edições Sílabo.
- Ferreira, L. G. (2016). Mestrado em Finanças Empresariais Liliana Gomes Ferreira Financial Reporting Improvements : Relatório de estágio na.
- Frezatti, F., Aguiar, A. B. de, & Guerreiro, R. (2007). Diferenciações entre a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial: uma pesquisa empírica a partir de pesquisadores de vários países. *Revista Contabilidade & Finanças*, 18(44), 9–22. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772007000200002>
- Gestão, Portal (27 de julho de 2018) de <https://www.portal-gestao.com/artigos/2714-a-estrutura-conceptual-do-snc.html>

Grün, R. (1999). Modelos de empresa, modelos de mundo: sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e da resistência a ela. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 14(41), 121–140. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000300008>

Horn, Geraldo Balduino & DIEZ, C. L. F. (2005). *Metodologia e Pesquisa*. Curitiba;IESDE.

Isabel Soares, José Moreira, C. P. e J. C. (sem data). *Decisões de Investimento* (4º Edição). Edições Sílabo.

M.P.Almeida, R. (2010). *SNC- Legislação*. ATF- edições Técnicas.

M. V.Tavares, M (2004). *Estratégia e gestão por objetivos* (2º edição). Universidade lusíada editora

Martins, E. (2003). *Contabilidade de Custos*.

Martins, E., & Maritns, C. Q. (2011). *Demonstração de fluxos de Caixa* (2º Edição). VidaEconómica.

Matos, F. G. de. (2004). *Visão e Parábolas*. 2004, ELsivier Editora Lda.

Matos, H. Viegas da S. e M. A. (1990). *Introdução à Contabilidade*. Texto Editora, Lda.

Menezes, H. (2010). *Princípios de Gestão Financeira*. (12ª Edição). Lisboa: Editorial Presença.

Menezes, H. C. (2010). *Princípios de Gestão Financeira* (13º Edição). Lisboa: Editorial.

Mestrado, M. (2015). *Análise do Desempenho na Administração Pública com recurso a Rácios Financeiros: O caso do Município de Matosinhos Aquilino Joaquim Tavares Correia*.

Mestrado, M. (2016). A insolvência nas empresas e as informações e demonstrações financeiras relevantes para a sua deteção / atuação atempada José Ricardo Matos dos Santos A insolvência nas empresas e as informações e demonstrações financeiras relevantes para a sua deteção /.

Mota, A. et al., 2015. *Finanças da Empresa - Teoria e Prática*. (5ª edição). Edições Silabo.

Mota, A., Barroso, C., Nunes, J. & Ferreira, M., 2010. *Finanças da Empresa - Teoria e Prática*. (3ª edição). Lisboa: Edições Silabo.

Mota, A., Custódio, C. (2008). *Finanças da Empresa - Manual de Informação, Análise e Decisão Financeira para Executivos* (4ª Edição). Lisboa: Bnomics.

Nabais, C. A. da F. (1988). *Análise de Balanços*. Editorial Presença, Lda.

Nabais, C. N. e F. *Prática Financeira I* (6º Edição). LIDEL.

Neves, J. (2000). *Análise Financeira Vol. I - Técnicas Fundamentais* (12ª Edição). Lisboa: Texto Editora.

Neves, J. (2002). *Avaliação de Empresas e Negócios*. Lisboa: McGraw-Hill de Portugal.

Neves, J. (2008). *Análise Financeira Vol.II - Avaliação do Desempenho baseada no Valor*. Lisboa: Texto Editora.

Neves, J. (2011). *Avaliação e Gestão da Performance Estratégica da Empresa* (2ª Edição). Lisboa: Texto Editora.

Neves, J. (2012). *Análise e Relato Financeiro - Uma visão integrada de gestão* (5ª Edição). Lisboa: Texto Editora.

Neves, J. C. das. (2012). *Análise e Relato Financeiro*. Texto Editora.

Neves, J. C. das. *Análise Financeira*. VidaEconómica.

Neves, W. G. das. (2010). Estudo da viabilidade económico financeira para uma empresa de cosméticos. *Ufrgs*, 0–69. Obtido em 27de Julho de 2018 <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29674/000769598.pdf?1>

Portugal. B (29 de Julho de 2018) de <https://www.bportugal.pt/qesweb/UI/QSApplication.aspx?mlid=1193>

Rafaela, V. (2015). O Presente e o Futuro da Supervisão das Instituições Financeiras em Portugal O Presente e o Futuro da Supervisão das Instituições Financeiras em Portugal Vânia Rafaela da Fonseca Ribeiro.

Reis, L. do. (2000). *Análise, Formação e Implementação* (1º Edição). Editorial Presença.

Rodrigues, J. (2017). *Sistema de Normalização Contabilística*. Porto Editora.

Santos, A. (2008). *Gestão Estratégica - Conceitos, modelos e instrumentos*. Lisboa: Escolar Editora.

Silva, E. S. (2009). *As novas Demonstrações Financeiras*. VidaEconómica.

Silva, E. S. *Gestão Financeira* (5º Edição). VidaEconómica.

Silva, E., Queirós, M. (2010). *Gestão Financeira - Análise de Investimentos*. Porto: Vida Económica

Smith, A. (1956). *Inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. New York: Collier & Son Corporation (edição original 1776).

Teixeira, N., 2008. *A rentabilidade e a criação de valor*.

Teixeira, S. (2005). *Gestão das Organizações*. Letras e conceitos, Lda.

Universidade Lusofona. (2012). *As principais diferenças entre a análise estática e dinâmica de balanços* - estudo de caso de uma empresa brasileira, 3.

Walsh, C. (2006). *Rácios Fundamentais de Gestão*. Publicações Dom Quixote.

Dia	Obrigação			Aplicável a:
10	IRS / IRC / ISelo Segurança Social	Envio	Declaração de rendimentos pagos e de retenções, contribuições sociais e de saúde e quotizações, referentes ao mês de dezembro.	A todos os sujeitos passivos.
10	IVA	Envio / Pagamento	Envio da declaração periódica e pagamento do imposto referente ao mês de novembro (regime mensal).	A todos os sujeitos passivos.
20	IRS / IRC / ISelo	Pagamento	Pagamento do IRC e IRS retidos e do imposto do Selo referentes ao mês de dezembro.	A todos os sujeitos passivos.
20	Segurança Social	Pagamento	Pagamento das contribuições referentes ao mês de dezembro.	A todos os sujeitos passivos.
20	IVA	Envio	Declaração recapitulativa de IVA referente ao mês de dezembro (regime mensal) ou ao 4o Trimestre (regime trimestral): Transmissões intracomunitárias de bens e operações assimiladas, ou prestações de serviços.	Quando o total das transmissões intracomunitárias de bens a incluir na Declaração Recapitulativa tenha, no trimestre em curso ou em qualquer um dos quatro trimestres anteriores, excedido 50.000 €.
20	IRS / IRC	Envio	Comunicação de rendimentos pagos, de retenções e deduções efetuadas, referentes ao ano anterior.	A todos os sujeitos passivos.
20	IVA (SAFT-PT)	Envio	Comunicação dos elementos das faturas referentes ao mês de dezembro.	A todos os sujeitos passivos com faturas no período.
31	IRS / IRS	Envio	Declaração de rendimentos pagos ou colocados à disposição de sujeitos passivos não residentes, referentes ao mês de novembro.	A todos os sujeitos passivos com operações com não residentes. Finanças - Modelo 30
31	IRC / IVA	Envio	Comunicação de inventários referentes ao ano anterior.	A todos os sujeitos passivos que estejam obrigados à elaboração de inventário.
31	IRS / IRC	Envio	Declaração de rendimentos pagos, de retenções, deduções, contribuições sociais e de saúde e quotizações, referentes ao ano anterior (exceto trabalho dependente).	A todos os sujeitos passivos. Finanças - Modelo 10
31	IUC	Pagamento	Pagamento de IUC referente os veículos com matrícula emitida no mês de janeiro.	A todos os sujeitos passivos que sejam proprietários de veículos.

Anexo 1- Calendário Fiscal Iconsulting- Group 2018

Balanço SOTKON- PT

	2012	2013	2014	2015	2016
Ativo					
Não corrente					
Ativos fixos tangíveis	494 679,00 €	479 822,00 €	482 011,00 €	504 214,00 €	473 640,00 €
Ativos intangíveis	350 259,00 €	300 765,00 €	245 932,00 €	184 840,00 €	143 030,00 €
Outros créditos a receber	5 355 000,00 €	5 753 621,00 €	5 148 772,00 €	4 270 574,00 €	5 151 589,00 €
Outros activos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	104,00 €	351,00 €
	6 199 938,00 €	6 534 208,00 €	5 876 715,00 €	4 959 732,00 €	5 768 610,00 €
Corrente					
Inventários	175 557,00 €	221 239,00 €	172 286,00 €	205 645,00 €	356 057,00 €
Clientes	1 822 799,00 €	1 601 898,00 €	1 952 431,00 €	2 887 901,00 €	3 355 125,00 €
Estado e outros entes públicos	229 487,00 €	120 464,00 €	180 931,00 €	115 142,00 €	9 156,00 €
Outras contas a receber	1 985 854,00 €	2 654 074,00 €	1 241 443,00 €	281 775,00 €	58 776,00 €
Diferimentos	26 481,00 €	6 094,00 €	6 006,00 €	12 288,00 €	9 272,00 €
Outros ativos financeiros	15 510,00 €	20 510,00 €	20 000,00 €	9 000,00 €	9 000,00 €
Caixa e depósitos bancários	51 754,00 €	78 736,00 €	19 811,00 €	205 256,00 €	46 870,00 €
	4 307 442,00 €	4 703 015,00 €	3 592 908,00 €	3 717 007,00 €	3 844 256,00 €
Total do ativo	10 507 380,00 €	11 237 223,00 €	9 469 623,00 €	8 676 739,00 €	9 612 866,00 €
Capital próprio					
Capital e reservas					
Capital realizado	50 000,00 €	50 000,00 €	50 000,00 €	50 000,00 €	50 000,00 €
Outros instrumentos de capital próprio	59 856,00 €	59 856,00 €	59 856,00 €	59 856,00 €	59 856,00 €
Reservas legais	107 497,00 €	107 497,00 €	107 497,00 €	107 497,00 €	107 497,00 €
Outras reservas	2 853 856,00 €	3 011 024,00 €	3 016 074,00 €	3 016 074,00 €	3 040 451,00 €
Resultados transitados	941 550,00 €	941 550,00 €	941 550,00 €	720 732,00 €	720 732,00 €
Outras variações no capital próprio	706,00 €	706,00 €	95 487,00 €	53 466,00 €	41 916,00 €
	4 013 465,00 €	4 170 633,00 €	4 270 464,00 €	4 007 625,00 €	4 020 452,00 €
Resultado líquido do período	157 168,00 €	5 050,00 €	-220 818,00 €	24 377,00 €	124 892,00 €
Total do capital próprio	4 170 633,00 €	4 175 683,00 €	4 049 646,00 €	4 032 002,00 €	4 145 344,00 €
Passivo					
Não corrente					
Provisões					
Financiamentos obtidos	3 057 500,00 €	0,00 €	1 780 000,00 €	1 737 500,00 €	1 500 000,00 €
	3 057 500,00 €	0,00 €	1 780 000,00 €	1 737 500,00 €	1 500 000,00 €
Corrente					
Fornecedores	1 726 593,00 €	2 056 275,00 €	2 172 476,00 €	2 444 775,00 €	2 850 192,00 €
Adiantamentos de clientes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	5 289,00 €	5 855,00 €	8 431,00 €	9 469,00 €	192 123,00 €
Financiamentos obtidos	1 361 047,00 €	4 676 606,00 €	1 270 833,00 €	151 015,00 €	283 904,00 €
Outras contas a pagar	171 953,00 €	322 804,00 €	188 237,00 €	301 978,00 €	617 216,00 €
Diferimentos	14 365,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	24 087,00 €
Total do passivo	6 336 747,00 €	7 061 540,00 €	5 419 977,00 €	4 644 737,00 €	5 467 522,00 €
Total do capital próprio e do passivo	10 507 380,00 €	11 237 223,00 €	9 469 623,00 €	8 676 739,00 €	9 612 866,00 €

Anexo 2-Balanço Sotkon-PT

Demonstração Dos Resultados: SOTKON- PT

	2016	2015	2014	2013	2012
Vendas e serviços prestados	6 205 833,00 €	4 177 985,00 €	3 074 308,00 €	3 123 218,00 €	2 631 967,00 €
Trabalhos para a própria entidade	37 543,00 €	54 579,00 €	65 036,00 €	58 911,00 €	69 150,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-3 867 927,00 €	-2 827 569,00 €	-2 075 322,00 €	-1 987 142,00 €	-1 624 293,00 €
Fornecimentos e serviços externos	-1 850 788,00 €	-928 377,00 €	-1 106 164,00 €	-812 279,00 €	-840 597,00 €
Gastos com o pessoal	-341 481,00 €	-311 351,00 €	-294 386,00 €	-191 131,00 €	-213 307,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	2 835,00 €	-3 132,00 €	129 583,00 €	-84 342,00 €	-121 998,00 €
Outros rendimentos	67 592,00 €	20 895,00 €	9 050,00 €	33 860,00 €	356 074,00 €
Outros gastos	-6 354,00 €	-5 387,00 €	-24 968,00 €	-54 738,00 €	-68 141,00 €
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e imp	247 253,00 €	177 643,00 €	-222 863,00 €	86 357,00 €	188 855,00 €
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-174 943,00 €	-209 784,00 €	-207 230,00 €	-202 280,00 €	-131 330,00 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/ reversõ	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impost	72 310,00 €	-32 141,00 €	-207 230,00 €	-202 280,00 €	-131 330,00 €
Perdas/(reversão) de imparidade	0,00 €	0,00 €	-430 093,00 €	-115 923,00 €	57 525,00 €
Juros e rendimentos similares obtidos	154 112,00 €	165 009,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Juros e gastos similares suportados	-74 262,00 €	-102 515,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
			355 950,00 €	402 272,00 €	282 260,00 €
Resultados antes de impostos	152 160,00 €	30 353,00 €	-233 198,00 €	-276 310,00 €	-175 508,00 €
Imposto sobre o rendimento do período	-27 268,00 €	-5 976,00 €	-307 341,00 €	10 039,00 €	164 277,00 €
Resultado líquido do período	124 892,00 €	24 377,00 €	86 523,00 €	-4 989,00 €	-7 109,00 €

Anexo 3-DR. Sotkon PT

Balanço, ASFC. SGPS, S.A

	2012	2013	2014	2015	2016
Activo					
Não corrente					
Activos fixos tangíveis	1 414 857,00 €	1 281 525,00 €	1 185 692,00 €	1 119 070,00 €	1 012 245,00 €
Activos intangíveis	6 894 288,00 €	5 793 536,00 €	4 613 618,00 €	3 421 990,00 €	2 173 876,00 €
Outros investimentos financeiros	2 045,00 €	1 529,00 €	2 931,00 €	14 026,00 €	13 403,00 €
Participações financeiras - outros métodos	0,00 €	7 713,00 €	7 713,00 €	7 713,00 €	0,00 €
Activos por impostos diferidos	1 512 883,00 €	1 887 941,00 €	2 248 121,00 €	1 795 963,00 €	1 857 500,00 €
	9 824 073,00 €	8 972 244,00 €	8 058 075,00 €	6 358 762,00 €	5 057 024,00 €
Corrente					
Inventários	613 211,00 €	522 735,00 €	1 353 518,00 €	1 292 214,00 €	775 006,00 €
Clientes	3 602 762,00 €	3 159 703,00 €	2 678 298,00 €	3 892 089,00 €	3 461 758,00 €
Adiantamentos a fornecedores	107 881,00 €	115 248,00 €	80 724,00 €	78 098,00 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos	560 040,00 €	381 025,00 €	472 725,00 €	424 617,00 €	237 872,00 €
Outras contas a receber	143 115,00 €	47 841,00 €	243 039,00 €	87 181,00 €	53 109,00 €
Diferimentos	68 988,00 €	41 973,00 €	66 647,00 €	84 370,00 €	90 914,00 €
Outros activos financeiros	16 796,00 €	29 184,00 €	32 569,00 €	24 496,00 €	28 203,00 €
Caixa e depósitos bancários	351 881,00 €	259 344,00 €	136 487,00 €	355 229,00 €	1 005 350,00 €
	5 464 674,00 €	4 557 053,00 €	5 064 007,00 €	6 238 294,00 €	5 652 212,00 €
Total do activo	15 288 747,00 €	13 529 297,00 €	13 122 082,00 €	12 597 056,00 €	10 709 236,00 €
Capital próprio					
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital					
Capital realizado	50 000,00 €	55 555,00 €	62 490,00 €	62 490,00 €	62 490,00 €
Outros instrumentos de capital próprio	10 950 000,00 €	10 950 000,00 €	10 950 000,00 €	10 950 000,00 €	10 950 000,00 €
Prémios de emissão	0,00 €	994 445,00 €	2 237 510,00 €	2 237 510,00 €	2 237 510,00 €
Resultados transitados	-5 252 503,00 €	-8 576 876,00 €	-11 849 672,00 €	-13 772 207,00 €	-15 896 042,00 €
Outras variações no capital próprio	0,00 €	0,00 €	232 615,00 €	132 100,00 €	97 217,00 €
Reservas de conversão monetária	242 946,00 €	324 186,00 €	326 250,00 €	683 353,00 €	493 192,00 €
	5 990 443,00 €	3 747 310,00 €	1 959 193,00 €	293 246,00 €	-2 055 633,00 €
Resultado líquido do periodo	-3 324 373,03 €	-3 272 796,00 €	-1 922 535,00 €	-2 312 910,00 €	-783 393,00 €
	2 666 069,97 €	474 514,00 €	36 658,00 €	-2 019 664,00 €	-2 839 026,00 €
Interesses que não controlam	42 942,03 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-74 127,00 €
Total do capital próprio	2 709 012,00 €	474 514,00 €	36 658,00 €	-2 019 664,00 €	-2 913 153,00 €
Passivo					
Não corrente					
Provisões	0,00 €	0,00 €	40 000,00 €	40 000,00 €	40 000,00 €
Financiamentos obtidos	5 043 833,00 €	1 457 745,00 €	6 475 652,00 €	8 500 000,00 €	7 750 000,00 €
	5 043 833,00 €	1 457 745,00 €	6 515 652,00 €	8 540 000,00 €	7 790 000,00 €
Corrente					
Fornecedores	2 699 347,00 €	2 924 282,00 €	2 569 757,00 €	3 877 257,00 €	3 463 262,00 €
Adiantamentos de clientes	946 156,00 €	893 517,00 €	965 782,00 €	865 832,00 €	667 988,00 €
Estado e outros entes públicos	228 855,00 €	183 363,00 €	221 552,00 €	287 253,00 €	285 530,00 €
Accionistas / sócios	360 247,00 €	617 072,00 €	162 641,00 €	366 460,00 €	0,00 €
Financiamento obtidos	2 720 499,00 €	6 533 951,00 €	2 024 658,00 €	191 795,00 €	535 512,00 €
Outras contas a pagar	558 074,00 €	436 494,00 €	625 382,00 €	488 123,00 €	856 010,00 €
Diferimentos	22 724,00 €	8 359,00 €	0,00 €	0,00 €	24 087,00 €
	7 535 902,00 €	11 597 038,00 €	6 569 772,00 €	6 076 720,00 €	5 832 389,00 €
Total do passivo	12 579 735,00 €	13 054 783,00 €	13 085 424,00 €	14 616 720,00 €	13 622 389,00 €
Total do capital próprio e do passivo	15 288 747,00 €	13 529 297,00 €	13 122 082,00 €	12 597 056,00 €	10 709 236,00 €

Anexo 4- Balanço ASFC, SPSG, S.A

Demonstração de Resultados- ASFC- SGPS, S.A

	2012	2013	2014	2015	2016
Vendas e serviços prestados	5 153 412,00 €	4 974 468,00 €	5 774 576,00 €	7 259 857,00 €	9 277 322,00 €
Subsídios à exploração	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 534,00 €
Trabalhos para a própria entidade	208 637,00 €	178 567,00 €	142 609,00 €	127 044,00 €	90 958,00 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2 614 947,00 €	-2 782 983,00 €	-3 187 473,00 €	-3 939 525,00 €	-5 201 663,00 €
Fornecimentos e serviços externos	-2 804 825,00 €	-2 260 620,00 €	-1 844 812,00 €	-1 954 509,00 €	-2 316 207,00 €
Gastos com o pessoal	-1 505 511,00 €	-1 483 325,00 €	-1 164 458,00 €	-1 012 170,00 €	-937 387,00 €
Imparidade de inventários (perdas/ reversões)	-10 525,00 €	0,00 €	9 902,00 €	0,00 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	-976 637,00 €	-130 249,00 €	190 398,00 €	-93 132,00 €	-5 619,00 €
Provisões (aumentos/ reduções)	0,00 €	0,00 €	-40 000,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros rendimentos e ganhos	472 619,00 €	53 969,00 €	120 429,00 €	107 993,00 €	201 140,00 €
Outros gastos e perdas	-204 140,00 €	-296 267,00 €	-228 505,00 €	-174 665,00 €	-60 036,00 €
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-2 281 917,00 €	-1 746 440,00 €	-227 334,00 €	320 893,00 €	1 046 329,00 €
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-1 419 193,00 €	-1 549 354,00 €	-1 541 100,00 €	-1 528 971,00 €	-1 501 107,00 €
	-3 701 110,00 €	-3 295 794,00 €	-1 768 434,00 €	-1 208 078,00 €	-454 778,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-3 701 110,00 €	-3 295 794,00 €	-1 768 434,00 €	-1 208 078,00 €	-454 778,00 €
Juros e rendimentos similares obtidos	16 464,00 €	12,00 €	147,00 €	1 128,00 €	160 085,00 €
Juros e gastos similares suportados	-357 314,00 €	-418 869,00 €	-481 175,00 €	-619 621,00 €	-411 992,00 €
Resultados antes de impostos	-4 041 960,00 €	-3 714 651,00 €	-2 249 462,00 €	-1 826 571,00 €	-706 685,00 €
Imposto sobre o rendimento do período	153 703,00 €	349 741,00 €	326 927,00 €	-486 339,00 €	5 156,00 €
Resultado líquido do período	-3 888 257,00 €	-3 364 910,00 €	-1 922 535,00 €	-2 312 910,00 €	-701 529,00 €

Anexo 5- DR - ASFC. SGPS, S.A